

4

Apresentação e Análise Individual dos Estudos de Caso

Neste capítulo são apresentadas as análises referentes aos estudos de casos de oito unidades de conservação do tipo parque. Para propiciar melhor entendimento, os estudos de caso são apresentados em três grandes grupos: parque municipal (seis casos), parque estadual (um caso) e parque federal (um caso). Como introdução a cada grupo são descritos primeiramente os aspectos gerais relacionados aos órgãos centrais responsáveis pela gestão dos parques, para depois serem focados os parques especificamente.

4.1.

Os Casos dos Parques Naturais Municipais

Os parques naturais municipais do Rio de Janeiro são criados, planejados e administrados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC). Na próxima seção a SMAC será descrita e analisada quanto às estratégias centralizadas desenvolvidas por ela e que são aplicáveis a todos os parques naturais municipais.

4.1.1.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente

4.1.1.1.

Breve Histórico do Sistema Municipal de Meio Ambiente

O Sistema Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro é relativamente recente, tendo sido instituído pela lei nº 2138 de 11 de maio de 1994, que também criou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), órgão executivo central responsável pela efetiva implantação do sistema, no triênio de gestão 1997-2000 (SMAC, 2005). Em 1998, a SMAC foi reestruturada e criou-se o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMAC).

O Sistema Municipal de Meio Ambiente é composto atualmente pelos seguintes órgãos:

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC;

- Fundação parques e Jardins – FPJ;
- Fundação Rio Zôo – RIOZOO;
- Fundo de Conservação Ambiental – FCA;
- Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMAC;
- Coordenação do Fórum 21.

Entre 2001 e 2006, o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente já havia sido ocupado por três pessoas diferentes, todos eles com forte atuação político-partidária. Em meados de 2006, durante a pesquisa, o então Secretário se afastou do cargo para concorrer a um cargo público. Esta pesquisa foi realizada durante as duas últimas gestões.

4.1.1.2. Atribuições e Organização da SMAC

A missão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é definida a seguir (SMAC, 2000, p.2):

“Fazer com que a política municipal de meio ambiente seja realizada, cumprindo e fazendo cumprir todos os instrumentos legais vigentes referentes ao meio ambiente no município, e com a finalidade de planejar, promover, coordenar, fiscalizar, licenciar, executar e fazer executar a política municipal do meio ambiente, em coordenação com os demais órgãos do Município.”

O próprio texto menciona a necessidade de coordenação da SMAC com os demais órgãos municipais, em função da complexidade da questão ambiental e do impacto causado pelas ações das Secretarias de Habitação, Saneamento, Indústria e Educação sobre o meio ambiente.

As grandes linhas de atuação da SMAC são (SMAC, 2005):

- prevenção, controle e mitigação de impactos e danos ambientais;
- criação e conservação de áreas naturais protegidas;
- reflorestamento de áreas degradadas; e
- educação ambiental.

O cumprimento dessas atividades é alcançado por meio da estrutura organizacional apresentada na figura 6. A SMAC dispõe de cinco escritórios técnicos regionais criados para descentralizar a administração e para favorecer a proximidade com a população (SMAC, 2006).

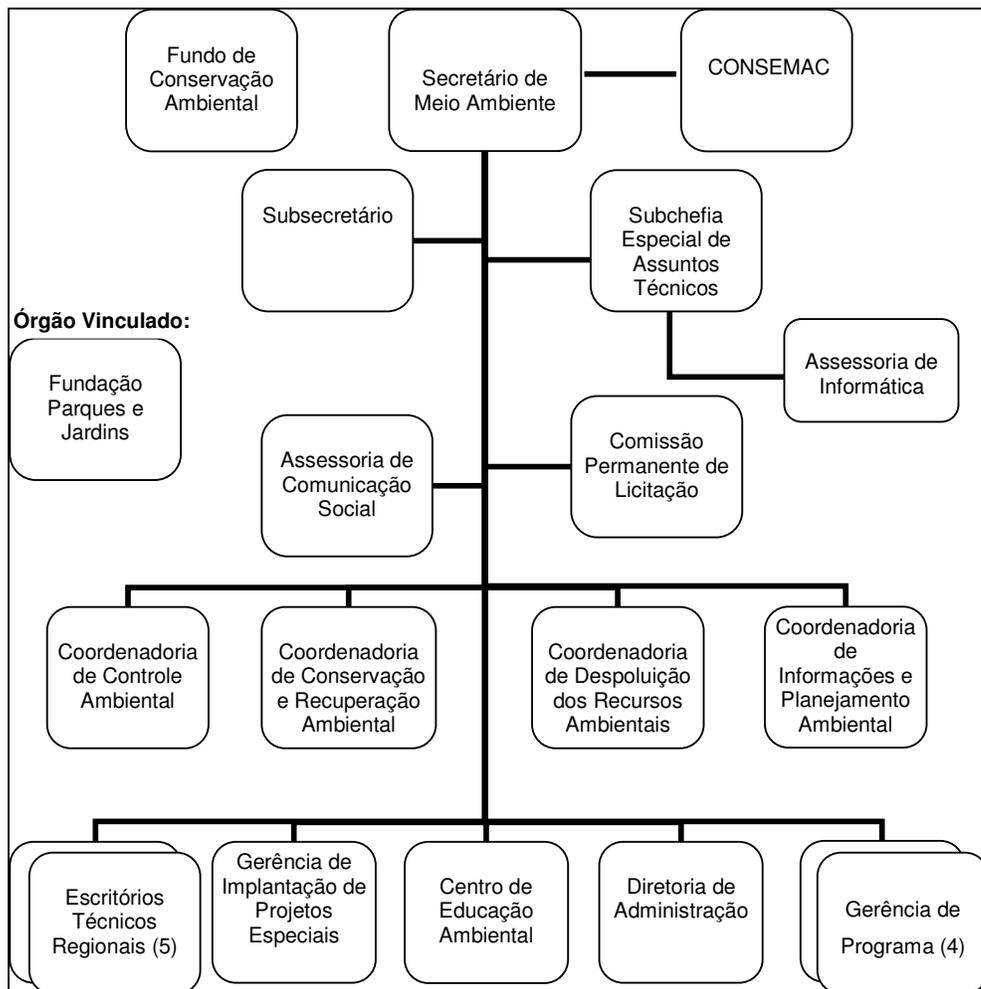


Figura 6 - Organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.(SMAC, 2005)

A criação das unidades de conservação é planejada e executada pela Coordenadoria de Informações e Planejamento Ambiental. Além disso, esta Coordenadoria também mantém toda a base de dados da SMAC. Já a gestão das unidades de conservação do município (objeto desta tese) está inserida na linha de atuação de criação e conservação de áreas naturais protegidas. A gestão das unidades de conservação está sob a responsabilidade da Coordenadoria de Conservação e Recuperação Ambiental, responsável por elaborar e coordenar a execução de programas e projetos de recuperação da qualidade do meio ambiente no município, com ênfase na gestão das unidades de conservação municipais e em programas de reflorestamento e manutenção das áreas reflorestadas. Destaca-se ainda no organograma a Coordenadoria de Controle Ambiental, responsável por fiscalizar e licenciar projetos e atividades que possam poluir ou degradar o meio ambiente, tendo relação direta com a

gestão dos parques naturais municipais. Esta coordenadoria é responsável pelo programa de “monitoramento da cobertura vegetal da cidade”, que é um trabalho contínuo de caracterização da cobertura vegetal e do uso das terras no município do Rio de Janeiro com base em imagens de satélite ao longo dos anos (SMAC, 2006).

Para gerenciar as unidades de conservação sob sua responsabilidade, a Coordenadoria de Conservação e Recuperação Ambiental é dividida em três gerências:

- Gerência da Gestão de Unidades de Conservação (GUC), responsável direta pela gestão das unidades de conservação;

- Gerência de Reflorestamento, responsável pelo Programa “Mutirão Reflorestamento”.

- Gerência de Manutenção das Áreas Reflorestadas

A GUC é responsável pela gestão das unidades de conservação municipais do Rio de Janeiro, o que inclui Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Reservas Biológicas, Monumentos Naturais e, a partir de 2003, também os parques municipais enquadrados na categoria de Unidade de Conservação, os quais foram renomeados como Parques Naturais Municipais por meio do Decreto Municipal nº 22.662, de 19/02/2003. Assim, a gestão desses parques passou a ser coordenada somente pela Coordenadoria de Conservação e Recuperação Ambiental da SMAC, ficando sob responsabilidade da Fundação Parques e Jardins apenas as áreas de praças, parques de lazer urbanos e outras áreas verdes (SMAC, 2005). A gestão dos parques é feita com base no Manual de Gestão Ambiental, que contém quatro Programas: de Conservação e Recuperação de Recursos Naturais; de Uso Público; de Infra-estrutura e de Equipamentos e de Segurança. No Quadro 4 são listados os parques naturais municipais sob tutela da GUC que foram selecionados como objetos dos estudos de caso.

| Parque Natural Municipal (PNM) | Lei / Decreto de Criação | Área (ha) | Localização |
|---------------------------------------|-------------------------------------|------------------|----------------------------------|
| Bosque da Barra | Decreto Municipal - 4105 - 03/06/83 | 50,0 | Barra da Tijuca |
| Chico Mendes | Decreto Municipal 8452 - 08/05/89 | 40,0 | Recreio dos Bandeirantes |
| Penhasco Dois Irmãos | Decreto Municipal 11850 - 21/12/92 | 25,3 | Leblon |
| Bosque da Freguesia | Decreto Municipal 11.830/92 | 31,0 | Freguesia |
| Marapendi | lei Municipal 61 - 03/07/78 | 971,0 | Recreio dos Bandeirantes / Barra |
| Prainha | Decreto Municipal 17445/99 | 146,9 | Grumari |

Quadro 4 – Lista dos Parques Naturais Municipais selecionados para os estudos de caso

Fonte: Gerência de Unidades de Conservação – SMAC (2006)

Na época da pesquisa a GUC possuía um gerente, seis funcionários administrativos e doze gestores de parque, número considerado insuficiente pelo gerente da área para todas as atividades a serem executadas, conforme se pode constatar pelo seu depoimento.

Gerente da GUC – “O meu organograma?... Mínimo, mínimo. Eu tenho uma grande carência de pessoal. Eu só tenho este setor, é isso aqui que você está vendo, só. ... Daquela mesinha ali no corredor pra cá. Eu tenho carência de pessoal e carência de material. ...Então é uma carência de pessoal técnico, dentro do setor aqui. ...Eu acho que um fator é realmente que a gente não pode mais ser uma gerência. A tendência nossa em março de 2006, com essa meia-dúzia de pessoas que você está vendo aqui, é ter que administrar doze contratos de conservação, um contrato de manutenção predial - um contrato de veículos, um de plano de manejo que está acontecendo, um de computadores, um de rádio-telefonias, ou seja, 20 contratos para serem acompanhados, por meia-dúzia de pessoas; a gente não vai fazer outra coisa a não ser acompanhar os contratos”.

Cabe comentar que no início e durante a maior parte da pesquisa a gerência da GUC foi ocupada por um funcionário da SMAC, que chegou a ser entrevistado duas vezes. Com a troca do Secretário Municipal do Meio Ambiente, já ao final da pesquisa, este gerente foi substituído por uma funcionária da SMAC, que chegou a ser contatada, mas não entrevistada.

Em função da passagem da gestão dos parques naturais municipais para a GUC, foi necessário contratar dezesseis funcionários, que foram treinados para atuarem como gestores desses parques, sob a coordenação da GUC.

Algumas das atribuições dos gestores dos parques naturais municipais mais relevantes para esta pesquisa são, de acordo com Resolução SMAC Nº 360, de 20 de setembro de 2004, que as criou (SMAC, 2004):

“I) Fazer cumprir as normas estabelecidas para a gestão de Parques Naturais Municipais, tais como horário de funcionamento, proibições e

permissões, comunicando imediatamente à Secretaria toda e qualquer ocorrência em desacordo com a legislação em vigor;

II) Promover o diagnóstico da comunidade do entorno do respectivo Parque Natural – pessoas físicas e jurídicas - objetivando a formação do Conselho Consultivo conforme estabelece o Art. 29 da lei 9.985 de 19 de julho de 2000;

VI) Contribuir com qualquer tipo de divulgação que venha ser realizada sobre os atributos do respectivo Parque Natural, enfatizando a importância de sua conservação para a qualidade de vida da população;

VII) Identificar o perfil do usuário do respectivo Parque Natural objetivando a implementação de ações de educação ambiental informal;

VIII) Proceder ao levantamento quantitativo e qualitativo da rede escolar no entorno do Parque, objetivando a implementação de ações de educação ambiental formal;

XIII) Promover a interface com outros órgãos públicos na necessidade de realização de serviços, não afetos à SMAC, no respectivo Parque Natural e contribuir com a fiscalização de quaisquer serviços relativos à sua gestão;

XV) Buscar parcerias com setores públicos ou privados para a implementação de projetos de interesse mútuo, encaminhando as propostas à MA/CRA/GUC para avaliação técnica e de viabilidade.”

É importante enfatizar o caráter colaborativo das atribuições número II, que determina a realização de um diagnóstico da comunidade do entorno para a criação do Conselho Consultivo; número VII, que objetiva divulgar entre a população local os benefícios do parque; números VII e VIII que buscam identificar o perfil dos usuários e escolas para fins de planejamento de educação ambiental e, finalmente, a número XV, que dá ao gestor a responsabilidade de buscar parcerias com os setores da sociedade, mas devendo encaminhá-las à GUC, que tomará a decisão final. Assim, percebe-se que o gestor tem autonomia limitada quanto a esta atribuição.

4.1.1.3.

Análise das Estratégias Centralizadas para Gestão dos Parques

A seguir, serão descritas e analisadas as estratégias praticadas de forma centralizada pela SMAC e GUC no intuito de cumprir as principais diretrizes previstas na lei nº 9985, do SNUC, no que diz respeito a uma gestão participativa baseada em colaboração com a sociedade e as organizações em geral, conforme apresentado no primeiro capítulo. Estas estratégias se aplicam a todos os parques municipais analisados, ainda que sejam operacionalizadas de forma diferente em cada um.

Busca-se principalmente entender se durante o processo de gestão existe colaboração ou não com os diversos atores sociais interessados. Em caso afirmativo como ela ocorreu e quais os resultados alcançados. Os resultados da

análise foram agrupados de acordo com duas diretrizes colaborativas selecionadas do Artigo 5º do SNUC (Brasil, 2000) e aplicáveis aos objetivos da pesquisa:

1- Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

2- Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

Deve-se recordar que dentro da segunda diretriz estão explicitados os cinco grandes objetivos da gestão de uma unidade de conservação do tipo parque, quais sejam (Brasil, 2000):

1- Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

2- Possibilitar a realização de pesquisas científicas.

3- Desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental.

4- Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza

5- Desenvolver o turismo ecológico (ecoturismo).

Dentro de cada diretriz, as análises são apresentadas por grandes atividades regulares ou projetos especiais realizados pela SMAC ou GUC.

As informações e citações baseadas em entrevistas ou documentos que compõem a base de dados da pesquisa são referenciadas às respectivas entrevistas pelo código entre parênteses, conforme a listagem do Anexo 4, onde são identificados os órgãos e cargos dos entrevistados.

1- Diretriz do SNUC: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo → Implantar a gestão participativa nos parques

Atividade / Instrumento de Gestão → Formação do Conselho Consultivo

Responsáveis → GUC e Gestores

Como visto no segundo capítulo, o SNUC prevê, em seu artigo 29º a formação de Conselhos Consultivos nas unidades de conservação do grupo de proteção integral, que inclui os parques naturais municipais. Este conselho

deverá ser composto por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil (Brasil, 2000).

No entanto, a formação dos Conselhos Consultivos dos parques naturais municipais é uma tarefa ainda embrionária na SMAC, ainda que, segundo o gerente da GUC, esforços estejam sendo feitos no sentido de criá-los. De fato, apenas um Conselho Consultivo estava em funcionamento, de forma provisória, entre todos os parques da SMAC, o do Parque Natural Municipal (PNM) Bosque da Freguesia, que é estudado em detalhe no caso referente a este parque.

O gerente da GUC mencionou também, que ainda haveria resistências ao processo entre os gestores, informação confirmada durante a realização dos estudos de caso (SM01).

Gerente da GUC- “Não, nós estamos seguindo os dutos... Até por conta da dificuldade de gestão, está sendo necessário realmente a criação dos conselhos. ...Existem resistências, tá, tem gestores que resistem a isso, mas tem outros com vontade da coisa dar certo, né, porque a comunidade nos cobra às vezes pensando que o poder público está no marasmo...”

Analisando a estrutura organização e os processos internos da GUC, foram identificadas deficiências relativas à formação de Conselhos Consultivos e unidades de conservação:

- falta de uma equipe, de preferência multidisciplinar, para planejar as ações de criação do conselho, treinar os gestores e os demais membros potenciais e ajudar na implantação e funcionamento inicial de Conselhos Consultivos;

- falta de normas e procedimentos relativos à criação e gestão de Conselhos Consultivos dos parques ou de Conselhos Gestores das APAs;

- falta de um cronograma de implantação de Conselhos Consultivos nos parques;

- apesar de haver uma experiência de Conselho Gestor em funcionamento na APA do Morro da Babilônia, no Leme, esta experiência não foi adequadamente divulgada nem usada como modelo;

- falta de cobrança, por parte da GUC, de ações efetivas dos gestores para criar os Conselhos Consultivos, por exemplo, diagnóstico socioambiental do entorno dos parques..

Atualmente o processo de formação de Conselhos Consultivos está temporariamente suspenso para permitir que uma equipe desenvolva normas internas para criação e gestão de Conselhos Consultivos e Gestores nas unidades de conservação do município. Os motivos para que tal medida fosse

tomada serão explicadas no caso do PNM Bosque da Freguesia. Os trabalhos estão sob responsabilidade da nova gerente da GUC, que espera concluí-los até o final de abril de 2007.

Com base no que foi exposto, pode-se concluir que, no nível da GUC, o objetivo de formação de Conselhos Consultivos dos parques não está sendo alcançado.

2- Diretriz do SNUC : Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo IV).

2.1.- Objetivo → Todos os cinco objetivos do SNUC para parques.

Atividade / Instrumento de Gestão → Elaboração e implantação do plano de manejo

Responsáveis → SMAC e GUC

Cabe esclarecer que de acordo com o parágrafo 2º do artigo 27 do SNUC, as unidades de conservação de proteção integral não são obrigadas a elaborar um plano de manejo com a participação da população local. No entanto, levantou-se durante a pesquisa a existência de uma demanda crescente por parte de grupos ambientalistas (GE05) e de associações de praticantes de esportes ecológicos, como montanhistas (PB10), no sentido de serem ouvidos durante a elaboração de planos de manejo dos parques a fim de poderem incorporar a eles suas idéias e necessidades. Horowitz (2002), por exemplo, estudou a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional de Brasília e concluiu que quanto maior a participação da sociedade na fase planejamento melhor será a integração e a articulação entre os diversos atores sociais que compõem o subsistema social do parque. Acrescente-se a isso o fato de que a etapa inicial de um plano de manejo é composta de um diagnóstico socioambiental que tenta identificar todos os atores sociais do entorno. Nada mais lógico então, que estes atores sociais participem do processo.

Em 2004 foi elaborado pela SMAC e Fundação Rio-Zôo o "Plano Diretor do Parque Chico Mendes", na prática, um diagnóstico da situação do parque, com algumas orientações de ações futuras. Atualmente nenhum parque municipal possui plano de manejo, mas a SMAC contratou em 2006 uma empresa de

consultoria, que está elaborando o diagnóstico socioambiental para oito desses parques, que permitirá a elaboração pela SMAC dos planos de manejo dos mesmos. Apesar de terceirizado, o plano de manejo encontra-se atrasado, sobretudo, considerando-se que o SNUC determina que todas as unidades de conservação deveriam ter seu plano de manejo até cinco anos depois de sua criação. Como vários dos parques (como o PNM Chico Mendes e de Marapendi, por exemplo) são anteriores ao SNUC, a data de início a ser considerada é a de promulgação do próprio SNUC (18 de julho de 2000), o que já caracteriza o atraso. Além disso, não se constatou a participação de qualquer grupo de atores sociais nesse processo até o momento, nem qualquer ação da SMAC no sentido de viabilizar esta participação.

Internamente à SMAC, existe colaboração entre GUC e Coordenadoria de Planejamento no sentido de desenvolver os planos de manejo dos parques, porém, a falta de recursos e de experiência tem impedido o atendimento desse objetivo. Isso tem obrigado a GUC a usar a terceirização (que não é uma estratégia colaborativa) como estratégia para realizar esta tarefa (SM09).

Coordenador de Planejamento – “Na verdade o plano de manejo tem sido uma tarefa conduzida basicamente pela equipe de gestão. Da mesma forma como a gente puxa por eles, eles têm puxado muito pela gente nesse trabalho para que seja feito de forma conjunta. Até pela questão da experiência nossa de diagnóstico prévio, etc. e tal. Mas a gente não tem tido absolutamente nenhum sucesso na contratação de terceirização desse trabalho. Com equipe própria da secretaria, a gente nunca conseguiu fazer pela própria falta de experiência. Quando é questão orçamentária da própria prefeitura ou que em um determinado momento não tem a verba disponível. ...A gente recentemente contratou uma empresa, (que) ganhou um volume menor de plano de manejo. E a empresa desistiu antes da conclusão da primeira etapa absolutamente sem justificativa. Então a gente vem esbarrando ao longo do tempo com uma série de problemas que a gente não tem conseguido superar. Não acredito que a gente, em médio prazo, vai conseguir superar isso com forças próprias, não. A gente vai ter que contar mesmo com apoio externo, com contratações etc. e tal”.

O alcance deste objetivo ainda está distante, apesar de uma colaboração parcial internamente ao SMAC. Mais uma vez ficou claro a falta de recursos humanos em quantidade e qualificação suficientes para executarem tanto o diagnóstico socioambiental quanto o próprio plano de manejo. A busca de parcerias formais com instituições de ensino e pesquisa pode ser uma alternativa à pura e simples terceirização. Parece também clara a necessidade de um programa de capacitação de funcionários da SMAC para esta tarefa

2.2.- Objetivo → Todos os cinco objetivos do SNUC para parques.

Atividade / Instrumento de Gestão → Parceria com empresas com empresas e ONGs para a gestão do Parque Natural Municipal Professor Mello Barreto.

Responsáveis → SMAC, GUC E Construtora Carvalho Hosken

O PNM Professor Mello Barreto é um pequeno parque de cerca de 6,5 hectares localizado às margens da Lagoa da Tijuca, próxima à região conhecida como Península e em frente ao *shopping center* Barrashopping. Se há críticas ao fato de se caracterizar aquela área como uma unidade de conservação, considerando-se o seu reduzido tamanho (GE05), por outro lado, os defensores do parque entendem que ele cumpre importante função na recuperação do sistema de manguezal da Lagoa da Tijuca, além de ter impedido o crescimento de uma favela no local, chamada de Via Parque (SM11; SM13; BB02).

O histórico da criação do parque pela Construtora Carvalho Hosken Engenharia e Construções S. A. tem como origem uma ocupação da faixa marginal da lagoa da Tijuca (considerada área de preservação permanente) por uma pequena favela em 1990. Um grupo de empresas, construtoras com terrenos na área (entre as quais a Carvalho Hosken), representado pela Associação City Barra, celebrou um convênio com a prefeitura (através da Rio-Urbe) para retirar as casas da área, tendo sido os moradores removidos para casas construídas por estas empresas em terreno da Carvalho Hosken, no bairro de Curicica. Para evitar novas invasões que pudessem desvalorizar os empreendimentos imobiliários da área, sobretudo da região conhecida como Península, a Carvalho Hosken assumiu o controle do projeto de um parque com características ambientais no local, visando recuperar o manguezal de cerca de 3,5 hectares da orla da lagoa. O parque abriga diversas espécies da fauna e da flora locais, algumas das quais ameaçadas de extinção. Na área de uso público foram implantados o “Jardim de Restinga”, o “Jardim de Bromélias”, o “Arboreto de Mata Atlântica” e o “Bosque de Fruteiras” com o objetivo de atrair pássaros. O projeto incluiu também a construção de uma arena destinada a eventos de educação ambiental.

Devido à omissão do poder público (SM11), a Carvalho Hosken acabou cuidando da manutenção e conservação desse parque durante vários anos. Mais recentemente, em 2003, a Carvalho Hosken procurou a Secretaria de Meio Ambiente para tentar uma parceria oficial que permitisse à empresa continuar cuidando do parque e, ao mesmo tempo capitalizar este investimento em termos

de imagem corporativa. Após alguns anos de negociações e trâmites burocráticos, foi celebrado o Termo de Cooperação nº 67/2005 (Anexo 5) entre as duas partes para revitalização, conservação e manutenção do PNM Professor Mello Barreto, com duração de cinco anos, renováveis por igual período. Esta parceria é denominada informalmente dentro da SMAC como “adoção” do parque. A Carvalho Hosken se compromete no documento a realizar uma série de intervenções no sentido de revitalizar o parque e outras com o objetivo de conservá-lo e mantê-lo, arcando com todas as despesas. Já a SMAC se compromete a prestar orientação técnica, supervisionar, fiscalizar os serviços prestados pela Carvalho Hosken, assim como apoiar ações de educação ambiental, disponibilizando recursos humanos e materiais.

A iniciativa da Carvalho Hosken pode ser o início de uma tendência de mais freqüentes parcerias simples, conforme preconizado por Wondoleck e Yaffee (2000), entre a SMAC e empresas privadas, onde a lógica do lucro do capital privado possa se revestir de uma preocupação maior com a questão ambiental e social, ou seja, de responsabilidade socioambiental. Segundo informações do gerente da GUC (SM01) e do responsável da SMAC pela supervisão da parceria com a Carvalho Hosken no PNM Professor Mello Barreto (SM04), há uma intenção da SMAC de estender este tipo de parceria para outros parques. No entanto, existem empecilhos internos, como excesso de burocracia e falta de recursos humanos para realizar todos os estudos necessários, bem como realizar os contatos e negociar as parcerias.

Entrevistador – “E quais são os empecilhos para que as parcerias sejam implementadas?”

Responsável da SMAC pela supervisão da parceria – “Burocracia. Para um termo de adoção ser feito, um grupo de trabalho deve ter feito para estudar, para começar a fazer o programa de trabalho, o que vai fazer, que não vai fazer; demanda muito tempo, demanda muito tempo. Você às vezes pode escolher até o parceiro, mas até formar tudo... É, a gente tem uma carência de pessoal muito grande aqui na Secretaria do Meio Ambiente. Faltam muito engenheiros, arquitetos. Não é que falta recurso, às vezes as pessoas estão muito sobrecarregadas e têm que fazer muita coisa ao mesmo tempo. “(SM01).

No entanto, há críticas às ações da Carvalho Hosken. Segundo o Diretor do GAE e ex-Presidente do IEF-RJ (PB10), o Projeto da Península (que motivou a criação do PNM Prof. Mello Barreto) só foi tornado ambientalmente adequado, depois de muita pressão da sociedade, ou seja, por meio do conflito e ações judiciais.

Diretor do GAE e ex –Presidente do IEF-RJ – “...Este empreendimento (nota: “Península”, onde a Carvalho Hosken construiu vários prédios), ele

só tem um impacto mais limitado agora, exatamente porque levou muita pancada da sociedade. Sendo que a única vez que o GAE entrou na Justiça contra quem quer que seja, diretamente, na condição de litisconsorte no Ministério Público Federal foi precisamente contra a Carvalho Hosken no empreendimento da Gleba E (nota: Península), cuja concepção era infinitamente maior, e foi por conta de diversas ações judiciais, de pressões, de lutas, de denúncias no Ministério Público que eles enxugaram muito o projeto. E contrataram arquitetos de renome, com sensibilidade ambiental, como é o caso, por exemplo, do (nome do Arquiteto) para fazer o melhor possível daquilo ali. Então o impacto do empreendimento não é tão grande, não porque eles sejam conscientes ou porque tenham uma sensibilidade ambiental mais apurada do que os outros empresários. Foi na base de muita pancada.”

Outra alternativa de parceria na gestão de unidades de conservação do tipo parque aberta pelo SNUC é aquela que envolve a sua gestão compartilhada por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor (no caso a SMAC), nos termos da lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 Segundo o artigo 22, a OSCIP que desejar assumir a gestão compartilhada deverá ter como um de seus objetivos institucionais:

“...a proteção do meio ambiente ou a promoção do desenvolvimento sustentável e deverá também comprovar a realização de atividades de proteção do meio ambiente ou desenvolvimento sustentável, preferencialmente na unidade de conservação ou no mesmo bioma.” (Brasil, 2002, Capítulo VI, Artigos 21 a 24).

Até o final da realização da pesquisa, não havia parcerias formalizadas entre a SMAC e qualquer OSCIP ambiental. A diretora da ONG ambiental Ecomarapendi aponta as vantagens e dificuldades para realizar este tipo de parceria (GE02).

Diretora da Ecomarapendi – “...a tentativa de gestão compartilhada, quer dizer, chamar a ONG para trabalhar,...eu acho que é interessante, mas tem que ser muito claro, muito bem definido, tem que ter regras muito claras para todo mundo, saber até onde dá, e até onde não dá. E eu acredito que isso dá muito certo quando existe a vontade política nos parques. Porque vontade política tem que encarar isso como prioridade. Então a Secretaria tem que ter força política para conseguir essas prioridades.”

Conclui-se pelo exposto que, apesar de ainda estar em seu início, a estratégia colaborativa de criar parcerias formais para fins de “adoção” e gestão compartilhada, sob a forma de “termo de cooperação” com empresas ou “termo de parceria” com OSCIPs, é uma alternativa viável para a SMAC. No entanto, o sucesso de tal iniciativa dependerá do grau de mobilização política, organizacional e de planejamento da SMAC, em especial da GUC, a fim de

superar as barreiras institucionais e estruturais identificadas por Wondolleck e Yaffee (2000). Para isso, mais recursos humanos capacitados e parcerias informais com outros órgãos internos (por exemplo, Coordenadoria de Informações e Planejamento) devem ser priorizados.

2.3.- Objetivo → Todos os cinco objetivos do SNUC para parques.

Atividade / Instrumento de Gestão → Gestão em Mosaico de Parques Naturais Municipais

Responsáveis → SMAC, GUC e Gestores dos parques.

Como mencionado na seção 2.2.2., sobre legislação ambiental, o artigo 26 da lei nº 9985 (SNUC) prevê que qualquer conjunto de unidades de conservação ou quaisquer áreas protegidas, públicas ou privadas, próximas, justapostas ou sobrepostas, formando o que lei denomina “mosaico de unidades de conservação”, deverá ser gerenciado de forma integrada e participativa, guardando-se as devidas finalidades de cada tipo de unidade (Brasil, 2000). Pode-se entender o mosaico como uma organização em rede de unidades de conservação, compartilhando recursos e buscando integrar esforços no sentido de alcançar objetivos comuns, conforme definido por Herber *et al.* (2000). No capítulo III do Decreto nº 4.340, que regulamenta a lei do SNUC, menciona-se a necessidade de formação de um Conselho Consultivo de Mosaico que atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem (Brasil, 2002). O que não está claro tanto na lei quanto no decreto é se a existência de um Conselho Consultivo do Mosaico de unidades de conservação substituiria os Conselhos Consultivos de cada unidade. Se assim for, o conceito de mosaico poderia facilitar a gestão participativa dessas unidades, por englobar atores sociais que são, em geral, os mesmos, caso contrário, a necessidade de se formar um Conselho adicional só tornaria o processo de gestão mais confuso, o que poderia criar barreiras adicionais à colaboração.

Quanto à operacionalização do mosaico, à época da pesquisa havia uma experiência ainda em fase de implantação na GUC, relatada pelo seu gerente (SM01):

Gerente da GUC- “Um exemplo nosso hoje aqui: na Lagoa, eu tenho três parques próximos. Posso até te arranjar esse mapa depois. Não é atual, mas é de agora... eu tenho aqui: parque da catacumba, eu tenho aqui... logo aqui pertinho do... PNM Fonte da Saudade, tenho ainda nessa área, duas APAS: ... inclusive ... foi feito na base do mutirão de reflorestamento ... A tendência é aumentar essa massa verde, ... integradas, até porque ... é um parque muito pequeno, e o PNM Merchior também, então eu não conseguiria uma empresa

interessada em fazer a conservação daquele parque, então é melhor que eu faça a agregação deles num parque maior que seria a gestão em mosaico.”

Entrevistador – “Na verdade eles permaneceriam como uma entidade independente.”

Gerente da GUC- “Só a gestão deles, a gestão. Por exemplo, eu quero abrir trilhas de visitação, tá, então eu vou abrir trilha na catacumba, que vai se ligar com a trilha do (Parque) Merchior, e vai pra a trilha do (Parque) Fonte da Saudade... Então eu gastaria uma coisa só e integraria esses parques todos.”

Deve-se observar que dois dos parques mencionados acima, Merchior e Fonte da Saudade, estavam de fato sem qualquer gestão na época da pesquisa, sendo inclusive impossível ao pesquisador encontrar o acesso a eles. Eram de fato, parques ainda “no papel”, conforme o jargão da GUC.

De qualquer forma, entende-se a gestão em mosaico como uma estratégia colaborativa de grande potencial, levando-se em conta as dificuldades encontradas no dia-a-dia por cada gestor, individualmente. Foi identificado durante a pesquisa que os seis parques naturais municipais da Área de Planejamento Quatro da Prefeitura (AP4), isto é, PNMs de Grumari, da Prainha, Chico Mendes, de Marapendi, Bosque da Barra e Bosque da Freguesia, podem perfeitamente se enquadrar dentro do conceito de mosaico.

De fato, em 2004 foi realizada na SMAC o Primeiro Encontro de Gestão dos Parques Naturais Municipais da Zona Oeste (AP4), quando foi feita uma apresentação de cada parque e discutidas questões gerenciais comum a todos eles (SMAC, 2004). Aparentemente, esta iniciativa ainda não gerou ações práticas no sentido de implantar uma gestão em mosaico para estes parques. Na verdade, esta gestão ocorre de maneira informal, em função da freqüente troca de informações e de ajuda mútua entre os gestores daqueles seis parques, alguns com maior entrosamento, em virtude da proximidade física (caso de PNM de Marapendi com PNM Chico Mendes e PNM Grumari com PNM da Prainha). Com certeza, se a gestão em mosaico para as seis unidades simultaneamente não for viável devido a dificuldades operacionais, com certeza estes dois pares de parques podem ser gerenciados de forma conjunta com potencial elevado de ganhos mútuos de eficiência.

2.4.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção predial dos parques.

Responsáveis → GUC.

Tal qual a manutenção das áreas verdes, a GUC utiliza a estratégia de terceirização por meio de contratos de manutenção com base em licitações públicas, renovados por um ano. No início da pesquisa de campo, os contratos eram feitos para cada parque, mas a partir de junho de 2006 foi fechado um contrato “guarda-chuva” de manutenção predial e pequenas obras, que serve a todos os parques municipais. As observações feitas nos seis parques analisados durante a pesquisa indicaram estarem as instalações prediais da maioria deles aparentemente em bom estado. As exceções foram o PNM Bosque da Barra, com instalações precárias para o gestor, e o PNM de Marapendi, onde o gestor ocupa uma das salas do Centro de Educação Ambiental e tem pouco espaço e recursos para trabalhar.

Apesar de o contrato de terceirização não caracterizar uma estratégia colaborativa, houve uma preocupação da SMAC em fazer com as firmas ganhadoras das licitações para manutenção dos parques contratassem a maior parte dos funcionários que executam os serviços entre os moradores das comunidades de baixa renda do entorno dos parques. Tal estratégia almejou garantir, entre outras coisas, a conscientização dos moradores do entorno sobre a necessidade de conservação aquelas unidades, pois dali tiram seu sustento, como afirmou o gerente da GUC.(SM01):

Gerente da GUC – “...Porque a gente já faz isso, tá. Nos contratos de conservação que nós temos nos parques, 90% dos parques utilizam mão-de-obra local. É uma forma de ter esse camarada trabalhando dentro do parque, se conscientizando, quer dizer, ele mora ali, isto nos ajuda muito na conservação dos parques; não há depredação zero, né, não existe isso, mas a gente chega bem próximo. Além do mais, quando você coloca este cara que está próximo, ele reside próximo, você tem um custo menor de passagem, de falta do funcionário, que está sempre por ali, então isso é muito bom. ...Nós temos pouquíssimas substituições de funcionários, um ou outro que vai embora. Em Marapendi, por exemplo, eu não tinha ninguém da comunidade, nem de comunidade próxima, mas no Chico Mendes eu já tenho, na Prainha já tenho um pessoal de Grumari que trabalha lá...”

O objetivo dessa atividade não vinha sendo satisfatoriamente atingido, pois a burocracia interna na prefeitura e na SMAC e a falta de recursos muitas vezes atrasavam as licitações e renovações, causando eventuais lacunas no serviço. Nos momentos de falta de contrato, os gestores dos parques buscam ajuda por meio de parcerias informais, o que mitiga, mas não resolve o problema. Espera-se que com a nova modalidade de contrato, os problemas sejam superados. No caso particular do PNM Chico Mendes, como o gestor do parque conta com uma pequena verba doada por meio de um convênio com Fundação Rio-Zôo, exceção entre os parques municipais, ele ainda consegue suprir alguns materiais

de consumo durante a falta de contrato, mas esta é uma exceção entre os parques.

2.5.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Parcerias com Programas da SMAC.

Responsáveis → GUC e gestores dos parques.

Um dos grandes parceiros da GUC e dos gestores dos parques naturais municipais tem sido o Programa “Mutirão Reflorestamento”, sob responsabilidade da Gerência de Reflorestamento e que há mais de quinze anos vem reflorestando as encostas e os manguezais da cidade, utilizando mudas produzidas pela própria SMAC. Esta parceria, na verdade, uma coordenação entre órgãos da SMAC, acontece formalmente, por meio de ações programadas de reflorestamento nas unidades de conservação sob responsabilidade da GUC, mas também se dá num nível informal, quando os gestores dos parques utilizam a mão de obra do programa para ajudar, em caráter emergencial, a limpar e podar as áreas verdes dos parques nos períodos de falta de contrato de manutenção. Esta parceria informal depende muito do grau de relacionamento de cada gestor com os membros do grupamento do “Mutirão Reflorestamento” atuando próximo ao seu parque, em geral moradores do entorno e é mostrada na análise de cada caso, nas próximas seções.

Os três objetivos principais deste programa são (SMAC, 2006):

- restauração de ambientes naturais degradados;
- recomposição da cobertura florestal do município;
- ampliação da oferta de trabalho em áreas favelizadas.

Uma das características mais interessantes do Programa “Mutirão Reflorestamento”, e, em grande parte, responsável por seu sucesso, é a participação direta de comunidades carentes na realização dos plantios sob a forma de mutirão remunerado. Para que isso fosse viabilizado, formou-se uma parceria entre este programa e as associações de moradores de comunidades carentes de diferentes regiões do município, que o divulgam, mobilizam a comunidade e ajudam a captar moradores dessas comunidades, em geral, aposentados e jovens de famílias de baixa renda sob risco social, para trabalharem no programa. Os trabalhadores do programa ganham um salário fixo (um salário mínimo e meio) e ainda têm direito a um bônus por produtividade. Segundo a SMAC, os benefícios dessa parceria para as comunidades são a

geração de renda para a comunidade, a educação ambiental e socialização dos jovens dessas comunidades, a recuperação de seus ambientes naturais degradados, o controle da expansão urbana sobre as áreas de risco ambiental (por exemplo, encostas de morros), impedindo o crescimento desordenado de comunidades carentes sobre áreas ambientais (SMAC, 2006). Percebe-se então que o Programa atende às três dimensões previstas no conceito de desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômica.

O Programa “Mutirão Reflorestamento” caracteriza-se, na verdade, por múltiplas parcerias (conforme definido por Wondolleck e Yaffee, 2000) dentro da SMAC, com o Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento (PEAR), a ser mencionado mais adiante e fora dela, com universidades, instituições de pesquisa, empresas e outros órgãos públicos. (SMAC, 2006).

Na mesma linha de recuperação e conservação ambiental foi criado em 2001, o Programa de Valorização Ambiental de Rios e Lagoas – Águas do Rio, conhecido como Programa “Guardiões dos Rios”, que consiste na limpeza e manutenção de rios e lagoas da cidade, priorizando-se aqueles que estejam em situação crítica de degradação, seja por resíduos sólidos e/ou pela perda da sua mata ciliar original (SMAC, 2005). Este trabalho tem crescido em importância em função de grande parte dos rios da cidade terem suas margens (consideradas áreas de preservação permanente) ocupadas por habitações irregulares, o que leva à poluição e obstrução desses corpos d’água por objetos e resíduos sólidos lançados diretamente sem tratamento sanitário. Em 2005 o programa contava com mais de 400 trabalhadores treinados, recrutados entre os moradores de cerca de 54 comunidades de baixa renda, os chamados “Guardiões dos Rios”. Segundo a diretora do Centro de Educação Ambiental da SMAC (SM06), os membros do mutirão também participam de atividades de educação ambiental, atuando como agentes multiplicadores junto às comunidades onde residem. Foi constatado que a GUC mantém uma parceria com este programa com vistas à limpeza das lagoas dentro de alguns dos parques naturais municipais (PNM Chico Mendes e PNM de Marapendi) e em seu entorno (PNM Bosque da Freguesia e PNM Professor Mello Barreto). Particularmente importante foi a colaboração ocorrida durante a implantação do “corredor ecológico” entre o PNM Chico Mendes e o PNM de Marapendi, como descrito no estudo de caso do PNM Chico Mendes.

Finalmente, deve-se mencionar a colaboração existente entre a GUC e o Programa “Patrulha Ambiental”, lançado pela SMAC em 2001 e cujo objetivo é atender de forma imediata qualquer demanda emergencial da fiscalização

ambiental ou denúncia da comunidade sobre danos ambientais, tentando impedir ou mitigá-los. A Patrulha Ambiental possui duas equipes compostas por técnicos da Secretaria e pelo Grupo de Defesa Ambiental da Guarda Municipal (GDAs) – guardas municipais destacados para a defesa ambiental. O atendimento em toda a cidade é realizado por duas bases de apoio. A base que atende à Barra, Recreio, Jacarepaguá e Zona Oeste utiliza as instalações do PNM de Marapendi. A presença dessa base dentro de um parque e próximo a outros três parques localizados na bacia de Jacarepaguá aumenta a capacidade dos gestores de prevenirem as ameaças de caça e pesca ilegais ou invasões de suas áreas (SMAC, 2005; SMAC, 2006).

Com base nos dados aqui relatados, pode-se concluir que tanto as parcerias entre GUC e os Programas “Guardiões do Rio”, “Patrulha Ambiental” e “Mutirão Reflorestamento” quanto às múltiplas parcerias sustentadas por este último podem ser consideradas bem sucedidas tanto, em termos de alcance de seus objetivos, quanto no aspecto de criação de sinergias dentro e fora da SMAC.

2.6- Objetivo → Desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental.

Atividade / Instrumento de Gestão → Parceria com a Diretoria de Educação Ambiental.

Responsáveis → GUC, Centro de Educação Ambiental e Centros de Educação Ambiental.

No que diz respeito ao objetivo de promover a educação ambiental, a SMAC possui uma área específica, com status de Diretoria, denominada Centro de Educação Ambiental (CEA) que, com base nos princípios da Secretaria Municipal de Educação, trabalha transversalmente a todas as secretarias da prefeitura por meio de ações permanentes e programas especiais, de forma centralizada e descentralizada, em centros de referência em educação ambiental espalhados pela cidade.

As principais atividades realizadas incluem campanhas de educação ambiental em todas as áreas da cidade, palestras sobre diversos temas ligados ao meio ambiente, integração com a Secretaria de Educação na capacitação de professores da rede municipal e capacitação de pessoal nas diversas secretarias da Prefeitura, inclusive dentro da própria SMAC. As ações variam conforme o setor e a localidade.

A seguir são citados alguns dos programas desenvolvidos pelo CEA, que tem mais relação com os parques naturais municipais e que incluem parcerias com outras áreas e programas.

1- Educação ambiental nas comunidades do Programa “Águas do Rio”.

O CEA mantém parceria com o Programa de Valorização Ambiental de Rios e Lagoas – Águas do Rio (“Guardiões dos Rios”) que objetiva recuperar os corpos d’água do município, utilizando-se de mão-de-obra de moradores das próprias comunidades, também. Como apoio às suas ações, foi criado o “Projeto de Educação Ambiental”, que articula parcerias com associações comunitárias e projetos e programas que estejam funcionando nessas comunidades. Além disso, são realizados diagnósticos sócio-ambientais participativos, diversas atividades educativas e produção de materiais educativos de apoio (SMAC, 2006).

2- Centro de Referência em Educação Ambiental de Marapendi e Centro de Visitação do Jequiá

O CEA dispõe de um Centro de Referência em Educação Ambiental de Marapendi, localizado no PNM de Marapendi, que, por sua vez, possui duas sub-sedes, no PNM da Prainha e no PNM de Grumari. O CEA também possui o Centro de Visitação da APARU do Jequiá, na Ilha do Governador. Estes quatro centros possuem infra-estrutura necessária ao funcionamento e desenvolvimento de atividades educativas direcionadas para o estudo e divulgação dos principais ecossistemas do município, contando com bibliotecas e videotecas e gerando materiais educativos e informativos. Entre as atividades oferecidas por estes centros, destacam-se cursos, palestras, oficinas de arte e de reaproveitamento e reciclagem de materiais, visitas guiadas para escolas e grupos e organização de eventos educativos especiais (SM06; SMAC, 2005).

3- Capacitação de pessoal da SMAC

O Centro de Educação Ambiental capacita profissionais das diversas secretarias e forma multiplicadores entre os diversos programas já citados (SMAC, 2006).

4- PEAR- Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento

O Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento dá apoio ao Programa “Mutirão Reflorestamento”. Basicamente o PEAR seleciona e capacita agentes ambientais para atuarem nas comunidades abrangidas pelo “Mutirão Reflorestamento”, mantém parcerias com as associações de moradores e propicia uma série de atividades educacionais para as escolas e membros dessas comunidades, sempre focadas na formação de agentes multiplicadores

do programa-fim (SMAC, 2005; SMAC, 2006), como relata a diretora do CEA (SM06):

Diretora do CEA- “Então, por exemplo, na área de recuperação que é Coordenadoria de Reflorestamento, a gente tem dois, duas ações principais que é esse reflorestamento das encostas, do município do Rio de Janeiro e as unidades de conservação que são os parques, não são só os parques, mas, principalmente, os parques municipais naturais. É na área de reflorestamento, que a gente atua junto à comunidade, a mão-de-obra é da comunidade, em regime de mutirão, fazendo o replantio, a recuperação dessas encostas, a gente trabalha na comunidade com uma agente de educação ambiental informando a população sobre os benefícios do reflorestamento, dos riscos.”

Em vários parques (PNM de Marapendi, PNM Chico Mendes, PNM da Prainha, PNM Bosque da Freguesia) ocorrem freqüentemente palestras educacionais agendadas que têm lugar nas instalações dos Centros de Referência em Educação Ambiental existentes em alguns deles. O Instituto Iguazu de Proteção e Pesquisa Ambiental, que mantém um convênio com a SMAC, também utiliza as instalações de alguns parques municipais para dar cursos externos pagos.

A coordenadora do Centro de Referência em Educação Ambiental de Marapendi (CEA) explica que existe uma colaboração permanente entre o CEA os gestores dos parques de sua área. Ela cita como exemplo dessa colaboração a ajuda fornecida pelo centro durante o projeto de criação do corredor ecológico do Canal das Taxas, no Recreio, por meio da confecção e distribuição no entorno dos parques de folhetos educativos explicando o que era o corredor ecológico, qual a importância de se preservar as árvores plantadas.

Parece bastante claro pelas entrevistas que a educação ambiental é bastante valorizada pelos gestores dos parques e principais gerentes da SMAC. Todos os gestores entrevistados concordaram em relação ao papel preponderante da educação ambiental, como estratégia que envolve a comunidade e propicia a colaboração entre governo e comunidade. Já para a diretora de Educação Ambiental da SMAC (SM06), o papel da educação ambiental é fundamental na viabilização da gestão dos parques. Para ela a educação ambiental está no mesmo patamar das atividades de conservação da natureza, por sua eficácia na transmissão do conhecimento sobre a natureza aos visitantes, criando neles a percepção do valor dos parques. Ela enxerga a educação ambiental como um fator de sucesso para a gestão de um parque, mas reclama que, em função das verbas limitadas, alguns dos planos elaborados acabam não sendo executados (SM06). A propósito dessa limitação orçamentária, durante a realização da pesquisa estava em curso o planejamento

de um convênio (parceria formal) com a Secretaria de Educação para passar grande parte da atividade de educação ambiental para esta secretaria, em função da falta de recursos na SMAC (SM01),

Apesar da importância da educação ambiental para a conscientização da sociedade sobre a questão ambiental e o importante papel das unidades de conservação, verificou-se que o objetivo desta atividade é apenas parcialmente atingido. A falta freqüente de verbas compromete a execução de todos os planos elaborados. Muitos parques são ainda desconhecidos da maior da população. Apenas como exemplo, no caso dos PNM Chico Mendes e PNM de Marapendi, a maioria dos moradores das favelas e prédios residenciais no entorno não conhece bem os parques e alguns deles acabam mostrando um comportamento ambiental inadequado, jogando lixo dentro do parque ou poluindo os canais que nele deságuam.

Analisando-se as estatísticas sobre o CEA disponíveis naquele órgão e o Relatório de Gestão da Secretaria de Meio Ambiente para o período de 1994 a 2004, constata-se a falta de séries históricas e de indicadores de eficácia das ações educacionais para muitos dos programas da SMAC.

Além disso, a falta de Centros de Referência em Educação Ambiental nos PNMs Bosque da Barra e Bosque da Freguesia, dois dos parques mais visitados da cidade, também compromete as ações educacionais dos gestores desses parques. No entanto, cabe dizer que a estratégia de espalhar Centros de Referência em Educação pelos parques da cidade pode ser bastante interessante, pois cria sinergias entre o Centro e a gestão do parque, estimulando sua visitação e o reconhecimento de sua importância pela população em geral. Pôde-se perceber também que a presença desses centros de educação ambiental dentro dos parques estimula o maior contato com as escolas locais por meio de visitas guiadas, cursos e palestras, no parque ou nas escolas, criando um vínculo muito forte entre os alunos e o parque e seu ecossistema. Como conseqüência, os alunos tornam-se multiplicadores espontâneos dos conceitos ligados à conservação da natureza. (MP02; SM06).

2.7- Objetivo → Possibilitar a realização de pesquisas científicas.

Atividade / Instrumento de Gestão → realização de pesquisas científicas nos parques.

Responsáveis → GUC e gestor do parque.

Há um convênio (parceria formal) com o Instituto Iguazu de Proteção e Pesquisa Ambiental, sem ônus para a SMAC. O Instituto, que possui convênios

com universidades, disponibiliza estagiários entre estudantes de Biologia, Veterinária, etc., que recebem ajuda de transporte e diploma do estágio. O objetivo é suprir deficiência de pesquisa e de pessoal nos parques a custo zero. Os estagiários realizam diversos trabalhos no parque, incluindo pesquisa, auxílio ao gestor e recepção de visitantes.

No entanto, tal parceria ainda não funciona de maneira ideal. Uma bióloga e ex-estagiária de alguns parques municipais faz críticas ao programa de estágios no PNM da Prainha ao relatar o ocasional não preenchimento das duas vagas de estagiários oferecidas pelo Instituto Iguaçu, reclamando também da falta de planejamento e ordenamento de tarefas destinadas aos estagiários e voluntários que queiram atuar no parque (Goskes, 2005). Problemas de mesma natureza foram também verificados durante a pesquisa em alguns dos parques analisados (PNM de Marapendi; PNM Bosque da Barra) devido à falta de um gerenciamento centralizado pela GUC da atuação dos estagiários, que incluía o acompanhamento mais detalhado da sua atuação e do resultado dos estágios e pesquisas realizados. Além disso, a falta crônica de recursos humanos nos parques acaba por fazer o gestor alocar o estagiário para atividades mais operacionais do que de pesquisa, além de comprometer o acompanhamento das pesquisas realizadas pelos estagiários, como se vê pelas declarações abaixo:

Gestor do PNM Bosque da Barra – “...Os nossos problemas aqui são outros. Tipo, um suporte, falta de pesquisadores que venham aí nos ajudar, nos auxiliar na questão do levantamento específico mais de fauna, de flora, a gente teve aí agora. ...Então a função do estagiário do Instituto Iguaçu é nos ajudar na visita orientada, conduzindo essas escolas, nos ajudando na divulgação do parque porque a gente conduz o aluno, o estagiário distribui nas escolas, nos condomínios divulgando o parque para que venham aqui; nos ajudam nas pesquisas científicas como, alguns se interessam por levantamentos de fauna e flora e aí eles se direcionam” (BB01).

Gestor do PNM de Marapendi – “De estagiário? Nós ainda estamos formando aqui o nosso grupo de estagiários. Devido à distância aqui e como tudo está ainda por fazer aqui, há uma dificuldade para o estagiário. Então, é dito para o estagiário da importância dele aqui e da dificuldade que ele vai encontrar. E como sou eu sozinho, eu não posso acompanhar tudo ao mesmo tempo...” (MP01).

Por outro lado, os convênios de pesquisa com universidades e centros de pesquisa no nível de mestrado e doutorado ainda são raros. Pode-se citar a realização de pesquisas pela Universidade Estácio de Sá, que é, sem dúvida a instituição universitária que mantém os maiores vínculos com a SMAC.

Pelos dados levantados, conclui-se que o objetivo dessa atividade é parcialmente atingido. Falta um programa de estágio melhor estruturado por

parte da GUC que oriente e acompanhe as pesquisas dos estagiários de forma sistemática e de um número maior de parcerias sistematizadas, de preferência de forma centralizada, com universidades que tenham forte atuação em pesquisa na área ambiental.

Nas próximas seções são descritos e analisados os oito casos de parques selecionados: seis parques naturais municipais, um parque estadual e outro federal. Dentro de cada caso, ao final de cada tópico é feita uma breve análise do mesmo e são enunciadas as conclusões. No quinto capítulo será feita a análise dos múltiplos casos e, no sexto capítulo, serão elaboradas as conclusões finais da pesquisa.

4.1.2. Estudo de Caso do PNM Chico Mendes

4.1.2.1. Caracterização do Parque

O Parque Natural Municipal (PNM) Chico Mendes localiza-se numa área de restinga de mata seca e restinga brejola (manguezal) na sub-bacia hidrográfica de Jacarepaguá, fazendo parte de um bioma maior, que é a Mata Atlântica. Próximo a ele, localiza-se o PNM de Marapendi. O que basicamente distingue o ecossistema dos dois parques é que no Chico Mendes não existe área de mangue (CM01). Os dois parques caracterizam-se pela presença de lagoas em seu interior, interligadas pelo canal das Taxas, que forma atualmente um corredor ecológico, conforme se vê no mapa da Figura 7. No Anexo 6 é possível visualizar o mapa do parque e seu entorno e uma foto aérea do mesmo.

O PNM Chico Mendes foi criado em 1989 e ocupa uma área de 40 hectares no centro do bairro do Recreio dos Bandeirantes, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, um dos bairros de maior crescimento populacional nos últimos quatro anos (PCRJ/SMAC-1998). O número de lançamentos imobiliários anuais no bairro é crescente e o parque já se encontra quase totalmente cercado por prédios de classe média de três andares, com exceção de seu perímetro oeste. Mas mesmo aí existem construções irregulares no seu entorno, que constituem uma comunidade favelada (Comunidade Chico Mendes). A noroeste, o parque é circundado pela comunidade do Canal das Taxas, conhecido como Terreirão, parcialmente urbanizada, mas ainda sem esgotamento sanitário.

O solo do parque é todo arenoso, pois o mesmo já esteve coberto pelo mar há milhares de anos atrás. Há cerca de 320 espécies diferentes de fauna e flora. O parque possui uma sede administrativa com espaço para exposições e palestras, biotério, jaulas para animais em quarentena (jacarés, aves, jabutis, etc.) trilhas, horto, e aproximadamente 12 hectares do mesmo são ocupados pela menor lagoa do município (chamada de lagoinha), habitada por jacarés de papo amarelo (espécie ameaçada de extinção na cidade e animal-símbolo do parque). Esta lagoa é um dos grandes atrativos do parque. No entanto, tornou-se bastante poluída por detritos orgânicos, por ser alimentada pelo Canal das Taxas, que recebe esgoto in natura tanto das comunidades faveladas quanto de alguns prédios residenciais mais antigos e empreendimentos comerciais ainda não ligados à rede local de esgoto da Prefeitura. A poluição do Canal das Taxas tem causado a proliferação de plantas aquáticas, denominadas gigogas, que acabam por retirar oxigênio da água, matando os peixes e tornando-a lagoa um berçário de mosquitos, que infestam a região (CM01, CM-MP04).

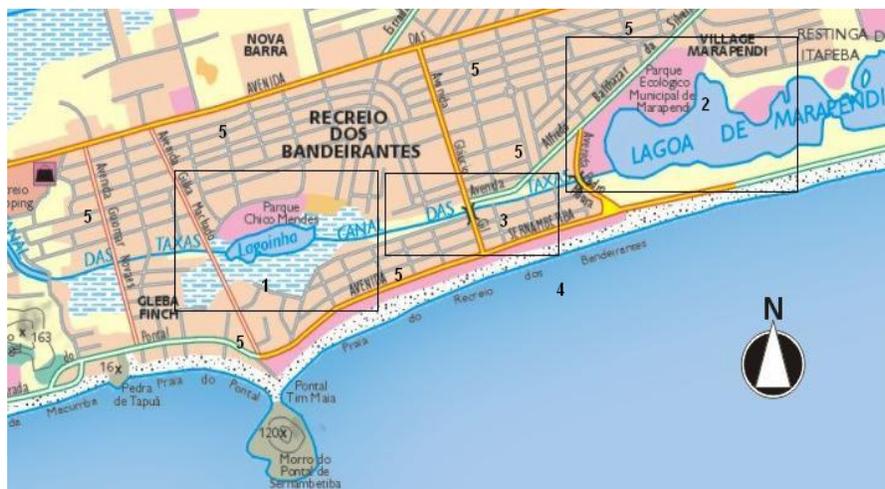


Figura 7 - Mapa da região mostrando os parques Chico Mendes e Marapendi

Fonte: Instituto Municipal Pereira Passos – Armazém de Dados (2007)

Legenda da Figura 7

- 1-PNM Chico Mendes
- 2-PNM de Marapendi
- 3-Corredor ecológico no canal das Taxas
- 4- Praia do Recreio dos Bandeirantes
- 5- Áreas urbanizadas que cercam os parques

Após seis anos de abandono, o parque começou a ser revitalizado em 1995, principalmente pela ação da Fundação Rio-Zôo, responsável na época por sua gestão. Até 2006, mesmo depois da passagem do parque para a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), em 2003,

ainda existia um convênio entre ambas, que trazia benefícios para a gestão do parque.

Atualmente o PNM Chico Mendes conta com um gestor em tempo integral, formado em biologia e funcionário da SMAC, lotado na Gerência de Unidades de Conservação (GUC), que já atua no parque desde 1998. Trata-se do gestor há mais tempo atuando em um parque municipal e os resultados de sua atuação já se fizeram sentir em termos de recuperação da fauna e flora original e combate permanente às espécies exóticas, retiradas na medida do possível.

No entanto, sua atuação é comprometida pela falta de uma estrutura organizacional adequada. Ele é o único funcionário da SMAC atuando na administração do parque. Os demais auxiliares são de outros órgãos (Guarda Municipal, Guarda Florestal, funcionários da firma terceirizada de manutenção, quando o contrato está em vigor) e estagiários de biologia, em parceria com uma ONG e universidades.

A falta de funcionários administrativos de apoio dificulta a atuação do gestor, sobretudo nos momentos que ele tem de se ausentar para ir à sede da SMAC, no centro do Rio, ou quando sai para divulgar o parque em palestras ou reuniões com atores sociais locais.

4.1.2.2. Identificação dos Atores Sociais Locais

Podem-se identificar vários grupos de atores sociais nas diversas comunidades no entorno do parque, formada pelos habitantes, empresários e trabalhadores do Recreio dos Bandeirantes. Em termos de classe social, existem dois grupos bem distintos: moradores de médio e alto poder aquisitivo, que habitam os prédios e casas em volta do parque e na maior parte do bairro, e moradores de baixo poder aquisitivo, que habitam as várias comunidades faveladas da área (cerca de seis, duas delas coladas ao parque). Ambos os grupos impactam atualmente o parque de maneira negativa por meio da poluição causada pelo esgoto sanitário proveniente de residências e empresas, lançado sem tratamento na rede águas pluviais. Uma parte desse esgoto desemboca na lagoa dentro do parque ou no canal das Taxas. O lixo que é jogado neste canal, o qual desemboca, parcialmente, na própria lagoa do parque, também contribui para o agravamento da situação. Estas duas ações poluidoras são originadas tanto nas camadas mais pobres quanto nos prédios de classe média /média alta e empresas locais (CM01, CM-MP04).

Por outro lado, percebem-se ações voluntárias dos próprios moradores em conjunto com ONGs, empresários locais, escolas, instituições religiosas (e outros grupos de atores sociais dentro da comunidade), que procuram, por um lado, minimizar o problema, através de coleta de lixo, educação ambiental e plantio de mudas de plantas, e por outro, pressionar as autoridades estaduais e municipais no sentido de se implantar a rede de esgotamento sanitário na Barra da Tijuca e Recreio. Um dos objetivos principais é que ao despoluir a lagoa, esta possa voltar a ser fonte de lazer e de saúde para a comunidade. Cabe lembrar que na gestão sustentável de unidades de conservação ambiental, a possibilidade da exploração do ecoturismo surge como uma excelente alternativa de geração de renda para as comunidades locais, sobretudo as mais pobres. Assim, turistas locais, regionais e estrangeiros passam a ser considerados com partes interessadas na unidade de conservação, enquanto fonte de lazer, e esta passa a ser vista pela comunidade como meio de geração de emprego e renda.

A seguir são identificados os principais grupos de atores sociais que se relacionam com o PNM Chico Mendes. Alguns deles serão descritos em maior detalhe, considerando-se a importância desse relacionamento.

1- Moradores de maior poder aquisitivo e suas associações

O bairro do Recreio dos Bandeirantes caracteriza-se por uma população predominantemente de médio poder aquisitivo, mas também com significativas minorias de alto e baixo poder aquisitivo. O rendimento nominal familiar *per capita* em 2000 era de R\$ 1.327,43 (em valores de 2000), o que colocava o bairro em 17º lugar entre 126 bairros do Rio. (Armazém de Dados, 2007 - Tabela 1729). Estima-se que desde então esta média tenha subido em função do enorme número de lançamentos imobiliários no bairro destinados às classes mais abastadas.

A principal associação de moradores do bairro é a Associação dos Moradores do Recreio dos Bandeirantes (AMOR), que representa claramente os interesses dos moradores de maior poder aquisitivo e se reúne semanalmente para discutir as principais questões do bairro. Segundo o presidente da AMOR, a posição da entidade em relação à questão ambiental é de que o Recreio é um bairro com uma vocação eminentemente ecológica, cuja preocupação também é com a preservação de espécies raras tanto de fauna quanto de flora (CM-MP01). Ele entende que existem algumas questões que já vem sendo discutidas há anos e sobre as quais a associação já teria uma opinião formada, tais como: combate à favelização e à construção de prédios acima do gabarito permitido,

“preservação” (na verdade, conservação) do meio ambiente e preservação de canais, como se depreende da afirmação (CM-MP01):

“Nunca ouvimos nenhum morador que fosse contrário ao combate à favelização, que fosse contrário à preservação de meio ambiente, que fosse contrário à promoção de asfaltamento das ruas, que fosse contrário a obras de infra-estrutura, qualquer coisa assim, né”.

A AMOR mantém uma intensa parceria com a Associação Comercial e Industrial do Recreio (ACIR), tendo inclusive realizado em conjunto com a ACIR vários fóruns sobre questões locais, como o fórum de segurança já na sua quinta edição, do III Fórum de Meio Ambiente do Recreio, organizado em meados de 2006. Trata-se de um ambiente para discussão democrática de problemas, de questões relativas ao bairro (CM-MP01). Também atua de maneira contínua junto com o Lions Club e o Rotary Club do Recreio. Segundo ainda o presidente da AMOR existe um excelente relacionamento com a Associação de Moradores de Vargem Grande e com algumas associações da Barra como a Associação de Moradores da Orla da Lagoa da Barra da Tijuca (AMOL), entidade bastante engajada na luta pela conservação ambiental.

No entanto, o mesmo não ocorre em relação às associações de moradores das favelas da região. O presidente da AMOR reconhece a existência de um conflito de interesses entre a AMOR e as comunidades faveladas e suas associações, que de certa forma parece impedir uma colaboração entre elas no intuito de resolver a questão da falta de esgotamento sanitário nas mesmas.

Presidente da AMOR - “Olha, nós temos um relacionamento muito próximo não porque eles..., poderia até dizer de certa forma, existe um certo conflito de interesses, porque... um dos nossos programas contempla o crescimento organizado e organização do bairro. O que por consequência afastaria a permanência de qualquer invasão, por exemplo... Lá no Terreirão você tem muita ocupação de área pública, uma questão que sempre preocupa em qualquer favela, é a existência, por exemplo, de vielas, guetos, são algumas condições geográficas, que facilitaria uma atuação de marginais, que na verdade afastam a possibilidade de atuação do poder público, que a partir do momento que o poder público não pode atuar, seria a via do caos”. (CM-MP01).

2- Moradores de baixo poder aquisitivo e suas associações

A oeste, o Parque Chico Mendes faz divisa com uma série de favelas planas denominadas “comunidades” pelos próprios moradores, algumas urbanizadas pelo Projeto Favela-Bairro, outras ainda formadas por barracos e casas bem pobres. Este complexo, que ocupa vários quarteirões do bairro do Recreio, é chamado de Terreirão, sendo composto pelas favelas Vila Amizade, Canal das Taxas, W8, Vila Harmonia e, mais distante do Parque, a Vila dos

Pescadores e a comunidade da ladeira do Morro do Rangel. A principal associação de moradores no Terreirão é a Associação de Moradores do Canal das Taxas. Seu presidente estima a população local em cerca de dezenove mil habitantes e ainda crescendo devido à chegada de migrantes nordestinos. O Terreirão é relativamente seguro e vários moradores de maior poder aquisitivo costumam fazer compras nas diversas lojas ali existentes devido aos preços mais baixos ali praticados. Em conseqüência, o comércio local tem se desenvolvido rapidamente, levando recentemente à construção de vários prédios residenciais–comerciais dentro da comunidade, revalorizando o preço dos terrenos (CM01; CM-06).

A sudoeste, no caminho da praia, existem mais duas favelas: a comunidade Chico Mendes e a Papo Amarelo. A comunidade Chico Mendes surgiu na década de 90, quando houve uma grande invasão ao parque Chico Mendes, por dezenas de famílias. Imediatamente deu-se a mobilização das autoridades que, por meio da presença da polícia militar, forçou os invasores a se retirarem do parque, ocupando, porém, o terreno baldio em frente. Segundo o gestor do parque, esta ainda é uma área de estresse constante, com risco de novas invasões, apesar do cercamento e fiscalização do Grupo de Defesa Ambiental, ligado à Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Quanto ao relacionamento entre os moradores das favelas locais e a AMOR, fica evidente que existe uma tensão latente pela declaração do presidente da Associação dos Moradores do Canal das Taxas (AMCT), uma das associações mais atuantes no Terreirão.

Entrevistador – “Mas, vocês já procuraram o pessoal da Associação de Moradores do Recreio ou eles já procuraram vocês; existe algum contato?”
Entrevistado – “Fica meio assim, porque levaram essas duas associações uma fama muito... porque na época que eu estava aqui, ah, não, a Associação AMOR quer tirar a Associação do Canal das Tachas, do Terreirão, né, que era antigamente, entendeu, chegou aqui e fez a cabeça dos moradores todos aqui e entendeu, e não tem aquele convívio que era para ter. Não sei se é a culpa dos presidentes, da minha parte, eu não, entendeu? Toda vez que me chamam para uma reunião eu estou lá, entendeu? Eles não vêm à nossa reunião aqui... Foi semana passada. Nós tivemos a reunião de todos os presidentes aqui do próprio Terreirão, daqui da associação, entendeu, conversamos sobre os problemas das comunidades.” (CM06).

Os principais problemas que afetam as comunidades de baixo poder aquisitivo atualmente são a falta de urbanização e a falta de esgotamento sanitário. Por conta disso, a maior parte do lixo e esgoto dessas comunidades

acaba sendo lançado diretamente no canal das Taxas, que desemboca parcialmente na lagoinha do Parque Chico Mendes.

Outro tipo de intervenção negativa que costumava ocorrer era a ação predatória de membros das comunidades faveladas ao pescarem e caçarem dentro da área do parque. Tal problema foi resolvido com uma ação conscientizadora envolvendo o gestor do parque e o presidente da AMCT e à contratação de moradores da comunidade para trabalharem como membros de dois programas ambientais na região: “Guardiões dos Rios”, que limpa os rios da região, e o “Mutirão Reflorestamento”.

3- Empresas, empresários e suas associações.

Foram entrevistados alguns empresários da região associados a ações voluntárias junto ao PNM Chico Mendes. A percepção dos empresários entrevistados é de que apesar dos esforços do gestor para fazer parcerias com empresas, estas iniciativas esbarram na burocracia da prefeitura e na falta de poder decisório do próprio gestor em relação a elas, pois a maior parte das decisões estratégicas relativas à gestão do parque são tomadas de forma centralizada na GUC ou outros setores da SMAC (CM05; CM-MP02; CM-MP03). Eles também enxergam sua própria participação apenas como complementar, por meio de doações de materiais, organização de eventos, mas reiteram a responsabilidade primordial da prefeitura de dar os recursos necessários ao gestor do parque para realizar seu trabalho adequadamente. Segundo eles, os recursos são escassos atualmente e o parque vive sempre em dificuldades no que tange sua manutenção. De fato, o parque ficou sem contrato de manutenção entre abril e novembro de 2006, a partir de quando começou a vigorar um novo contrato para limpeza, varrição e poda. Esta lacuna ocorreu devido à burocracia na Prefeitura (exigência de licitação e trâmites burocráticos internos nos vários órgãos da prefeitura). É comum também se solicitar ajuda aos parques da região que estejam com contratos de manutenção em vigor. É exatamente o caso do PNM Marapendi, que ajuda o PNM Chico Mendes com o fornecimento de alguns materiais e vice-versa. Outro modo de obter materiais de consumo é via doações de empresas ou grupos que visitam o parque. É de se notar que regulamentos internos da prefeitura inviabilizam atualmente a cobrança de ingressos e a existência de quiosques de alimentação dentro do parque.

Ainda segundo tais empresários, a consciência ambiental entre os empresários do Recreio dos Bandeirantes ainda é baixa e muitos deles nem mesmo conhecem o parque, o que, aliás, também ocorre com muitos moradores

da região. Algumas empresas da região também contribuem para poluir a lagoa do parque. É o caso de um posto de gasolina, que lança os seus detergentes nas águas pluviais que desembocam no canal das Taxas, de um supermercado e de restaurantes da orla, que fazem o mesmo. A Subsecretaria de Águas Municipais da Prefeitura - Rio Águas, responsável pelo tratamento do esgoto no Recreio dos Bandeirantes já notificou várias dessas empresas e deve multá-las em breve, se nenhuma ação corretiva for providenciada por elas (CM-MP04; CM02).

A atuação de demais atores sociais, como ONGs e associações classistas, universidades, escolas e institutos de pesquisa, outros órgãos de governos, partidos políticos e seu membros, além de visitantes e turistas será analisada na próxima seção juntamente, com as estratégias.

4.1.2.3.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo → Implantar a gestão participativa nos parques

Atividade / Instrumento de Gestão → Formação do Conselho Consultivo

Responsáveis → GUC e gestor do parque

Não há gestão participativa oficial no parque, pois não há Conselho Consultivo formado nem em formação. O órgão central mantém um discurso favorável à criação de Conselhos Gestores, mas, na prática, ocorrem muito poucas ações de implementação dos mesmos. É importante notar que apesar de alguns dos atores sociais locais entrevistados terem demonstrado apoio à idéia de criação de um Conselho Consultivo (CM-MP01; CM-MP02; CM-BF01) quando perguntados a respeito, não foi identificada nenhuma ação de grupos locais no sentido de pressionar o gestor ou a SMAC para que se crie o Conselho Consultivo do parque. O presidente da AMOR reconheceu, inclusive, sua não familiaridade com o tema (CM-MP01). Não é que não exista a consciência local a respeito da importância da questão ambiental. Durante a realização da pesquisa aconteceram várias reuniões dentro do PNM de Marapendi e do PNM Chico Mendes, com a presença de diversas entidades ambientalistas, associações de moradores e vários moradores do Recreio e da Barra para tratar

da criação do Conselho Gestor (de caráter deliberativo) da APA de Marapendi, que inclui em seu território o PNM de Marapendi. No entanto, as associações do Recreio não parecem ainda enxergar sua participação na gestão do PNM Chico Mendes como algo que possa lhes trazer benefícios. Nesse sentido, a falta de divulgação e provocação da SMAC sobre o assunto também ajudam a manter o nível de interesse baixo nessa comunidade.

A falta de prioridade aos Conselhos Consultivos dentro da SMAC contaminou a maioria dos gestores, o que é comprovado pelo próprio reconhecimento do gestor do PNM Chico Mendes de que uma das razões para o parque ainda não ter um Conselho Gestor é sua própria resistência (CM01):

Gestor do parque- "...mas a partir do momento que você cria o conselho consultivo você tem que ter tempo para se reunir com as pessoas, ter tempo de ouvir, nem sempre todo mundo vai de acordo com o que você vai querer e isso faz parte. Democracia faz parte. Mas é importante. Eu estou postergando ao máximo porque eu acho que não vai ter jeito."

Entrevistador – "E você está me dizendo agora que você tem postergado isso. Mas por que postergado? Que dizer, você acha que o fato de que o conselho, você tem que consultá-lo para tomar algumas decisões atrapalha, que dizer, cria uma certa burocracia ou tira a agilidade do gestor...."

Gestor do parque – "É, vou fazer uma *mea-culpa*, talvez seja eu mesmo que não compreí essa iniciativa, não tomei essa iniciativa de desenvolvê-lo, né, eu acho que os parceiros já estão claros para todo mundo, é a COMLURB, e a Rio Águas, é a Associação de Moradores do Recreio, Associação de Amigos do Parque. Já está tudo meio que mapeado, eu faço a mea-culpa talvez tenha sido por falta da minha iniciativa mesmo de não ser tocado isso e talvez seja a falta de cobrança da minha chefia, né. ...Talvez eu ache que a ausência de um conselho consultivo não seja o maior problema para o parque. Porque ele hoje tendo ou não tendo, o parque está funcionando bem."

Foi constatado, no entanto, que o gestor do PNM Chico Mendes vem buscando de forma sistemática parcerias informais com as várias comunidades do Recreio, sobretudo as de maior poder aquisitivo. A partir de contatos freqüentes do gestor do Chico Mendes com os moradores do entorno do parque, um advogado que mora em frente ao parque acabou por sugerir a criação de associação que pudesse ajudar o gestor a resolver alguns de seus problemas no dia-a-dia, no que foi totalmente apoiado. Assim, em dezembro de 2005 foi criada por uma Assembléia a Associação dos Amigos do Parque Chico Mendes em Defesa Ambiental. Esta associação, ainda em fase de estruturação, tem como objetivo ajudar o parque em sua gestão, mas ainda se caracteriza pela centralização das ações na pessoa de seu principal criador, o que impede seu crescimento. Ainda assim, conseguiu viabilizar a doação de um busto de Chico

Mendes ao parque, por parte de empresários locais e chegou a mobilizar a imprensa e o CREA-RJ sobre o problema das gigogas que tomaram toda a superfície da lagoinha do parque durante quase todo ao ano em 2006. Pressionada pela média, a SERLA disponibilizou equipamento para retirar as plantas. Ao final de 2006, a maior parte da lagoinha já estava livre das gigogas.

Gestor do Parque – “Foi através de mobilização de outras reuniões. Alguns moradores que gostam do parque, vêm, por exemplo, também essa problemática da Lagoinha, vêm a lentidão do poder público em resolver esse problema, seja ele estadual, municipal ou federal, então se mobilizaram e tentaram: “O que você precisa? Vamos estar colaborando com vocês do parque, naquilo que o poder público não pode atuar”; então começou a surgir dessa forma...”(CM01).

Esta estratégia não apenas foi estimulada pelo gestor da GUC pelo gerente da GUC (“É parceria, são as parcerias. Eu estou sugerindo aos gestores, ta, que criem associações de amigos do parque” (SM01)), mas também parece ser vista por ele como uma solução melhor que o Conselho Consultivo, como se percebe a seguir.

Gerente da GUC – “O conselho é um fórum de gestão do parque? Claro que sim. Mas ele pode não acontecer. Talvez uma associação, "amigos do parque" - que lá na frente teria assento no conselho - seja o melhor caminho. Então se eu tenho associações de amigos do parque Chico Mendes; toda vez que o Geraldo tivesse um problema de administração, essa associação, que reuniria o comércio local, tudo isso, poderia contribuir. Não pra assumir na gestão talvez de tudo, mas pra contribuir. Ele tem o Lions lá dentro já, ele tem o Rotary Club metido lá dentro, o Lions ajuda muito o Chico Mendes, é o envolvimento das pessoas, né, e elas entendendo como a coisa funciona,... elas vão ajudar. Não é um conselho consultivo, que é uma coisa demorada, o conselho consultivo... se cria. Associação de amigos do parque, o nome já diz: são amigos, então as pessoas ali têm objetivos comuns. O conselho consultivo, ele é estapafúrdio! O conselho consultivo vai ter um camarada do quiosque em frente à Prainha, e vai ter o surfista; de repente vão se bater. Os interesses vão ser diferentes. Com a associação de amigos, não. Não é, quer dizer, ela...”

Entrevistador- “...Você acredita que realmente mesmo a associação de amigos ... as pessoas lá dentro possam...”

Gerente da GUC – “Eu acho que pode ter, mas são menores do que os outros. São menores. E sempre tem que ter democracia.”

Aqui se nota uma tendência a entender a atuação das Associações como preferíveis ao Conselho por teoricamente evitarem o conflito. No entanto, essa é uma visão limitada da questão. O conflito é inerente à questão ambiental, como se viu na seção anterior e a não existência do Conselho apenas mascara esta situação.

2- Diretriz: Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

2.1.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora

Responsáveis → Gestor do parque

Desde a sua criação, o parque tem sofrido inúmeros ataques a sua fauna e flora, sobretudo até o período de 1995, quando teve parte de sua vegetação original retirada para instalação de canos da rede pluvial, que hoje causam poluição na lagoinha e substituída por espécies exóticas plantadas por moradores ou que simplesmente invadiram o parque a partir de seu entorno. A partir de 1995 iniciou-se um processo de recuperação da flora do Parque, que tem sido priorizado pela atual gestão, em parceria com a Diretoria Técnica da Fundação RIOZÔO, eliminando as espécies exóticas e substituindo-as por cerca de trinta espécies nativas, numa proporção de 10 nativas para cada espécie exótica retirada (PCRJ-SMAC-1998). Este trabalho conta também com o apoio do Programa “Mutirão Reflorestamento”, que realiza o plantio e a retirada das espécies exóticas. Algumas das mudas são produzidas no próprio parque, mas a maioria das mudas é trazida do Horto Municipal Carlos Toledo Rizzini, que funciona dentro do PNM Bosque da Barra, por meio do Projeto Flora do Litoral, uma iniciativa da Fundação Parques e Jardins, que também pertence à SMAC (SMAC/RIO ZÔO, 2004; CM01; CM02).

Várias observações realizadas pelo pesquisador (freqüentador do parque) nos últimos cinco anos, sobretudo durante a pesquisa, mostram o sucesso da iniciativa, ainda que não total, pois algumas espécies exóticas ainda não foram retiradas devido a dificuldades técnicas e falta de recursos. Como resultado da reintrodução de espécies nativas, já se constatou o retorno de várias espécies de pássaros nos últimos anos. No entanto, não há estatísticas exatas sobre o número de espécies animais.

Destaque-se também o combate a incêndios realizado pela equipe do parque com a ajuda da Guarda de Defesa Ambiental (GDA). Segundo o gestor

do parque, desde 1998 não há um incêndio sequer no parque, ainda que existam riscos derivados de oferendas religiosas e de soltura de balões durante as festas juninas.

Também em parceria com a Fundação Rio-Zôo, o PNM Chico Mendes mantém um biotério onde são mantidos animais capturados, e seis viveiros de acondicionamento e quarentena de animais, ocupados por tartarugas, jabutis e jacarés de papo amarelo. Os jacarés capturados na região são trazidos para o parque, referência no município para esta espécie, onde são tratados e soltos na lagoinha ou transferidos para outras unidades de conservação. Estima-se em mais de 100 indivíduos soltos atualmente dentro do parque. Segundo o gestor, apenas em 2005 o parque recebeu 264 indivíduos de cerca de 130 espécies diferentes, em geral trazidos pelo corpo de bombeiros, com o qual o parque mantém uma parceria informal. Quando é necessário tratamento de algum animal, este é enviado para o campus da Universidade Estácio de Sá, em Vargem Pequena, com a qual o parque mantém uma parceria, especificamente com o curso de veterinária.

Em relação ao principal problema ambiental que aflige o bairro e o PNM Chico Mendes há anos, isto é, o lançamento de esgoto nos rios e lagoas do bairro, houve em 2006 uma iniciativa conjunta do gestor do parque com a AMOR e o gerente da Estação de Tratamento de Esgoto do Recreio. Eles realizaram campanhas educacionais no sentido, tanto de conscientizar os condomínios e algumas empresas comerciais a ligarem suas redes de esgoto predial à rede municipal, quanto de educar os moradores das favelas a não jogarem lixo no canal.(CM02; CM-MP01). Tais iniciativas não foram ainda bem sucedidas. A explicação dada é que as multas a que estariam sujeitos os infratores eram baixas até pouco tempo atrás (CM02; CM-MP04). No entanto, pode-se também questionar se os métodos de educação ambiental utilizados teriam sido os mais apropriados. Considera-se o esgoto que desemboca na lagoinha do parque a maior ameaça

O objetivo dessa atividade está parcialmente atingido, pois apesar do contínuo processo de eliminação de espécies exóticas da flora e de reintrodução de espécies nativas, o gestor não conseguiu ainda eliminar algumas espécies vegetais exóticas, mas estima-se que 15% das espécies de aves da cidade já freqüentam o parque, Há também um programa bem sucedido de proteção ao jacaré do papo amarelo, espécie ameaçada de extinção na cidade. É importante destacar as parcerias, formais e informais, existentes que garantem o bom funcionamento dessa importante atividade no parque.

2.2.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção das áreas verdes e de lazer do parque (varrição, limpeza e poda).

Responsáveis → Gestor do parque e empresa de manutenção contratada

Como explicado na seção 4.1, a GUC utiliza uma estratégia de terceirização, via licitação pública, para realizar as atividades de manutenção das áreas verdes dos parques. São firmados contratos de manutenção junto a empresas especializadas na prestação de serviços ambientais, renováveis por um ano. Objetiva-se assim, reduzir custos e superar a falta crônica de mão de obra na SMAC. Como estes contratos ainda são assinados para cada parque, e como o processo de licitação / renovação tem levado alguns meses, ocorreu do PNM Chico Mendes ficar sem contrato durante a realização da pesquisa, o que causou uma série de transtornos para o parque, como se constata pela segunda e terceira entrevistas com o gestor:

2ª. Entrevista (em fevereiro de 2006 – CM02):

Gestor – “Agora, por exemplo, para você ter idéia, o contrato com a Secretaria do Meio Ambiente vai acabar agora no dia primeiro de março. Então o... da Limpeza, o... da Limpeza vão ser demitidos, já estão de aviso prévio. Quem vai ficar no parque tomando conta? Além dos dois guardas de plantão, vão ficar eu, o, que é o tratador de animais e o..., que é terceirizado de um contrato... para limpeza. Então vão ficar três funcionários, de dez vai cair para três.”

3ª, entrevista (em julho de 2006 -CM03):

Gestor – “A respeito do contrato não tem muito que falar porque nós continuamos sem contrato, passados aí desde abril, maio, junho, julho, estamos indo para agosto, vamos fazer daqui a pouco cinco meses sem contrato...”

Apesar dos problemas, durante a pesquisa, observou-se nas várias visitas ao parque que suas trilhas estavam em bom estado (limpas e varridas) e relativamente bem sinalizadas. Notou-se que há, também, freqüentes podas das árvores, mas faltam placas de informações sobre as espécies da flora. A área de lazer do parque é bem conservada e limpa. Isto se deve particularmente a parcerias informais do gestor do PNM Chico Mendes: com o gestor do PNM de Marapendi, próximo a ele, que emprestou pessoal quando tinha contrato em vigor; com a COMLURB, que eventualmente faz a varrição e a poda das árvores; com as equipes dos programas ‘Mutirão Reflorestamento’ e ‘Guardiões dos

Rios”, que ajudam na manutenção das áreas verdes e da lagoa do parque, compensando os períodos de falta de contrato de manutenção das áreas verdes.

O objetivo desta atividade não é satisfatoriamente atingido, pois, como citado anteriormente, a burocracia interna na prefeitura e na SMAC e a falta de recursos costumam atrasar as licitações e renovações de contratos. Nos momentos de falta de contrato, o gestor do PNM Chico Mendes tem buscado ajuda por meio de parcerias informais, principalmente com os programas “Mutirão Reflorestamento” e “Guardiões dos Rios”, aliviando um pouco os problemas.

2.3. - Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Implantação do “Corredor Ecológico” ligando os PNMs Chico Mendes e Marapendi.

Responsáveis → SMAC e gestores dos dois parques

No início de 2005, o gestor do PNM Chico Mendes e a coordenadora do CEA de Marapendi idealizaram a implantação de um corredor ecológico ligando os parques Chico Mendes e Marapendi, com o objetivo de criar uma ligação entre eles que permitisse o deslocamento de espécies terrestres entre os parques e para combater poluição e erosão do canal das Taxas (PCRJ-SMAC, 2005). A idéia foi também abraçada pelo gestor do parque Marapendi e levada ao então coordenador de Conservação e Recuperação Ambiental, que não apoiou a mesma. Os idealizadores levaram então a proposta ao secretário de Meio Ambiente, que o aprovou e autorizou o uso de pessoal dos Programas “Guardiões dos Rios” e “Mutirão Reflorestamento” para ajudarem no processo. Os trabalhos iniciaram-se em março de 2005. Apesar do nome dado ao projeto ser “Corredor Ecológico”, na prática foi criada ali uma “AEIA”, ou seja, uma Área de Especial Interesse Ambiental. Porém, o conceito por trás do nome é mesmo o de corredor ecológico, ainda que bastante estreito, já que se localiza em área urbana densamente povoada.

Inicialmente, foram utilizados alguns dos funcionários da frente do canal das Taxas, engajados no Projeto Guardiões dos Rios, trabalhando uma vez por semana. Mais adiante, foi criada uma força-tarefa com a contratação de funcionários do “Mutirão Reflorestamento” especialmente para o Corredor Ecológico e deslocados guardiões do Rio para este projeto. Atualmente o projeto conta com 11 (onze) reflorestadores e 9 (nove) guardiões do Rio trabalhando uma vez por semana, tendo já plantado mais de oito mil mudas e retiradas

algumas espécies vegetais exóticas. No entanto, a situação atual ainda não é a ideal. Ainda subsistem às margens do corredor muitos espécimes de bananeira e palmeiras e alguns dos trechos ainda se encontram sem cobertura vegetal adequada.

Foram também criadas múltiplas parcerias envolvendo principalmente os dois Parques, o Programa “Mutirão Reflorestamento”, o Programa “Guardiões dos Rios” e a Associação de Moradores do Recreio, porém a lista de parceiros é bem maior segundo o relatório com a proposta do Projeto, a maior parte deles, órgãos do SMAC ou da Prefeitura, como se vê a seguir:

- Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA);
- Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA);
- Coordenadoria de Despoluição Ambiental (CDA);
- Coordenadoria de Informações e Planejamento Ambiental (CIP);
- Gerência de Unidades de Conservação (GUC);
- Parque Natural Municipal Chico Mendes (PNMCM);
- Parque Natural Municipal de Marapendi (PNMM);
- Centro de Educação Ambiental de Marapendi (CEAMAR);
- Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro/Fundação RIOZOO;
- Ouvidoria da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade (OSMAC);
- Assessoria de Comunicação da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade;
- Instituto Iguazu de Pesquisa e Educação Ambiental (IIPEA);
- Programa Mutirão Reflorestamento (PMR);
- Projeto Flora do Litoral (PFL);
- Projeto Guardiões dos Rios (PGR);
- Escritório Técnico Regional/nº. 04 (ETR4);
- Patrulha Ambiental (PA);
- Guarda Municipal – 3º. Grupo Especial/Grupo de Defesa Ambiental;
- Região Administrativa do Recreio (RAR);
- Associação de Moradores do Recreio dos Bandeirantes (AMOR);
- Lions Clube Recreio dos Bandeirantes (LCRB);
- 7ª. Coordenadoria Regional de Educação (7º CRE);
- Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB);
- Universidade Estácio de Sá (UES) e;
- Fundação RIO-ÁGUAS (FRA).

Conclui-se que objetivo foi parcialmente alcançado, pois o canal das Taxas continuava poluído e a retirada de espécies exóticas ainda não havia sido

completada até o final da pesquisa. No entanto, a área foi bastante recuperada e o projeto continua em andamento, devendo-se destacar a formação de uma parceria múltipla, envolvendo inclusive diferentes órgãos da Prefeitura e associações comunitárias, uma universidade e um instituto de pesquisa, faltando integrar um pouco mais os moradores próximos ao projeto.

2.4. Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Resolução de conflitos fundiários e invasões

Responsáveis → SMAC e gestor do parque

Segundo o gestor do parque, na implantação de um parque existe uma hierarquia de procedimentos, sendo o primeiro deles a desapropriação das terras resolvendo-se a questão fundiária. No PNM Chico Mendes houve um problema fundiário até 2005 com um ex-funcionário do parque que morava ali dentro e começou a construir mais casas para seus familiares.

Gestor – “Nós tínhamos uma família aqui, na verdade cinco famílias. De uma viraram cinco famílias, de cinco pessoas viraram 21. Então é um início de uma favela, quer dizer, nós conseguimos que cada dessas cinco famílias recebesse uma casa em Campo Grande, e se retirassem do parque porque o juiz já tinha batido o martelo e tudo. Dizendo essa área é pública, é o parque Chico Mendes e vocês têm que sair. Só que ele era funcionário público, é o maior caso que você vai ver de invasão de área pública é por funcionário público.”

Apesar de a SMAC ter acionado a justiça por se tratar de uma área de preservação ambiental e, portanto, não sujeita ao direito de usucapião, acabou-se chegando a um acordo com os invasores e as casas foram desocupadas, tendo os invasores ganho casas em Campo Grande. Segundo o diretor da AMCT, a solução foi satisfatória. Já o gestor do parque relatou ter até recebido ameaças de morte durante o processo. Atualmente, face ao rápido crescimento do bairro, muitos migrantes vêm morar nas comunidades faveladas e ainda existe risco de novas invasões, menor que antes, devido ao cercamento do parque e à ação da Guarda de Defesa Ambiental.

Ainda existe uma pendência fundiária com o Clube Municipal, cuja sede campestre invadiu uma área do parque. A informação prestada é de que a questão estaria parada na justiça há algum tempo. O detalhe interessante é que o Clube Municipal pertence aos servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Parece não haver muitas opções senão o cumprimento de instrumentos de comando e controle, no caso de invasões, porém a complexidade das questões pode levar a soluções menos ortodoxas e conflituosas, envolvendo algum grau de negociação. A negociação é sempre preferível à longa espera dos processos judiciais, ainda mais quando se trata de questão ambiental, quando a demora pode, muitas vezes, representar um dano irreparável. Em outros casos desta pesquisa, esta questão se mostra mais contundente.

3 - Objetivo → Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (ecoturismo).

Atividade / Instrumento de Gestão → Divulgação do parque

Responsáveis → SMAC, CEA e gestor do parque.

O número de visitantes vem crescendo nos últimos anos graças a um trabalho de divulgação por parte do gestor. Existem folhetos específicos sobre meio ambiente e pelo parque impressos de forma centralizada pela SMAC. Outro ponto forte do parque, segundo o gestor, é a visita orientada, que acontece de terça a sexta, em dois horários e excepcionalmente, aos domingos, quando estudantes universitários de biologia, que fazem estágio no parque, guiam grupos de pessoas ou estudantes das escolas da cidade (CM01). É interessante mencionar que o caso dos estagiários é uma das poucas parcerias feitas pela SMAC envolvendo todos os parques. O Instituto Iguaçu de Pesquisa e Proteção Ambiental uma ONG, intermedia estágios não remunerados nos parques naturais municipais junto às universidades e faculdades de biologia. Esta mão de obra gratuita ajuda o gestor em visitas guiadas e algumas operações de manejo no parque, além de realizar pesquisas, outro objetivo de uma unidade de conservação.

Conclui-se, assim, que graças a uma estratégia mercadológica acertada do gestor e da SMAC e à parceria (convênio) com o Instituto Iguaçu, este objetivo vem sendo alcançado.

4.1.3. Estudo de Caso do PNM de Marapendi

4.1.3.1. Caracterização do Parque

O Parque Natural Municipal (PNM) de Marapendi localiza-se ao longo de dois bairros: Recreio dos Bandeirantes, onde tem sua sede, bem próxima ao PNM Chico Mendes, e Barra da Tijuca, em áreas fragmentadas marginais à Lagoa e ao canal de Marapendi, como pode ser visto no mapa do e foto aérea do Anexo 7, ocupando uma área total de cerca de 971 hectares (PCRJ-SMAC,1998). Esta dispersão geográfica dificulta bastante a gestão eficaz do parque, como será demonstrado mais adiante. Como dito anteriormente parque localiza-se numa área de restinga de mata seca e restinga brejola (manguezal) na sub-bacia hidrográfica de Jacarepaguá e, desde 1991 integra a Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi. A grande característica do parque é exatamente margear a Lagoa costeira de Marapendi, uma das áreas mais exuberantes da cidade do Rio de Janeiro, ao longo de cerca de dezoito quilômetros. O PNM de Marapendi está ligado ao PNM Chico Mendes pelo Canal das Taxas, que atualmente forma o chamado “corredor ecológico do canal das Taxas”.

O parque foi criado em 1978 com o nome de Parque Zoobotânico de Marapendi e em 1989 sua administração passou à tutela da Fundação RioZôo. Já em 1995, novo decreto muda o nome do parque para Parque Municipal Ecológico de Marapendi e passa a tutela e gestão do mesmo à Fundação Parques e Jardins (FPJ). A partir de 2000, com a promulgação da lei 9985 do SNUC, novo decreto, em fevereiro de 2003, passa a denominá-lo de Parque Natural Municipal de Marapendi e sua tutela e gestão passam para a Coordenadoria de Conservação e Recuperação Ambiental, dentro da SMAC. Esta constante mudança de tutela ao longo dos anos tem prejudicado a gestão do parque, tendo suas instalações e ecossistema permanecido em precário estado de conservação até o ano de 2004, quando se iniciou uma grande reforma, que resultou na instalação do Centro de Referência em Educação Ambiental de Marapendi dentro do parque.

O atual gestor do PNM de Marapendi é formado em técnica agrícola e possui cursos de especialização em meio ambiente realizados dentro da SMAC, atuando nesse cargo desde abril de 2005 (MP01). Antes dele, uma gestora da SMAC ocupou o cargo de setembro de 2003 a janeiro de 2005, período durante

o qual o parque esteve vários meses fechado para reformas e implantação da atual infra-estrutura. As instalações do parque estão localizadas na área do parque no bairro do Recreio dos Bandeirantes. Segundo o gestor, não há uma sede de gestão do parque, mas sim a casa onde funciona atualmente o Centro de Referência em Educação Ambiental (CEA) de Marapendi, na qual ele ocupa uma das salas. O gestor não tem computador e suas instalações administrativas são precárias. A infra-estrutura atual do parque é composta de:

- ampla sede do CEA de Marapendi, onde funciona uma biblioteca, um auditório, salas de exposição;
- casa menor na entrada, onde estão lotados os membros da patrulha ambiental e GDA;
- playground, mesas e bancos;
- duas trilhas principais e algumas trilhas menores dentro da mata;
- viveiro de mudas.

Tal qual o PNM Chico Mendes, falta ao PNM de Marapendi uma estrutura organizacional adequada. O gestor é o único funcionário permanente da SMAC atuando na administração do parque. Os demais auxiliares são de outros órgãos (guardas municipais, GDAs, funcionários da firma terceirizada de manutenção, quando o contrato está em vigor) e estagiários de biologia, em parceria com o Instituto Iguazu e universidades.

4.1.3.2. Identificação dos Atores Sociais Locais

Em função da área administrativa e de visitação do parque se localizar no bairro do Recreio, bem próximo ao PNM Chico Mendes (ver Figura 7), a maior parte dos atores sociais envolvidos nesse bairro é a mesma daquele parque. No entanto, a grande extensão das áreas do PNM de Marapendi, que o fazem atingir quase o início do bairro da Barra da Tijuca, acaba criando contatos com outras comunidades, e, conseqüentemente, surgem novas situações de conflito e colaboração.

Assim, só serão descritas a seguir aqueles atores locais não mencionados na análise do PNM Chico Mendes.

1- Moradores de maior poder aquisitivo e suas associações

No bairro do Recreio dos Bandeirantes, as associações de moradores já identificadas anteriormente também atuam junto ao PNM de Marapendi, porém

percebe-se um vínculo menos estreito entre estas e o gestor do PNM de Marapendi quando comparado ao gestor do PNM Chico Mendes. Isto se deve, provavelmente ao maior tempo que este último ocupa o cargo (desde 1998) em comparação com o gestor do PNM de Marapendi, sendo, portanto, figura amplamente conhecida no bairro.

No bairro do Recreio, o PNM Marapendi ocupa uma região que possui gabarito liberado e é vizinho de vários condomínios de casas e prédios de mais de 20 andares (Barra Bali, Pontões da Barra, Barra Sul).

Segundo informações do gerente da Rio Águas, responsável pela Estação de Tratamento do Recreio, a maior parte dos condomínios tem Estações de Tratamento próprias, porém ele coloca em dúvida o pleno funcionamento delas (CM-MP04):

Gerente da ETE do Recreio – “O Barra Bali tem estação de tratamento própria, não sei se está funcionando. Eu ouvi dizer que não está, eu não posso confirmar. O (shopping) BarraWorld também não está ligado dentro da rede, e ele tem uma estação e tratamento ali; também ouvi dizer que não está ligado. São informações, eu não chequei. Eu não fui lá, entendeu. Eu não fiz inspeção para ter certeza disso, então eu não sei dizer... eu acho o risco é muito forte para o cara manter uma estação dessas num monte de prédios desligada, mas a gente está correndo risco por causa disso, né? Sabe que está correndo. Como falou na reunião tem gente que realmente desliga a sua estação de tratamento para economizar luz, à noite, então é o que mais tem.”

Esta declaração é, no entanto, contestada pelo presidente da Câmara Comunitária da Barra (B03):

Presidente da Câmara Comunitária- ...”O condomínio que tem uma ETE embaixo, e desliga, quem mora no segundo, no terceiro, no quinto andar não agüenta ficar de janela porque fede muito. Então isso é fantasia esse negócio de dizer que o condomínio desliga a ETE porque vai economizar energia, não dá para fazer isso, né?”

Já em todo o bairro da Barra da Tijuca existem condomínios residenciais de grande porte, *shopping centers* e empresas comerciais, muitos deles às margens das lagoas do bairro. Por lei, os condomínios com mais de 100 casas (BB03) são obrigados a possuir uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). No entanto, diversas notícias divulgadas na imprensa e no site da SERLA ao longo dos últimos anos mostram que alguns desses condomínios não cumprem com suas obrigações (Ver Anexo 8). Apesar dessa ameaça local causada por moradores de alto poder aquisitivo, as associações comerciais e de moradores locais afirmam que a principal causa de poluição das lagoas da Barra da Tijuca é o esgoto não tratado proveniente do bairro de Jacarepaguá, objeto, junto com a

Barra da Tijuca, do projeto do emissário submarino. O presidente da Câmara Comunitária da Barra é enfático a respeito (BB02):

Presidente da Câmara Comunitária – “...o município estava querendo prender os síndicos, né, prender os gerentes de shopping dizendo que nós é que estávamos matando peixe na lagoa, pó. E não era verdade, quer dizer, o que mata o peixe na lagoa é a poluição, principalmente que vem lá de Jacarepaguá quando você tem 600 mil habitantes aproximadamente e todo o esgoto de lá sem tratamento nenhum chega às lagoas poluindo rios e canais...”

No entanto, ele também admite haver alguns problemas com condomínios locais (BB02):

Presidente da Câmara Comunitária – “...Nós ajudamos o (condomínio) Barra Sul a arrumar recursos, quer dizer, viabilizar recursos lá dentro do condomínio para reformar a estação de tratamento de esgoto dele que estava praticamente parada e ..., nem funcionava mais... Tudo isso foi um trabalho muito grande, né...”

Uma associação de moradores bastante atuante na questão ambiental é a Associação Mundo Novo criada em 2004 e constituída por moradores do Condomínio de mesmo nome, localizado na Avenida das Américas, Barra da Tijuca, próxima ao PNM Bosque da Barra. Os fundos do condomínio são vizinhos à Lagoa de Marapendi e a uma área de proteção ambiental. Em entrevista com os responsáveis pelo comitê de meio ambiente da associação, foi informado que o objetivo do grupo de meio ambiente é a preservação dessa área de proteção localizada entre o condomínio e a lagoa, uma das poucas áreas grandes de vegetação nativa restantes na região. A associação acabou por adotar uma área pertencente ao PNM de Marapendi por meio de um termo de cooperação assinado com a Fundação Parques e Jardins. Os detalhes dessa adoção serão discutidos mais adiante no tópico que analisa a formação de parcerias.

2- Moradores de baixo poder aquisitivo e suas associações

Em função da localização do parque dentro do bairro do Recreio, o mesmo se encontra mais distante das favelas existentes, sendo, no entanto, afetado pela poluição do canal das Taxas, parcialmente proveniente destas comunidades. O gestor alegou que alguns membros destas comunidades costumam jogar lixo dentro do parque, aproveitando-se da ausência do muro de proteção em alguns pontos. Ainda que tenha sido observada a presença de lixo nessas áreas, não foi possível constatar quem foram os responsáveis por tal fato.

Em determinado ponto entre a avenida que margeia o parque e seu muro de proteção existem algumas casas mais modestas de antigos moradores da região. Ainda que possam ser definidas como moradias de baixa renda, não caracterizam a existência de uma favela. O gestor afirmou nunca ter tido problemas com tais moradores.

Em 2005, foi realizada uma outra auditoria pelo TCMRJ nos programas ambientais da prefeitura, que descobriu que dezessete favelas da cidade já ocupam áreas de preservação ambiental. Uma das citadas é a “comunidade da Rua São Tillon”, que estaria dentro do PNM de Marapendi (Afonso, 2005). Perguntado a respeito, o gestor do parque disse já ter ouvido falar a respeito dessa favela e que ela estaria localizada numa área da Barra da Tijuca, próxima à lagoa de Marapendi, mas que nunca esteve lá, pois não havia recebido até hoje nenhuma notificação oficial de invasão de área do parque.

Outro motivo de poluição da Lagoa de Marapendi é a poluição e o lixo jogado nos rios e canais que a alimentam por moradores de favelas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, em função da inexistência de tratamento do esgoto nessas comunidades. Espera-se que a conclusão do emissário submarino da Barra, já com atraso de mais de um ano, possa solucionar parte desse problema.

3- Empresas e empresários locais

As principais empresas que atuam na área do parque são as grandes construtoras, que têm sido a mola propulsora do crescimento urbano nos bairros da Barra e Recreio dos Bandeirantes. A maior parte das grandes construtoras têm adotado um discurso “ambiental”, divulgando a preocupação ecológica de seus empreendimentos nessas regiões, o que na maioria das vezes não corresponde à realidade, tratando-se de prática mentirosa de “marketing verde”. Algumas construtoras vêm realmente se preocupando com a questão ambiental em seus empreendimentos, ainda que o objetivo final seja o lucro. Isto se deve ao fato de a percepção sobre a questão ambiental ter aumentado entre os potenciais compradores de imóveis nessas regiões, além da crescente pressão das ONGs ambientais. As grandes construtoras têm, no entanto, forte lobby junto à câmara municipal e assembléia estadual, o que vem gerando conflitos na APA de Marapendi em virtude de constantes tentativas de construção de grandes hotéis à beira da praia, dentro da APA.

O diretor do GAE e ex-Presidente do IEF-RJ tem sua opinião a respeito (PB10):

Diretor do GAE e ex-Presidente do IEF-RJ – “Não, a posição dos empresários não mudou, mas não por conta própria, por sensibilidade, ou por nada disso, mas certamente a postura menos, digamos assim, agressiva do que no passado exatamente por conta das críticas que podem surgir ao empreendimento, matéria negativa na imprensa. Então você vê que ainda que sob vara, né, os empresários buscando uma adequação melhor para os seus empreendimentos do que no passado. Nesse aspecto, podemos dizer que houve uma melhora.”

4.1.3.3.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

Utilizaram-se para o PNM de Marapendi os mesmos critérios de análise no caso do PNM Chico Mendes.

1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo → Implantar uma gestão participativa nos parques

Atividade / Instrumento de Gestão → Formação de um Conselho Consultivo

Responsáveis → GUC e gestor do parque

Tal qual no PNM Chico Mendes não há gestão participativa oficial no PNM de Marapendi, pois não há Conselho Consultivo formado nem em formação. Na primeira entrevista (MP01), em janeiro de 2006, o gestor espontaneamente mencionou a possível utilidade de um Conselho Consultivo para o parque.

Gestor do parque – “...o que poderia, outra coisa que poderia ser instrumento de ajuda, ...seria um conselho consultivo atuante, da gente ver qual a necessidade de momento e como conseguir suprir essa necessidade.”

Entrevistador – “Quando você fala conselho consultivo, seria o quê, um conselho de pessoas externas ao parque?”

Gestor do parque – ‘Pessoas externas ao parque. Seria outro tipo de “amigos do parque”, tá, só que esse é mais compromissado.”

Na segunda entrevista (MP04), em junho de 2006, quando perguntado sobre a situação do Conselho Consultivo no parque, ele respondeu:

Entrevistado – “Conselho consultivo. É, gostaria que estivesse, sim, isso aqui, mas veja bem. Todas essas atividades, essa formação de grupos demanda condições para que o serviço seja executado. Já tentei fazer aqui Amigos do Parque, Grupos de Apoio ao Parque, mas sempre deparo com

o seguinte: vai ter meios de executar? Meios é o seguinte, até coisas simples. As ferramentas estarão aqui, uma vez estando aqui, estarão em boas condições de uso? Enxada, enxadão, o espeto de catar lixo.”

Entrevistador – “Quer dizer, que seria para essas pessoas virem aqui ajudar você?”

Entrevistado – “Isso. Virem ajudar, com alicate, tesoura de poda, é, outra coisa, as pessoas estarão aqui disponíveis a fazer isso? Eu tenho reparado que dar idéias todo mundo dá, agora executar as idéias, essa é a questão. E não vamos ter aqui 20, 30, 40 chefes, e dois, para dois executarem, de repente três comigo.”

Aqui o gestor mostra uma preocupação maior com os problemas operacionais e só vislumbra, num primeiro momento, a ajuda de membros do Conselho apenas como auxílio em atividades físicas de manutenção das instalações do parque, mas concorda que há outras possíveis atuações para os membros do Conselho Consultivo.

Entrevistador- “Mas você enxerga que essa é a única colaboração desses grupos seria na manutenção do parque ou de repente, de repente eles poderiam trazer sei lá, até dinheiro para o parque ou doações?”

Entrevistado – “Se caminhar para esse lado, isso até é também, eu digo que tudo é importante, é importante, mas caminhando para esse lado é importante também.”

É importante mencionar também que durante todo o ano de 2006 realizaram-se diversas reuniões entre grupos de atores sociais e representantes da SMAC para discutir a criação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, unidade de conservação do tipo sustentável, que abrange todo entorno da Lagoa de Marapendi, incluindo em sua área o PNM de Marapendi.

As discussões se iniciaram em 2005, dentro da Câmara Setorial Permanente de Unidades de Conservação Ambiental da Cidade do Rio de Janeiro, que é um fórum assessor do Conselho de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro (CONSEMAC). O objetivo inicial foi discutir propostas de zoneamento, uso e ocupação do solo da Área de Proteção Ambiental de Marapendi. Neste sentido, a Câmara Setorial promoveu cinco reuniões, muitas delas realizadas no auditório do Centro de Educação Ambiental de Marapendi, dentro do parque, das quais participaram membros da própria Câmara Municipal, representantes de organizações interessadas, servidores da SMAC, incluindo os gestores do PNM de Marapendi, PNM Chico Mendes e PNM Bosque da Freguesia, moradores (inclusive o autor desta tese), técnicos da área ambiental e vereadores, num amplo processo de discussão democrática, documentado nas atas dessas reuniões e que resultou na elaboração de um parecer técnico em

novembro de 2005. Este parecer foi apresentado ao plenário do CONSEMAC realizado em 13 de dezembro de 2005. No que diz respeito à participação da sociedade na gestão da APA, conforme previsto no SNUC, a principal e unânime proposta do parecer é que fosse formado o Conselho Gestor da APA de Marapendi, a ser integrado por representantes de todos os setores da sociedade civil. Assim, o Conselho incluiria representantes de grupos que hoje atuam de modo conflitante dentro da APA, como representantes dos proprietários de terrenos, empreendedores, ambientalistas, membros de universidades e centros de pesquisas, técnicos de instituições públicas e privadas, moradores e demais setores da sociedade, no sentido de garantir um amplo debate democrático sobre as questões que dizem respeito a esta unidade de conservação (Câmara Setorial Permanente de Unidades de Conservação Ambiental da Cidade do rio de Janeiro / CONSEMAC, 2005).

Dando continuidade ao processo de criação desse Conselho, a ONG Ecomarapendi entrou em contato com a SMAC, convocou uma reunião e elaborou uma resolução preliminar para ser discutida e modificada na reunião. A SMAC concordou com a criação do Conselho e informou sobre a abertura do processo de criação do mesmo: Processo nº 14/000976/06 – 18-05-06. Como a proposta da Ecomarapendi incluísse num único Conselho a APA e o PNM Marapendi, foi esclarecido pela SMAC que isso não poderia ocorrer, dado que os dois Conselhos são de caráter diferente, sendo o da APA, deliberativo, enquanto que o do parque seria apenas consultivo. Em meio à discussão ocorreu a suspensão de todos os processos de criação de conselhos dentro da SMAC a fim de se criarem normas para os mesmos, como explicado anteriormente. Portanto, até o encerramento da pesquisa de campo, o processo de criação do Conselho da APA e do PNM de Marapendi estavam suspensos.

O gestor do parque também relatou seus esforços para obter maior participação da comunidade. Segundo ele, o parque tem sido divulgado já há alguns anos pelo Centro de Educação Ambiental, por meio de folhetos distribuídos dentro do próprio parque, palestras e outras atividades sociais e educacionais. Ele pensa, porém, que a divulgação deveria ser mais atuante, buscando locais de grande frequência de público, como shoppings e grandes condomínios. Segundo o gestor, falta descobrir como cativar o público. No entanto, ele também alerta para o fato de que é preciso ter cuidado com o aumento excessivo do número de visitantes, pois este pode exceder a capacidade que o parque suporta sem que seus ecossistemas sejam prejudicados. Ele ainda desconhece este limite.

2- Diretriz: Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

2.1.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora.

Responsáveis → Gestor do parque e Associação Mundo Novo.

De acordo com a auditoria do Tribunal de Contas do Município não havia dados disponíveis em 2005 sobre a porcentagem de áreas naturais alteradas dentro do parque. De acordo com as entrevistas e as observações realizadas, constatou-se que, apesar das dificuldades vivenciadas pela gestão, sobretudo no que diz respeito à falta de mão de obra especializada, alguns avanços puderam ser observados nos últimos três anos na área da sede. Vale mencionar, especificamente, a recuperação da flora por meio de plantio de espécies nativas e o controle dos incêndios, que chegou a ameaçar o parque durante muito tempo.

O gestor avalia que o estado de conservação do parque melhorou desde a sua chegada, tendo sido este um dos objetivos principais a serem perseguidos com sua nomeação para o cargo. Ele tem procurado trabalhar devagar mais continuamente no sentido de substituir as espécies vegetais exóticas por espécies nativas. Em função da falta crônica de pessoal, ele tem se utilizado também de um grupo de voluntários da faculdade Estácio de Sá, liderada pelo biólogo e coordenador daquele curso. Na época da pesquisa o trabalho da equipe estava na fase de identificação e anotação das espécies exóticas para posterior retirada e substituição. As mudas são produzidas no parque ou vêm do Horto localizado no Bosque da Barra. (MP04).

Porém, todo esse esforço tem sido prejudicado por um problema grave que já dura quase dois anos: a queda de parte do muro de tijolos do parque numa extensão de aproximadamente cem metros, que o torna extremamente vulnerável a invasões por passantes (constatadas pelo pesquisador algumas vezes), caçadores e à saída de animais do parque para as ruas do bairro, colocando estes espécimes em perigo. O gestor tem tentado junto à SMAC obter

verba para o conserto do muro, mas tem sistematicamente esbarrado na falta de verbas e na burocracia. Recentemente um projeto de recuperação do muro, no valor de duzentos mil reais foi bloqueado pelo prefeito. (CM-MP05). O gestor também elaborou em conjunto com a coordenadora do CEA de Marapendi um projeto para reconstrução do trecho do muro caído, apresentando-o a um banco que costuma financiar projetos ambientais, mas não obteve os recursos solicitados.

Considerando ainda a precariedade do controle da SMAC e do gestor do PNM de Marapendi sobre as áreas mais distantes do parque, identificou-se uma situação inusitada durante a pesquisa: uma área do trecho do parque foi adotada pela Associação de Moradores do Condomínio Mundo Novo, localizada na Barra da Tijuca. Esta associação, mencionada na seção anterior, assinou com Fundação Parques e Jardins um termo de cooperação que, na prática se insere dentro do programa de adoção de áreas verdes da Fundação Parques e Jardins. Na listagem de controle das áreas adotadas da Fundação, consta a adoção de uma área verde de 143 mil metros quadrados do PNM de Marapendi pela Associação Mundo Novo em 3 de fevereiro de 2005, com validade até 3 de fevereiro de 2009, sob número de processo 14/303.897/04 (Anexo 9). No entanto, os diretores da Associação demonstraram desconhecer a natureza dessa área durante a entrevista, pensando tratar-se de uma área da APA de Marapendi. Pode-se verificar no mapa da figura, cedido pela própria SMAC, que a área adotada encontra-se dentro do PNM de Marapendi.

O mais curioso é que nem o gestor do PNM de Marapendi nem o gerente da GUC na época da pesquisa (e nem a atual gerente) sabem dessa parceria, apesar de ela ter sido sugerida à Associação pelo Coordenador de Planejamento e Informações da SMAC. Os diretores da Associação Mundo Novo confessaram não conhecer o atual gestor do parque, apesar de terem conhecido sua antecessora.

A Associação Mundo Novo tem mantido esta área com recursos próprios, mas vem enfrentando dificuldades ultimamente, face ao baixo interesse demonstrado por outros moradores do condomínio, o que pode levar no futuro à falta de pessoal e de recursos financeiros para cuidar da área.

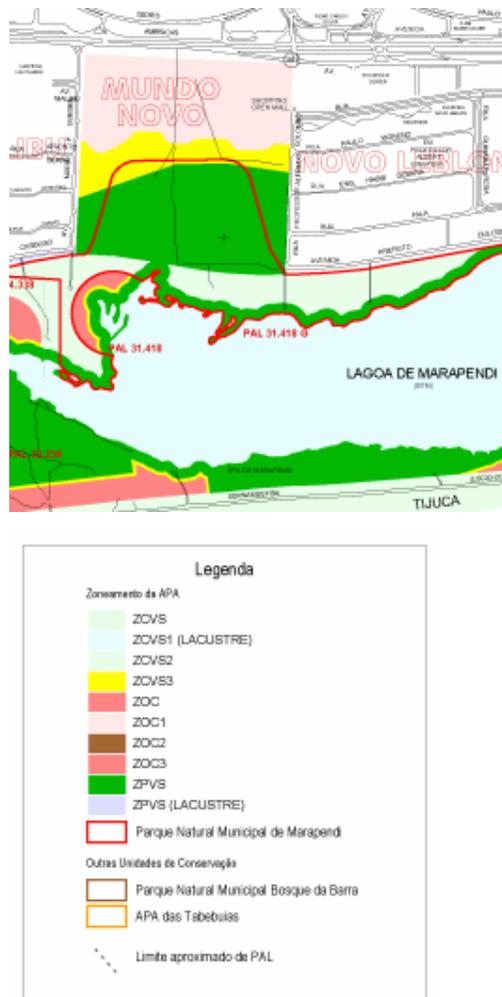


Figura 8 – Área do PNM de Marapendi adotada pela Associação Mundo Novo

Fonte: Instituto Municipal Pereira Passos – Armazém de Dados (2007)

Conclui-se assim, que o objetivo dessa atividade não está sendo alcançado de modo satisfatório, sobretudo pela perda de oportunidade de sinergia. A fragmentada extensão do parque e a falta crônica de pessoal, aliados a aparente dificuldade de comunicação dentro da SMAC são fatores que dificultam a efetiva gestão das áreas do parque e conservação de seus ecossistemas.

2.2.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção das áreas verdes e de lazer do parque (varrição, limpeza e poda).

Responsáveis → Gestor do parque e empresa de manutenção contratada.

Este constituiu um dos problemas mais graves do parque de Marapendi durante a pesquisa, em função dos problemas burocráticos com a renovação ou licitação de contratos de manutenção. Em Novembro de 2006 terminou o contrato de manutenção de limpeza e poda do PNM de Marapendi, mas o gestor ainda conseguiu usar créditos até janeiro de 2007. A partir daí, o parque ficou sem limpeza e poda e o gestor teve que requisitar ajuda ao gestor do PNM Chico Mendes e à COMLURB. Também há parcerias informais com as equipes dos projetos “Mutirão de Reflorestamento” e “Guardiões dos Rios”, que ajudam na manutenção das áreas verdes e da lagoa do parque.

. Durante as visitas realizadas, constatou-se que, apesar dos problemas, na maioria das vezes, a área de lazer do parque estava bem conservada e limpa, com exceção da última visita, já depois de encerrada a coleta de dados (em fevereiro de 2007).

Pode-se concluir que, tal como no PNM Chico Mendes, o objetivo desta atividade não é satisfatoriamente atingido, pelos mesmos motivos expostos para o PNM Chico Mendes. As parcerias informais mitigam, mas não resolvem o problema. No entanto, deve-se ressaltar o elevado grau de interação e colaboração entre os dois gestores, certamente facilitada pela proximidade dos dois parques.

2.3.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Implantação do “Corredor Ecológico” ligando os PNMs Chico Mendes e Marapendi.

Responsáveis → SMAC e gestores dos dois parques

Este ponto já foi mencionado na análise do PNM Chico Mendes, mas vale lembrar que a participação do gestor do PNM de Marapendi no projeto tem sido fundamental para o sucesso do mesmo. A integração das ações entre os dois gestores é um dos aspectos mais positivos identificados durante a pesquisa.

2.4. Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Resolução de conflitos fundiários e invasões

Responsáveis → SMAC e gestor do parque

Face à grande extensão do PNM de Marapendi e à fragmentação de suas áreas, é bastante difícil, senão impossível ao gestor garantir, com os escassos recursos humanos e materiais de que dispõe, a integridade do parque contra invasões, até porque grande parte do mesmo não está demarcada, como constatado durante a auditoria do Tribunal de Contas do Município (TCMRJ, 2005). A comunicação entre os diversos órgãos da Prefeitura também parece contribuir para perpetuar o problema. Assim, por exemplo, a invasão de áreas do parque pela favela da rua São Tillon sequer chegou a ser notificada oficialmente ao gestor do parque. Além disso, mesmo sendo objeto de um relatório de auditoria entregue à SMAC, esta não tomou, aparentemente, nenhuma atitude nem comunicou ao gestor do fato. Some-se a isso a falta de contato do gestor com a maior parte dos grupos de atores sociais localizados na Barra da Tijuca, e se pode constatar então que a ameaça de invasão de áreas do parque é grande e compromete o objetivo de preservação dos ecossistemas ali existentes.

3 - Objetivo → Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (ecoturismo).

Atividade / Instrumento de Gestão → Incentivo à visitação pública.

Responsáveis → SMAC, CEA e gestor do parque.

O PNM de Marapendi costuma receber muitos visitantes, principalmente devido ao funcionamento do CEA de Marapendi em suas dependências, pois o mesmo atua como grande estimulador de ecoturismo, em função de suas contínuas atividades de educação ambiental, principalmente junto às escolas públicas, da região ou não.

Entre 15 de maio e 10 de julho de 2005 foi realizada uma pesquisa junto a visitantes do parque, por meio de preenchimento de um questionário respondido por 61 visitantes (nem todos responderam a todas as questões). Alguns dos dados desse questionário foram tabulados e tratados pelo pesquisador dessa tese e os resultados são apresentados a seguir:

- Na amostra analisada 51,7 % são homens e 48,3% de mulheres.
- Dos que informaram idade, 41,8% estão na faixa de 41 a 60 anos e 40,0% na faixa de 21 a 40 anos e 9,1% entre 16 e 20 anos. Foram ainda contados três menores de 15 anos.
- Dos freqüentadores que assinalaram bairro de origem, 62,3 % vivem no Recreio e 8,2 % na Barra. Os demais 29,5% vêm de outros bairros da cidade.

Nota-se ser um parque basicamente freqüentado por moradores do Recreio, mas é significativa a quantidade de visitantes de outros bairros.

- Entre os freqüentadores da amostra, 69% só freqüentam o parque nos fins de semana e 13 % só nas férias. Os demais freqüentam muito poucos.

As principais queixas dos visitantes da amostra dizem respeito à falta de infra-estrutura de apoio (água potável e banheiros), limpeza das águas da lagoa e falta de divulgação do parque e de seus eventos.

Segundo o gestor, os principais impactos negativos causados pelos visitantes sobre o parque são: colocação de lixo em locais inapropriados dentro do parque, sobretudo próximo à área onde o muro caiu, caça e coleta indevida de espécimes.

Um problema adicional sofrido pelo PNM de Marapendi é o excesso de ruído causado principalmente nos fins de semana e nas férias por veículos que transitam pela Avenida Sernambetiba (praia do Recreio) e pela avenida interior que margeia o parque, caminho natural entre a praia e a zona sul e Jacarepaguá. Nas horas de pico, os engarrafamentos são constantes, assim como o acionamento das buzinas. Tanto o ruído quanto os gases emitidos pelos veículos são prejudiciais à fauna do parque e à própria tranquilidade dos visitantes. Infelizmente, este é um problema sem solução, face ao crescimento urbano em torno do parque e à vocação para o lazer praiano do bairro. O que se poderia fazer para mitigar o problema é a criação de barreiras acústicas nessas vias por meio do plantio de cercas vivas e árvores nos canteiros externos ao parque.

Quanto a ações colaborativas entre o gestor do parque e a comunidade e empresários locais, foi identificada a iniciativa de uma empresa de comunicação e design local, que desenvolveu entre agosto e dezembro de 2005 uma campanha intitulada “Preserve”, de divulgação das belezas naturais do bairro entre seus moradores e sua conscientização sobre a preservação da natureza. A campanha foi financiada por clientes da empresa, que tiveram suas empresas / marcas divulgadas durante sua realização. Os materiais desenvolvidos foram: mapa do recreio, destacando os dois parques do bairro, sacolas de lixo para carro, sacolas de lixo para praia, calendário e marcador de página e divulgação em capa dupla na revista de anúncios da empresa. A campanha foi um sucesso e melhorou o relacionamento entre a empresa e a gestão do parque (CM-MP02).

No entanto, um dos diretores da empresa reclama do excesso de burocracia dentro da SMAC para poder aprovar projetos. Um deles, para o PNM de Marapendi, prevê nova sinalização e programação visual, mas já esbarrou na

proibição de uso de placas fixas de propaganda dentro do parque. Com exceção desta iniciativa, não foram identificadas outras práticas colaborativas do parque no sentido de aumentar a visitação e o ecoturismo.

Pode-se concluir que, em função da presença do Centro de Referência em Educação Ambiental dentro do parque, a frequência de visitantes é satisfatória, principalmente de grupos organizados de alunos. No entanto, sentiu-se a falta de continuidade nos esforços do gestor para encontrar parceiros que o ajudassem a divulgar mais o parque, especialmente face ao interesse de empresas locais. Talvez isso tenha ocorrido em função do fim do contrato de manutenção, que deixou o gestor quase que inteiramente absorvido com os problemas operacionais do parque.

4.1.4.

Estudo de Caso do PNM da Prainha

4.1.4.1.

Caracterização do Parque

O Parque Natural Municipal (PNM) da Prainha localiza-se na região entre o Recreio dos Bandeirantes e Grumari, sendo um dos mais bonitos da cidade, pois tem a sua frente a bela praia da Prainha e a sua volta as encostas litorâneas dos morros do Caeté, Boa Vista e Pedra dos Cabritos, uma mistura de encosta rochosa e remanescente de mata atlântica submontanhosa, onde se encontram algumas espécies endêmicas de fauna e flora, o que aumenta muito seu valor ecológico (PCRJ - SMAC, 1998). O parque possui uma área aproximada de 146,9 hectares, dos quais grande parte se localiza naquelas encostas (TCMRJ, 2005). No Anexo 10, podem ser visualizados o mapa do parque e uma foto aérea.

O Parque está inserido dentro da APA da Prainha, criada pela lei Municipal no 1534 de 11 de janeiro de 1990, após enorme pressão da sociedade carioca, mobilizada na ocasião pela Associação dos Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP), que denunciou a existência de um projeto imobiliário que objetivava construir um hotel e um condomínio residencial na área (TCMRJ, 2005; Goskes, 2005). Durante a década de 90 a prefeitura logrou realizar uma permuta com o proprietário das terras e ali construiu a sede do Parque Municipal Ecológico da Prainha, criado em 25 de março de 1999, pelo Decreto nº 17.426. O parque foi renomeado Parque Natural Municipal da Prainha em 2001, a fim de respeitar as normas do SNUC (Goskes, 2005).

O Parque possui uma sede administrativa moderna, com biblioteca, computador e sala de reunião. Possui ainda playground, dois mirantes e um horto para plantio de mudas de espécies nativas. Como o parque está em frente à praia, foram instalados sanitários e chuveiros próximos à entrada que são usados com frequência pelos banhistas e surfistas.

A gestora do PNM da Prainha à época da pesquisa (ela está afastada desde dezembro de 2006 por licença-maternidade) é administradora de empresas e especializada em Ciências Ambientais pela Faculdade de Biologia da UFRJ, curso realizado após sua entrada na SMAC. Ela ocupa o cargo desde meados de 2004. Antes dela, atuou inicialmente como gestora provisória uma bióloga não vinculada à SMAC, tendo sido substituída por um funcionário da SMAC (gestor do PNM Bosque da Barra na ocasião da pesquisa), que ficou pouco tempo devido a atritos com a ASAP. Na ocasião da coleta de dado, a gestora contava em sua equipe com um biólogo especializado em fauna local, pois se trabalha com reintrodução de algumas espécies de animais no parque, vindos, por exemplo, do PNM Chico Mendes, um auxiliar técnico e três estagiários ligados ao Instituto Iguazu. A gestora ainda conta com ajuda do CEA da Prainha, que funciona dentro do parque, e é na verdade um braço do CEA de Marapendi, com coordenação conjunta. São oferecidas oficinas semanais de reciclagem e reaproveitamento, e atividades com crianças, visitas orientadas e palestras quinzenais. Em função do contrato de manutenção havia uma equipe com de cinco zeladores, responsáveis pela manutenção de área verde: poda, varrição, limpeza.

Quanto à segurança do parque contava com dois guardas do Grupo de Defesa Ambiental, treinados especificamente para atuarem em unidades de conservação. A gestora considerou esse número insuficiente, sendo quatro por dia o ideal. No verão o Grupamento de Praia da Guarda Municipal também apóia o parque. A vigilância noturna é feita por uma empresa terceirizada.

4.1.4.2. Identificação dos Atores Sociais Locais

Ao contrário dos demais parques, tanto o número de grupos de atores sociais quanto o número de moradores em torno do PNM da Prainha é pequeno, o que não simplifica sua gestão, como será visto a seguir. Esta baixa densidade populacional se deve ao isolamento da área em relação ao bairro mais próximo,

que é o Recreio dos Bandeirantes e acaba atuando como uma grande proteção a ameaças antrópicas, ainda que não as elimine inteiramente.

1- Moradores de médio e alto poder aquisitivo e suas associações

Os principais moradores de maior poder aquisitivo no entorno do PNM da Prainha habitam alguns condomínios na estrada do Pontal, sendo o principal deles o Condomínio Maramar. A interação desses moradores com o parque se dá principalmente enquanto freqüentadores das suas dependências quer para o lazer e atividades de educação ambiental, como para apoio nas idas à praia.

Já o presidente da Associação de Moradores do Recreio relatou que a criação do parque foi apoiada pela AMOR, mas a interação atual com a gestão do parque não é freqüente.

2- Moradores de baixo poder aquisitivo e suas associações

Os principais grupos de atores sociais de baixo poder aquisitivo são os moradores de Grumari e sua associação de moradores. Alguns desses moradores trabalham no PNM da Prainha ou fazem parte do Mutirão de Reflorestamento que lá atua.

Do outro lado, há da comunidade de Piabas e sua associação de moradores, que se situa próximo à estrada do Pontal. Esta comunidade impacta o parque por meio da caça ilegal praticada por alguns de seus moradores. A gestora tem feito contatos com esta associação no sentido de coibir esta prática predatória, mas ela admite ser difícil, devido a estar a mesma incorporada à cultura local. A educação ambiental das crianças da comunidade é o caminho buscado para superar o problema no médio prazo.

Além disso, a área de morro contígua ao parque é uma propriedade particular, com plantações de bananas e gado. Em função da presença de capim nesta propriedade, têm ocorrido focos de incêndio ali, que acabam por chegar ao parque. Há a preocupação de se recuperar aquela área vulnerável vizinha à APA por meio de reflorestamento.

3- Empresas e empresários locais

Na paria da Prainha existem quiosques que atendem aos banhistas e freqüentadores do parque. Estes comerciantes também se organizaram em uma associação. Além disso, há um restaurante no final da praia da Prainha. Segundo recente levantamento feito por Goskes (2007), as ações da Prefeitura na gestão da área da APA localizada fora dos limites do parque são bastante

limitadas, restringindo-se ao policiamento da praia e ao recolhimento de lixo realizado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), mesmo assim, insuficiente. Nos quiosques e no restaurante também são observadas diversas irregularidades, principalmente relativas ao lixo produzido e atividades não autorizadas.

Além desses, alguns dos empresários do Recreio entrevistados durante a pesquisa mostraram interesse em desenvolver projetos de ecoturismo com o PNM da Prainha, mas reclamaram da excessiva burocracia na Prefeitura. Na prática, nenhuma ação conjunta ocorreu até hoje.

4- Associação de Surfistas e Amigos da Prainha

A Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP) foi criada em 1990 por iniciativa de surfistas que freqüentavam a Prainha e que tinham uma preocupação em manter o local preservado. Ela foi legalizada em 1992. Esta associação foi a grande responsável pela criação da APA e da Prainha, Desde então vem atuando sistemática em defesa dessas áreas e na organização de campanhas e eventos esportivos e educativos. Nos últimos anos envolveu-se em desavenças com a gestão do parque, que serão relatadas mais adiante.

Segundo uma bióloga que participa da ASAP

”A ASAP vem desenvolvendo inúmeras ações em benefício da APA e do parque da Prainha, quais sejam, realização de eventos esportivos, campanhas educativas, investimentos na infra-estrutura, promoção da área em veículos de comunicação e, principalmente, fiscalização e denúncias referentes à precária atuação do poder público e à falta de cooperação do mesmo (Goskes, 2005).”

4.1.4.3.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

Utilizaram-se para o PNM da Prainha os mesmos critérios de análise no caso dos demais parques.

1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Atividade / Instrumento de Gestão → Formação de um Conselho Consultivo

Responsáveis → GUC e gestor do parque

Assim como no PNM Chico Mendes e no PNM de Marapendi não há gestão participativa oficial no PNM da Prainha, não havendo ainda um Conselho Consultivo formado nem em formação. Além disso, pôde-se constatar um conflito aberto entre a Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP) e a gestão do parque, tanto na figura da gestora, quanto da SMAC, e que resultou em abertura de um inquérito civil no Ministério Público por um dos membros da ASAP, mas não em seu nome, contra a SMAC.

É este conflito que será relatado a seguir, procurando-se explicitar e entender os pontos de vista de ambas as partes.

O diretor da ASAP na época da pesquisa (PR03) relata que os problemas da associação com a gestão do parque começaram com o primeiro gestor, que tentou organizar eventos de grande porte dentro do parque. Segundo ele, o gestor teria sido colocado ali por influência de políticos e não tinha conhecimentos básicos sobre gestão de unidades de conservação. Segundo um membro da ASAP, bióloga e ex-estagiária do parque (PR04):

Entrevistada – “É a (nome da primeira gestora), se não me engano, que administrava, ela que fazia papel da gestora, mas ela era bióloga contratada pela empresa terceirizada e acontecia, era bom, aconteciam vários eventos de educação ambiental. Era muito mais ativo. A equipe era mais unida, e a equipe era mais ativa e mais socializada com o pessoal daqui, muito mais. Depois ela saiu, aí entrou o (nome do segundo gestor) como gestor... e ela ficou só como bióloga mesmo, não mais fazendo o papel de gestora porque..., ele era cabo eleitoral do (nome de político)..., queria fazer assim eventos aqui, eventos que era para chamar, queria, é, chamar eleitor, não era nem para o público. Não estava nem aí para o parque, não sabia nem o que era uma unidade de conservação, nem proteção e muito menos de proteção integral. Nem sabia o que era, caiu de pára-quedas. Teve uma incompatibilidade muito grande aqui com o pessoal, não com se produziu quase nada e acabaram substituindo ele pela (nome da gestora durante a pesquisa), que é a atual gestora. E a incompatibilidade social continua, acho que de repente é pior e é aquilo tudo que eu já tinha falado...”

O presidente da ASAP corrobora aquela afirmativa, mas reconhece que no início do funcionamento do parque a ASAP também não tinha conhecimento nem instrumentos adequados de avaliação da gestão (PR03):

Presidente da ASAP- “E aí o que acontece? Nós tivemos o primeiro gestor e aí foram os primeiros conflitos porque o que a gente entendia? O que a gente até não entendia? Porque a ASAP foi criada realmente por surfista...não quer dizer que sejam pessoas ignorantes. Advogados, empresários, promotores, vendedores, ambulantes, tem de tudo, estudantes, mas não tinha as pessoas vinculadas à Biologia, nós não tínhamos um biólogo,...pessoas que fossem mais por dentro do que a gente que brigava. Nós estávamos brigando por uma coisa que a gente não conhecia. Mas, a gente queria construir, mas não sabia o que tinha

aqui dentro ou deixava de ter, que tinha que ser preservado, o que tinha que ser tirado, e como fazer, como o manejo de uma coisa, eu era, pouco mais de conhecimento porque minha formação não é essa. Então até ali nós estávamos tudo bem. Aí começou o primeiro gestor. Ele já entrou quando a gente descobriu que ele começou a querer fazer alguns eventos aqui dentro muito grandes, coisas que não comportavam, o pessoal aqui...”

O problema de relacionamento continuou com a atual gestora do parque, já que, segundo eles, ela não estaria se integrando com a associação e demais atores sociais da APA.

Presidente da ASAP – “Hoje eu te dei o primeiro exemplo que é esse, primeiro a falta de integração da gestora com a entidade civil, não só com a ASAP, mas com todo mundo que frequenta aqui dentro. Como? Por quê? Você pode estar perguntar que falta nesse relacionamento. Primeiro, aqui é um parque que tem as suas particularidades. Qual? Ele é próximo à praia de surf, que essa praia do surf tem esse quarto de vestir, e tem um chuveiro com a identificação desse surf para as pessoas tomarem banho quando vão embora, vão trabalhar, vão para alguns outros lugares. Aí ela chega no verão, que é horário verão, que anoitece às oito e meia e quer fechar o parque padrão às cinco, isso é um exemplo que eu estou te dando. Aí começa a bater de frente porque o cara quer usar o chuveiro para ir embora, cinco horas ele está chegando para cair na água. Ele vai embora às oito. E agora segunda? Tu chega aqui e o parque está fechado...”

Neste ponto, ele parece desconhecer o fato de que pela própria legislação e normas da SMAC existem regras a serem cumpridas por cada gestor de parque natural com respeito a horário de funcionamento, incluindo aí o fechamento às segundas-feiras para ações de manutenção e manejo do parque. Por se tratar de um parque natural municipal, a primeira responsabilidade do gestor é com a conservação da fauna e flora e não, certamente com o atendimento a banhistas. A pergunta aqui é: por que estas normas não foram discutidas e explicadas aos membros da associação e frequentadores da praia?

Além dessa queixa, as principais demandas ASAP com relação à gestão do parque dizem respeito, segundo seu presidente também à falta de atendimento pela gestora das denúncias e queixas passadas a ela e que deveriam ser encaminhadas à SMAC.

Presidente da ASAP – “...desde o momento que a associação começou a ter mais conhecimento da realidade dessas pessoas aqui dentro, que eram meros funcionários, que elas teriam que ter conhecimento para exercer esse cargo, nós começamos a discutir, a debater por que não se faz isso, por que não se faz aquilo, por que não toma conta disso e aí começaram os conflitos. Começamos a querer questionar a prefeitura com a imprensa, com justiça, prestação de contas dos contratos, isso só traz incompatibilidade, que a gestora é manipulada pela prefeitura. Então ela não vai comprar o barulho da associação. Ela vem aqui, muito pelo

contrário, comprar o barulho da prefeitura, tentar botar panos quentes, não, não, calma, peraí, a gente vai fazer. Eu vou trazer as contas...”

O gerente da Gerência de Unidades de Conservação da SMAC enxerga a questão de outro modo (SM01):

Gerente GUC – “Chama-se ASAP- Associação dos Surfistas e Amigos da Prainha. Um grupo de surfistas que tem lá dentro, associação, que não sei se ela está legalizada ou não, desconheço, né, mas ela faz críticas permanentes à gestão do parque, ... críticas. Se você visitar a Prainha você vai ver que a Prainha está em excelente estado. Tem alguns pontos, tem alguns pontos ainda ... tem, como qualquer parque tem, mas aquilo que eles falam é exagero, cara, visita lá que você vai ver, nós somos suspeitos pra falar, mas as pessoas foram lá...”

Realmente, as observações feitas durante as visitas mostram um parque bem cuidado, porém alguns problemas foram registrados pela auditoria do TCMRJ, os quais serão relatados na próxima seção.

A gestora do parque também não concorda com as críticas da ASAP e defende uma gestão participativa do PNM da Prainha para a resolução dos problemas ainda existentes no parque, porém deixa transparecer que este caminho seria difícil de ser trilhado devido a disputas políticas, como se pode constatar a partir da seguinte declaração (PR01):

Gestora – “O que eu vejo que é o caminho para o melhor funcionamento dos parques é essa gestão participativa. A gente vê que quando tem a participação da sociedade em determinadas atividades ou determinados assuntos, a coisa flui melhor. Então eu acho que a gente tem que caminhar para isso. Aqui a gente luta para tentar fazer essa gestão com a Associação de Surfistas. Aqui a ASAP é que atua mais... Mas, é uma associação difícil, né? ...Porque tem um envolvimento político, e aí quando começa o envolvimento político aí começam os conflitos.”

Entrevistador- “Que envolvimento político?”

Gestora - O presidente da ASAP é de uma área política e a prefeitura é de uma outra área política e então o conflito está estabelecido por si só;...O objetivo dele é estar indo contra a gestão da prefeitura, porque eles queriam estar na gestão.”

No entanto, esta afirmativa é negada pela bióloga e ex-estagiária que atua na ASAP. Segundo ela, esta seria a desculpa da SMAC para não interagir com a ASAP (PR04). Como consequência dessas divergências, a bióloga, e ex-estagiária do parque, acabou entrando em 12 de setembro de 2005 com uma representação oral junto à Primeira Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Rio de Janeiro, e que resultou na abertura de um inquérito civil (PR06 e Anexo 11). Este inquérito teve como partes investigadas as autoridades e gestores do PNM da Prainha e da

APA da Prainha a respeito da suposta gestão ineficiente da área de proteção e de omissão administrativa.

Os problemas relatados pela reclamante foram:

- ausência de Conselho Consultivo;
- ausência de plano de manejo;
- ausência de prestação de contas;
- ausência de medidas de conservação dos recursos naturais.

Durante o ano de 2006, a SMAC tratou de apresentar ao promotor encarregado caso a documentação requerida e também buscou apressar a criação de um Conselho Consultivo na APA da Prainha, que mais adiante foi interrompido por ordem da nova Secretária de Meio Ambiente. Segundo contato recente do pesquisador com o Ministério Público, o inquérito de número MA2915, continua em aberto, um ano e meio após sua abertura, o que não é normal, mas talvez se explique pelo fato de que a lógica da justiça demanda que os autores das denúncias mantenham-se atentos ao andamento dos processos e tomem medidas para que os mesmos sejam rapidamente definidos. Este não foi o caso, pois a autora da denúncia se afastou da questão há pelo menos seis meses. Durante a pesquisa, obteve-se da gestora do parque sua opinião sobre o inquérito.

Entrevistador – “É. Eu andei lendo há algum tempo jornal, eu não sei se ainda, tem alguma coisa, tem uns seis meses, teve algum problema envolvendo aqui a APA, tinha alguma associação que chegou a entrar na Justiça, alguma coisa assim?”.

Gestora – “No Ministério Público.”

Entrevistador- “O que foi exatamente? Você pode relatar qual foi o problema?”

Gestora – “Eles alegaram varias coisas que foram infundadas. Eles alegaram, falaram que o parque estava sujo, falaram, que mais, não me lembro questionaram contrato de gestão, eles questionaram várias coisas: o plano de manejo, o Conselho Consultivo.”

Entrevistador – “Plano de manejo até, quer dizer, não tinha e eles teriam razão nesse caso...”

Gestora- “Nada do que eles alegaram, teve fundamento. O próprio Ministério é informou que...”

Entrevistador- “Mas você falou que o plano de manejo não tem, então o que eles alegaram em relação do plano de manejo?”

Gestora- “Não, o plano de manejo não tem, não, está sendo feito. É, está sendo feito porque tinha um prazo para ser feito plano de manejo ... Está dentro do prazo, está sendo feito.”

Entrevistador – “Entendi. E acabou não dando em nada?”

Gestora – “Não dando em nada.”

Como resultado deste conflito, é possível tirar algumas conclusões:

1ª - Faltaram mecanismos de comunicação adequados que permitissem às partes envolvidas discutir os principais problemas do parque, bem como tentar superar o impasse de visões divergentes sobre como se deve dar a gestão de uma unidade de conservação do tipo parque. Um fórum apropriado para que isso ocorresse seria justamente o Conselho Consultivo que não existia na ocasião.

2ª - Parece ter faltado tanto à gestora do parque quanto aos membros da ASAP habilidades interpessoais para lidarem com questões conflituosas por meio do diálogo. Esta não é uma deficiência meramente pessoal, mas fruto da falta de treinamento de ambas as partes, que poderia ser fornecida pela SMAC, considerando-se que a gestão de parques e o conteúdo da própria lei do SNUC e decretos que lhe seguiram são ainda pouco conhecidos do público em geral. Por outro lado, a capacitação dos gestores deveria prever não apenas os conhecimentos básicos sobre gestão de unidades de conservação, mas também sobre a maneira mais adequada de lidar com os atores sociais a fim de evitar que as diferenças entre as partes cheguem a gerar um conflito de maiores proporções.

3ª- O caminho da justiça para a resolução deste tipo de problema entre gestores e atores sociais não parece ser a melhor opção, pois além de lento, ainda exacerba a animosidade entre as partes. O diálogo deveria ser, na medida do possível, a primeira opção a ser perseguida.

A própria gestora relata casos de sucesso no diálogo com outros atores sociais (PR01):

Gestora – “Eu acho muito importante isso, a gente vem tentando fazer, mas não tem conseguido muito sucesso nesse sentido com a ASAP, mas em compensação a gente tem tido grande sucesso com comunidades. A comunidade de Piaba, a gente tem o presidente da associação que está trabalhando com a gente. O presidente da associação de Grumari também trabalha com a gente”,

Pode-se então imaginar que a questão política tenha algum peso, mas por outro lado o contato quase diário da gestora com os membros da ASAP (a associação ocupa uma sala dentro da sede, à qual a gestora não tem acesso!) parece ser um fator importante de desgaste nessa relação.

Ainda segundo o gerente da GUC na época, (SM01), para superar os impasses relativos ao Conselho Consultivo do parque havia um plano para se criar um único Conselho Gestor para as APAs da Prainha e Grumari.

Gerente da GUC- “...O que eu estou criando agora é um conselho (gestor) de APA Prainha-Grumari. ...Um dos integrantes desse conselho é ... do

Parque Estadual da Pedra Branca... Não adianta fazer um conselho no sentido só do Parque ... é muito pequeno. E a Prainha não tem morador, já em Grumari eu tenho morador os problemas são os mesmos, a avenida que corta os parques é a mesma, os problemas que Prainha e Grumari têm são praticamente os mesmos, né, então vamos criar o conselho de APA, ...já está aí, a minuta já está pronta aí, seria o primeiro conselho de APA criado pelo município.”

A este respeito, cabe comentar que a alegação dada pelo gerente da GUC e pela gestora (PR05) para não se criar o Conselho Consultivo do Parque, como relatado a seguir, parece não se justificar. A análise dos atores sociais locais mostra existirem associações de moradores e freqüentadores, ONGs interessadas e associações de empresários locais em número suficiente para garantir um frutífero debate sobre o parque.

O que parece, sim, importante é estudar a possibilidade de uma gestão integrada das duas APAS e dos dois parques, no conceito de gestão em mosaico. Tal iniciativa congregaria os dois gestores de parque e os atores sociais.

2- Diretriz: Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

2.1.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora.

Responsáveis → GUC e Gestor do parque.

De acordo com o relatório da auditoria do Tribunal de Contas do Município (TCMRJ, 2005) realizada no PNM da Prainha em 2005, a porcentagem de áreas alteradas dentro do parque foi avaliada entre 0% e 10% , um valor bastante aceitável que confirma a avaliação da gestora (PR01), sobretudo quando comparado com o vizinho PNM de Grumari, com 70 a 89 % de alteração. De qualquer modo, ainda existe risco de invasão do parque por espécies vegetais exóticas, principalmente capim colônio e bananeiras plantadas por moradores do entorno. Daí resulta o esforço conjunto da gestão do parque e do Projeto

Mutirão de Reflorestamento para replantarem mudas de espécies nativas nas divisas do parque, a fim de conter estas invasões e reduzir os focos de incêndio.

Ainda dentro do referido relatório de auditoria e usando-se a metodologia do WWF–Brasil e IBAMA, citada no caso do PNM de Marapendi, o grau de implementação da unidade de conservação obtido pelo PNM da Prainha foi 2,3, o mesmo do PNM Marapendi, e que corresponde à categoria de “minimamente implantada”.

Isto se deve, principalmente, ao fato dos dois parques não terem plano de manejo, à demarcação das mesmas ser ainda bastante precária, à estimativa dos gestores dos parques de que o número de funcionários é inferior ao necessário e à falta de infra-estrutura completa. Por exemplo, no PNM da Prainha, não existe linha telefônica (TCMRJ, 2005).

Esta avaliação vem ao encontro de algumas das críticas da ASAP à situação da gestão do parque, sobretudo quanto à falta do plano de manejo. De acordo, com o previsto no SNUC, a implantação desse plano está atrasada, contrariamente ao que foi afirmado pela gestora do parque (PR01; PR03; PR04).

Quanto ao grau de vulnerabilidade do PNM da Prainha, a auditoria do TCMRJ concluiu que é baixo (grau 1,5), sobretudo pela ausência de forte pressão antrópica em seu entorno. As comunidades existentes do lado do Recreio dos Bandeirantes têm crescimento estabilizado e as terras que cercam o parque têm baixa atividade econômica. A principal ameaça ao parque continuam sendo os incêndios. O combate aos focos de incêndio no parque vem sendo feito com o auxílio dos gestores dos PNMs Chico Mendes e Marapendi e do Projeto Mutirão de Reflorestamento. No entanto, não foram identificadas durante as entrevistas ações de conscientização junto a estes vizinhos potenciais causadores de incêndios. Também não se identificaram quaisquer estratégias colaborativas da gestora junto a ONGs, empresas ou atores sociais no sentido de captar ajuda para conservar fauna e flora local.

Apesar do parque fazer divisa à leste com o PNM de Grumari e acima da cota cem com o Parque Estadual da Pedra Branca, não foram observadas ações colaborativas entre os gestores desses parques. No caso do PNM de Grumari a explicação é que o parque encontrava-se ainda em implantação durante a realização da pesquisa. Foi também levantado que a ASAP em parceria com uma empresa de design gráfico produziu um pequeno cartaz com o título “Prainha – Operação Verão 2005”, afixado nos quiosques, no restaurante e dentro do parque com o objetivo de orientar os visitantes do parque a não

danificarem a vegetação, não levarem animais domésticos, não ateam fogo ou fazerem churrasco e a não depositarem lixo fora das lixeiras.

Conclui-se assim, que o objetivo é apenas parcialmente atingido e que o uso de estratégias colaborativas restringe-se àquelas com projetos e órgãos da SMAC e da prefeitura para vigilância e prevenção de incêndios e de parcerias informais com os gestores dos dois PNMs localizados no Recreio no que diz respeito à reintrodução de espécimes no parque e combate a focos de incêndio.

2.2.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção das áreas verdes e de lazer do parque (varrição, limpeza e poda).

Responsáveis → Gestor do parque e empresa de manutenção contratada.

Durante a realização da pesquisa, o parque dispunha de um contrato de manutenção terceirizada em vigência, que garantia a conservação das áreas verdes do parque, especialmente da área ajardinada e do playground. Um dos membros da ASAP fez algumas críticas em relação ao gerenciamento desse contrato. Segundo ele haveria há muitas evidências de que este serviço é feito de "modo falho e omissivo" citando como exemplos a má conservação das infra-estruturas prediais e do espaço público e a má conservação e a insuficiência de equipamentos e de serviços (Goskes, 2005). O pesquisador não pôde comprovar tais afirmações durante sua visita. Na verdade, o aspecto visual do parque é limpo, bem cuidado e muito agradável aos visitantes.

Em função do funcionamento aparentemente adequado do contrato de manutenção, conclui-se que não havia necessidade de o gestor buscar parcerias para compensar quaisquer dificuldades.

3 - Objetivo → Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (ecoturismo)

Atividade / Instrumento de Gestão ·

Responsáveis → SMAC, CEA e gestor do parque.

O PNM da Prainha dispõe de boa infra-estrutura para receber os visitantes: banheiros e chuveiros públicos, uma varanda para eventos, centro de visitantes com sala de reuniões, sala de ciências e sala de exposições, além de trilhas que podem ser percorridas com ou sem o auxílio de um guia. Algumas delas, no entanto, não estão em bom estado, nem bem sinalizadas.

Constatou-se que o funcionamento do CEA da Prainha dentro do parque estimula a visitação e ecoturismo, em função de suas contínuas atividades. No entanto, a gestora observou que a visitação ao parque é bastante sazonal, devido a sua distante localização, sendo bem maior durante o verão e fins de semana de sol. Não foram obtidas estatísticas de visitação do parque, que dispõe de um pequeno folheto de apresentação e de outros folhetos de educação ambiental a disposição dos visitantes.

A parceria do Instituto Atlantis com a SMAC garante que sempre haja grupos de funcionários de empresas visitando o parque para realizarem atividades recreativas e ecológicas ligadas as suas atividades profissionais. No entanto, parece faltar maior divulgação do parque, como observou o pesquisador em suas visitas e como critica a ASAP, pois não existe qualquer tipo de placa indicando que ali existe um parque natural. Segundo um membro da ASAP, a maioria das pessoas entra no parque o faz apenas para usar os chuveiros e banheiros situados na entrada. Seriam poucas as pessoas que visitam o parque, pois muitas nem mesmo sabem que a Prainha é uma APA e que ali há um parque natural (Goskes, 2005).

4.1.5. Estudo de Caso do PNM Bosque da Barra

4.1.5.1. Caracterização do Parque

O Parque Natural Municipal (PNM) Bosque da Barra localiza-se no bairro da Barra da Tijuca ocupando 50,0 hectares de terreno arenoso, característico de restinga, próximo ao entroncamento das Avenidas das América e Airton Senna, os dois principais e mais movimentados eixos viários do bairro. Segundo informações da SMAC, o ecossistema do parque é bastante similar ao que originalmente existia em toda a baixada de Jacarepaguá, mesclando áreas de alagados com restinga, porém uma área significativa do parque é antropizada e bastante usada para o lazer (PCMRJ - SMAC, 1998). O parque é de fácil acesso, pois várias linhas de ônibus vindas de todos os bairros do Rio param em frente ou próximo a ele (no terminal de ônibus conhecido como “cebolão”). Isto garante uma grande freqüência de visitantes freqüentadores assíduos ou não e turistas. No Anexo 12 são mostrados o mapa e uma foto aérea do parque.

Apesar de o parque ter sido criado em 03 de junho de 1983, pelo decreto municipal no. 4105, com o nome de Parque Arruda Câmara, o terreno já havia

sido reservado para ser uma área de preservação ambiental no Plano-Piloto de Lúcio Costa para a Barra da Tijuca. Inicialmente esteve sob a tutela da Fundação Parques e Jardins (FPJ), mas após a entrada em vigor do SNUC, passou para a responsabilidade da Coordenadoria de Controle Ambiental da SMAC e de sua Gerência de Unidades de Conservação (GUC) e foi renomeado como Bosque da Barra, nome pelo qual já era popularmente conhecido.

Dentro do parque funciona, desde 1997, o Horto Municipal Carlos Toledo Rizzini, responsável pelo projeto “Flora do Litoral” que produz grande quantidade anual de mudas de espécies nativas da região utilizadas para reflorestar parques naturais municipais, outras áreas de preservação ambiental, encostas de morros e parque municipais sob a responsabilidade da Fundação Parques e Jardins.

Em termos de lazer o parque possui uma série de opções (PCMRJ, 1998; BB01):

- dois quilômetros de alamedas ladeadas por vegetação típica de restinga e algumas espécies exóticas, como mangueiras, jamelões, palmeiras entre outras;

- lago artificial com 1.200 metros quadrados, cercado por área gramada;
- pista de corrida com três mil metros e trilhas;
- dois playgrounds;
- churrasqueiras;
- um pequeno teatro de arena;
- dois sanitários públicos com cabines de banho;
- cinco bicas d'água distribuídas pelo parque;
- estacionamento.

O parque não possui um centro de visitantes, mas a construção de um estava prevista em 2006 por meio de um acordo entre os governos do estado e do município como compensação pela passagem de uma tubulação do emissário submarino da Barra por dentro do parque. Todavia, esta obra não foi se quer iniciada até o final da pesquisa.

Durante a realização da pesquisa o cargo de gestor do PNM Bosque da Barra era ocupado, já havia dois anos, por um comissionado (não funcionário) na SMAC, professor de educação física e que já havia ocupado anteriormente o cargo de gestor do PNM da Prainha. Em outubro de 2006 ele foi transferido para o PNM da Cidade, assumindo seu lugar a gestora deste último. Como nessa ocasião a coleta de dados já havia sido encerrada no parque, foi feito apenas um contato telefônico com a nova gestora para acompanhamento da situação da gestão.

Como acontecia com o PNM Chico Mendes e o PNM de Marapendi, o gestor do PNM Bosque da Barra ressentia-se de uma estrutura organizacional adequada na ocasião da pesquisa. O gestor é o único funcionário permanente da SMAC atuando na administração do parque. Os demais auxiliares são de outros órgãos (guarda municipal, guarda florestal, funcionários da firma terceirizada de manutenção, quando o contrato está em vigor) e estagiários de biologia, em parceria com uma ONG e universidades (BB01).

4.1.5.2. Identificação dos Atores Sociais Locais

O PNM Bosque da Barra localiza-se no centro comercial e residencial da Barra Tijuca, próximo aos grandes *shopping centers* do bairro, e aos grandes condomínios residenciais, como Santa Mônica, Mandala, Novo Leblon, Nova Ipanema e Mundo Novo, entre outros. Grande parte dos grupos de moradores da Barra citados no caso do PNM de Marapendi também impactam o parque. Diferentemente dos demais parques já estudados, não há favelas próximas ao parque e o mesmo não está diretamente ligado ao sistema lagunar da Barra, não sofrendo, portanto, o impacto negativo do esgoto lançado nas mesmas. Serão discutidos aqui alguns grupos de atores sociais que têm mais ligação com o Bosque da Barra.

1- Moradores de médio e alto poder aquisitivo e suas associações

Um número significativo dos moradores da região próxima ao parque costuma freqüentá-lo nos fins de semana usufruindo suas pistas e trilhas e áreas de lazer. Os principais impactos causados por este grupo de moradores ao parque são a poluição sonora, em função da grande circulação de veículos nas vias que o margeiam e a poluição do ar, causada pelo grande número de veículos que transitam no local, obviamente nem todos de moradores. Tal como no caso já citado, este problema é quase insolúvel, tendo-se em conta o enorme crescimento do bairro e a proximidade do parque com suas principais avenidas. Pelas informações do gestor, há um contato permanente entre ele e as associações de moradores locais. Uma das associações que mais participa do dia-a-dia do parque é a Associação dos Moradores da Orla da Lagoa da Tijuca, cuja presidenta coordena um grupo de escoteiros que freqüenta o parque. Em meados de 2006 houve uma série de desentendimentos entre o gestor e esta senhora, que serão descritos mais adiante. Além da AMOL, cada um dos

condomínios residenciais possui suas próprias associações de moradores, que também costumam freqüentar reuniões sobre temas do bairro freqüentados pelo gestor do PNM Bosque da Barra. A Associação Mundo Novo, citada no caso do PNM de Marapendi, é uma delas e tem tido o apoio do Horto localizado dentro do arque para recompor a área do PNM de Marapendi adotada.

2- Empresas e empresários locais

As principais empresas atuando na área próxima ao parque são algumas das construtoras já citadas anteriormente, destacando-se a Construtora Carvalho Hosken com seu projeto na região conhecida como Península, os *shopping centers* Barrashopping, Casashopping e Via Parque e os hipermercados Carrefour e Makro. Estão presentes ainda os pólos de desenvolvimento Tecnológico I e II e o Pólo de Cine e Vídeo. Além disso, há clubes, parques de diversões e, restaurantes bem próximos ao parque. Todas estas empresas são parceiras potenciais do PNM Bosque da Barra. Atuam também no bairro várias associações classistas, destacando-se a Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca (ACIBARRA), que congrega atualmente mais de mil das principais empresas da Região. Segundo esta associação, somente nos últimos três anos, a Barra da Tijuca vem construindo mais de 50% das obras aprovadas no município, (ACIBARRA, 2006). Além dessas empresas, o aeroporto de Jacarepaguá localiza-se bem atrás do parque, impactando de modo significativo a fauna local em função do ruído produzido pelos pousos e decolagens, mesmo tratando-se de um aeroporto de pequeno porte.

Destaque-se também a Câmara Comunitária da Barrada Tijuca, criada em 1992 para defender os interesses da comunidade do bairro e motivada na ocasião pela luta por tratamento sanitário do esgoto que desemboca nas lagoas da Barra. Constituem a Câmara Comunitária da Barra vários condomínios, associações de moradores, escolas, igrejas e clubes, através de seus representantes (Síndicos, Presidentes, Diretores, etc), o que até o ano de 2006 totalizavam aproximadamente 400 Filiados, ou seja, mais de 45.000 unidades e 180.000 moradores (Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, 2006).

3- Visitantes

O PNM Bosque da Barra recebe um grande número de visitantes, especialmente nos fins de semana, quando moradores da Barra e de outros bairros o freqüentam em busca de lazer associado ao contato com a natureza.

Vários clubes de futebol e alguns grupos de corredores também utilizam-no para treinos em virtude das trilhas largas de saibro existentes na área antropizada do parque. Um desses grupos, denominado Turma do Bosque da Barra freqüenta o parque assiduamente e ajudam na conservação e na segurança do parque. Durante a semana, o parque é mais freqüentado pelos atletas e por alunos de escolas em visitas guiadas. Já no fim de semana o parque apresenta um perfil de visitantes parecido com o da Quinta da Boa Vista, isto é, formado por muitas famílias, de todas as classes sociais e provenientes de diversos bairros da cidade.

4.1.5.3.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

Utilizaram-se para o PNM Bosque da Barra os mesmos critérios de análise usados nos casos anteriores. Cabe esclarecer que além das entrevistas e observações realizadas no parque, também foram usados como fonte de dados sobre o caso e-mails trocados entre várias pessoas, incluindo gestor, do parque, membros de associações de moradores e até a Secretária Municipal de Meio Ambiente, durante os meses de junho e novembro de 2006. Estes e-mails foram reunidos em um arquivo do tipo Word e incluídos à base de dados da pesquisa sob o código BB05. Nestes e-mails é possível observar questionamentos sobre o processo de formação do Conselho Consultivo do PNM Bosque da Barra e o surgimento de um conflito entre alguns membros de associações de moradores e o gestor do parque, envolvendo a forma de atuação do gestor e as deficiências crônicas do parque.

1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo → Implantar uma gestão participativa nos parques

Atividade / Instrumento de Gestão → Formação de um Conselho Consultivo.

Responsáveis → GUC e gestor do parque.

Ao contrário dos parques anteriormente analisados, encontrou-se no PNM Bosque da Barra um processo de criação de um Conselho Consultivo em andamento. Na primeira entrevista com o gestor, realizada em março de 2006,

ele mencionou o bom relacionamento com os grupos de atores sociais locais e a existência de um processo de formação do Conselho Consultivo. No entanto, tal processo estaria parado devido à iminente mudança de secretário de meio ambiente (BB01). Apesar de ter seu pedido para participar das reuniões de formação do Conselho aceito pelo gestor, o pesquisador jamais foi notificado da realização das mesmas.

Entrevistador- “Em relação à comunidade, como é que vocês se relacionam com os moradores, com as associações de moradores, tipo vocês têm relacionamento com a Câmara Comunitária da Barra?”

Gestor do parque – “Com todos os órgãos da Barra. É, até agora no fim do ano existem aqui várias reuniões na Barra. A Câmara faz a sua, o Conselho de Segurança, então, na grande verdade, os atores se encontram sempre. E a gente está fazendo aqui o 2º Conselho Consultivo da Unidade de Conservação, só tem o (PNM Bosque da) Freguesia, a gente começou a articular, então é o segundo parque que está... formando, quer dizer e com isso a gente tem que pegar os atores da sociedade, entendeu? ...Nós estamos parados um pouquinho porque estamos numa fase de transição, né. O nosso secretário está saindo, vai entrar um secretário novo, então nós estamos nessa fase de transição. Então logo o novo secretário assuma, a gente pode estar reassumindo com esses trabalhos, entendeu.”

Entrevistador- “E como é que tem se dado essa relação com as comunidades?”

Gestor do parque – “Sempre é boa porque a gente oferece um espaço para que eles possam realizar os seus encontros, os seus eventos, venham desenvolver suas atividades dentro da nossa unidade. Então a gente tem aí o Rotary, o Lions, que são clubes de assistência que participam. Nós temos a Câmara, nós temos a reunião no Conselho de Segurança, quer dizer, então todos esses personagens.”

Na segunda entrevista (BB04), em julho de 2007, foram obtidos mais detalhes sobre o processo de formação do Conselho e a situação naquela ocasião. Já haviam sido realizadas três reuniões, a última delas em maio, com diversos grupos de atores sociais representando a sociedade civil organizada, e alguns órgãos da prefeitura, convocados por e-mail. A presença dessas entidades nas reuniões foi tomada como indicativo de seu desejo de participar do processo e do Conselho. Não foi, contudo explicado como tais entidades foram identificadas nem os critérios usados para sua convocação inicial. Alguns dos participantes citados pelo gestor foram a Universidade Estácio de Sá, o Instituto Iguazu, a ONG ambiental GRUDE, que atua também no PNM Bosque da Freguesia e PE da Pedra Branca e a associação Barra Alerta.

Como o Conselho Consultivo deve ser paritário entre representantes dos governos e da sociedade civil, também foram enviados convites a outras estruturas governamentais. Segundo o gestor, naquele momento estava-se ainda esperando a indicação dos outros órgãos públicos, do governo do Estado, do governo Federal (possivelmente o IBAMA). Como não se sabia também

quantas secretarias municipais estariam interessadas em participar não se podia ainda definir o número total de membros do Conselho.

A demora na resposta por parte dos órgãos públicos causou irritação em um dos representantes da sociedade, que pede mais ação, como se pode verificar pelo conteúdo de um e-mail enviado em 10 de agosto de 2006. por um membro da Associação de Moradores e Amigos Parque Lúcio Costa (AMAPLUC), participante do processo e da rede virtual de atores sociais.

Remetente do e-mail- “Nada tenho contra este gestor, e até mesmo tenho um bom relacionamento com o mesmo nas vezes que nos encontramos e nos correspondemos via Internet. No entanto, sinto-me na obrigação de posicionar-me, como dito anteriormente, e concordar com o... (nota : nome de um participante da discussão) quando este afirma que "a criação de um Conselho Gestor (nota do pesquisador: o correto seria Consultivo)" se faz necessária.

No dia 27/07 enviei e-mail ao gestor deste parque perguntando quando voltaríamos a realizar reuniões para a criação do Conselho Gestor do PNM Bosque da Barra (realizamos umas três, no ano passado, creio eu), e este me respondeu que "as reuniões do Conselho Consultivo do PNM Bosque da Barra se reiniciarão assim que os outros órgãos do poder público apresentarem seus representantes, porque precisam ser paritários o mesmo nº de participantes da sociedade civil organizada tem que ser a mesma quantidade do poder público nas três esferas, Federal, Estadual e Municipal, assim que eles mandarem os nomes de seus representantes e suplentes nós reiniciaremos com maior prazer", e que "ficou feliz porque eu fui o único interessado daquele grupo todo, por uma explicação."

...E quanto a isso sou obrigado a questionar o gestor uma vez que se o poder público não apresenta seus representantes e a comunidade o faz, não podemos paralisar esta ação, prevista em lei, e engessar a participação da comunidade interessada na criação deste conselho gestor, ação já em andamento. Lembro que as discussões sobre a criação do conselho gestor da APA Marapendi, iniciadas bem depois, estão muito adiantadas, quase em fase de conclusão...

Desta forma, solicito, de imediato, nova reunião para a criação do conselho gestor do PNM Bosque de Marapendi (nota do pesquisador: o correto é Bosque da Barra)."

Como segundo o gestor do parque ele teria sido o único a se manifestar sobre a demora (BB05), este fato pode sugerir certo desinteresse dos atores sociais na criação do Conselho ou, talvez, desencanto com a demora do processo. De fato, alguns dos atores sociais envolvidos com o parque não demonstraram, quando entrevistados, muito entusiasmo com a formação do Conselho Consultivo do parque, como por exemplo, o presidente da Câmara Comunitária da Barra (BB02).

Presidente da Câmara Comunitária- “É. Olha, nós estamos agora na luta para construir o conselho gestor do Bosque, da APA Marapendi, nós achamos que é importante que seja construído o conselho gestor Agora, acontece o seguinte, você tem determinados setores do governo, seja

municipal, estadual que às vezes você entra e acaba sendo usado. E essa experiência nós já tivemos várias delas negativas. Então a gente fica, nós somos meio escorregadios nesse negócio.”

É fácil perceber também que mesmo entre os atores sociais da sociedade civil organizada, existem conflitos de interesse explícitos ou latentes. Um desses antagonismos na área da Barra da Tijuca, e captado nas entrevistas, envolve ONGs ambientalistas e associações de moradores e associações comerciais locais.

Diretores de algumas ONGs ambientalistas acusam certas associações de moradores e comercias de, na verdade, representarem os interesses das grandes construtoras que agem no bairro.

Diretor de ONG 1 – “Eu não acredito, eu acho que os problemas que as ONGs causam não são tão grandes assim. No caso da Baixada de Jacarepaguá, a gente tem alguns conflitos sim, existem instituições que foram criadas muito mais para proteger o interesse econômico do que as áreas naturais, entendeu? Por exemplo, tem algumas associações que foram criadas lá na Barra da Tijuca que a gente percebe que sempre defendem o outro lado. Estão sempre contra as ONGs de meio ambiente. Sempre. Acham que a gente é sempre contra tudo, que a gente diz “não” para tudo, que a gente atrapalha tudo, que a gente atrasa, entendeu, e a gente percebe que a Baixada tem que ser logo toda ocupada porque se não for ocupada vai virar favela. E sempre um argumento que não é verdadeiro porque as favelas estão aí, independente de você querer exigir o melhor para as áreas que devem ser protegidas. E ficam nesse discurso de nivelar por baixo, sempre que o bom é inimigo do ótimo, sempre que a gente está nivelando por baixo. ,,Inclusive a (nome da associação) defende sempre a ocupação (nota do pesquisador: imobiliária) sem considerar coisas que a gente considera fundamentais, como estudos da área, diagnósticos do local, você não pode acatar uma alteração de ocupação sem levantar os impactos que isso vai causar. Então a gente às vezes bate, às vezes não, quase sempre bate de frente com essas instituições e lá no caso específico da Baixada de Jacarepaguá. O resto do município do estado e do país, não acontece com tanta frequência, né?”

Pelo lado das associações, há também críticas à atuação das ONGs. Ambientalistas, como nessa declaração sobre a questão da APA de Marapendi.

Presidente de Associação Comunitária – “Nossa posição ali é, nós conhecemos aquilo ali desde lá de 90 e tal quando começou o questionamento. A minha grande preocupação ali é exatamente a de que hoje aquilo ali está determinado onde pode ser feita alguma coisa. E a preocupação nossa ali é de que muito pouco de toda aquela área pode ser aproveitada para alguma coisa. E tem hora que eu começo a ver uns radicalismos, “não porque não pode”, “porque não deve”, e eu estou olhando que por trás disso aí tem outro interesse, eu já escutei...”

De qualquer modo, o conflito de interesses entre atores sociais é uma situação normal na sociedade em geral e mais exacerbado na região da Barra

da Tijuca, em particular, em função da pressão exercida pelo rápido crescimento do bairro e pelos projetos imobiliários de grande porte de um lado, e pelo crescimento das favelas, de outro. Nesse contexto, o objetivo do Conselho Consultivo de um parque é que os diferentes atores com suas diferentes posições possam discutir o futuro do parque, buscando por meio do diálogo chegar a posições consensuais que beneficiem a gestão e possam viabilizar parcerias e a sustentabilidade da unidade de conservação.

Indagado sobre sua posição em relação ao papel do Conselho Consultivo, o gestor do PNM Bosque da Barra respondeu acreditar que o Conselho seria positivo para o parque, pois estaria ajudando diretamente na gestão da unidade, mostrando clareza no entendimento do papel desse instrumento de gestão participativa (BB04).

Gestor do Parque- “É, a gente acredita que todos vão estar aqui, sejam parceiros exponenciais para a melhora, para a melhora do bom andamento da unidade. Tirando aí que essas instituições ou esses órgãos que venham somar, não tenham nenhum interesse pessoal dentro da unidade, eu acho que vai fluir perfeitamente... Em várias áreas, porque o conselho ele vai ter é, ele vai nos dar o suporte dos contatos que a gente não tem como fazer internamente, externamente. Então ele vai estar nos ajudando a buscar parceiros, ele vai estar nos ajudando a , como a gente teve algumas insatisfações aí na questão de atender a lei federal do SNUC que é o fechamento dos parques às segundas-feiras, de nos ajudar a informar os usuários que isso não é uma coisa aleatória.”

A diretora da AMOL tem posição semelhante ao do gestor (BB03):

Entrevistador- “Qual é a importância do conselho gestor para o parque?”
Presidenta da AMOL – “O conselho gestor? Porque fica a comunidade monitorando, eu acho que ela ajuda porque ela tem recursos, tá, num ano eles tiveram muita verba. E sai caro, sim, a manutenção do parque. Então tem que pagar os guardas, você tem que pagar os biólogos, porque é imenso, é imenso e tem as trilhas, tem que ser tudo monitorado, tudo demarcado. E eles têm uma verba irrisória. Nós temos, a comunidade que pode ir ao comércio e contribuir, entendeu. O apadrinhamento, adoção. Eu acho até que a gente tem grandes chances agora de arranjar um bom padrinho, só sair em frente...”

Pouco tempo depois da segunda entrevista com o gestor o processo de criação do Conselho Consultivo do PNM Bosque da Barra foi congelado pela nova Secretária Municipal de Meio Ambiente, para permitir que fossem elaboradas normas para a formação de Conselhos Consultivos em unidades de conservação. Até o final da coleta de dados da pesquisa, o processo não havia sido retomado. A previsão da atual gerente da GUC, e responsável pela elaboração dessas normas, é de que elas fiquem prontas até o final de Abril,

tendo-se priorizado as normas para unidades de conservação de proteção integral, categoria que inclui parques (contato telefônico em março de 2007).

Assim, pode-se concluir que o objetivo de criar uma gestão oficialmente participativa não foi atingindo ainda nesse parque, ainda que se tenha percebido a formação de parcerias informais do gestor, especialmente com determinados grupos de visitantes (desportistas), devido a sua formação profissional. Ainda assim, percebeu-se um esforço do gestor no sentido de se relacionar com a comunidade do entorno, participando das reuniões de diversas associações comunitárias.

2- Diretriz: Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

2.1.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora

Responsáveis → Gestor do parque

O PNM Bosque da Barra é dividido em duas grandes áreas. Uma, que ocupa cerca de um terço de toda área do parque é bastante antropizada. Nela se localizam o horto, o lago artificial, o gramado e as pistas de caminhada e corrida e toda a infra-estrutura de lazer. A outra, maior, é área conservada, ocupada pela vegetação local e áreas alagadas. Nesta segunda área que se encontram as principais espécies vegetais e animais (entre elas jacarés de papo amarelo e preguiças e capivaras, que vêm sendo reintroduzidas no parque). O cercamento do parque por grade de ferro em todo seu perímetro protege estes animais e há um cuidado em evitar que os freqüentadores acessem esta área, restrita aos pesquisadores, procurando-se mantê-los na área antropizada.

Mas uma das dificuldades para realizar estas tarefas é a falta de pessoal. Na época da primeira entrevista com o gestor do parque, o contrato de manutenção havia recém se encerrado e gestor só contava com quatro vigilantes, dois de manhã e dois à noite, gerenciados pela Fundação Parques e Jardins (FPJ), fruto de uma parceria desta com a GUC, em função da presença

do Horto da FPJ dentro do parque. Além disso, contava-se com dois guardas municipais por plantão, num total de quatro. Verificou-se que, tal como nos demais parques, são utilizados funcionários do Mutirão de Reflorestamento para ajudar no plantio de árvores no parque e retirada de espécies exóticas.

Infelizmente, este plantel não é suficiente para garantir que algumas ameaças às espécies animais do parque persistam, por exemplo, a presença de grande número de gatos dentro do parque. Uma freqüentadora do parque reclama exatamente deste problema, em um e-mail (BB05):

Freqüentadora do parque – “Retiramos todos os gatos. Pedimos então que colocassem um aviso para evitar novos abandonos de gatos no Bosque, e o que a Secretaria fez? Absolutamente NADA! Já apareceram mais alguns gatos por lá e um eu levei há uns 10 dias mais ou menos e foi com a ajuda do guarda municipal que o pegou para mim e o levei para um abrigo. Será que vocês continuam com este desleixo? Por quê?...”.

Um problema adicional do PNM Bosque da Barra no que diz respeito à recuperação e conservação da fauna e flora é a formação do gestor não ser na área ambiental. Como ele não tem nenhum biólogo assessorando-o, sua atuação na área de conservação da fauna fica comprometida. Quanto à flora, a presença do Horto da FPJ dentro do parque facilita o trabalho de replantio de espécies nativas.

Conclui-se assim, que o objetivo dessa atividade não está sendo alcançado de modo satisfatório, sobretudo pela falta de contrato de manutenção e pela falta de parcerias externas ao parque (por exemplo, empresas que patrocinassem a reintrodução das preguiças e capivaras no parque) que possam viabilizar um programa mais amplo de recuperação da fauna e flora.

2.2.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção das áreas verdes e de lazer do parque (varrição, limpeza e poda).

Responsáveis → Gestor do parque e empresa de manutenção contratada.

Tal qual o PNM de Marapendi e o PNM Chico Mendes a gestão do Bosque da Barra enfrenta o problema dos trâmites burocráticos que emperram as licitações e renovações de contratos de manutenção. Durante a maior parte da pesquisa, o parque estava sem contrato e tendo dificuldades em manter limpas as áreas do parque. Quanto

Uma parceria com a COMLURB e o Mutirão de Reflorestamento tem mitigado o problema. Isto não impediu, no entanto, que a presidente da AMOL se queixasse publicamente em julho de 2006, via e-mail, aos responsáveis da SMAC sobre as precárias condições de manutenção existentes, como se pode constatar a seguir (BB05):

“A AMOL há muito recebe solicitações para que interceda junto às autoridades competentes visando melhores condições de uso aos seus fieis freqüentadores:

- 1- São 50.000 metros quadrados sem bancos para a população.
- 2- Só existe um único banheiro e sem acesso para deficiente.
- 3- Faltam placas indicadoras.
- 4- No campo ambiental existem vários questionamentos:

Um deles é por que retiraram uma grande quantidade de árvores em junho de 2005 e até hoje nada foi feito no local. Na ocasião fui informada pelo gestor... (nome do gestor) que o prefeito havia mandado retirá-las por que no local seria uma quadra de areia para ser utilizada no PAN. Embora tenha estranhado por ser tratar de uma Unidade de Conservação, repassei a informação para a comunidade.

Mas agora extrapolou o limite de aceitável.

É com pesar que repasso minha indignação em relação ao abandono do Parque Natural Municipal Bosque da Barra...”

Esta reclamação foi apoiada por uma freqüentadora do parque, que também se expressou por e-mail.(BB05):

Freqüentadora do parque- “Como assídua freqüentadora do Bosque da Barra também estou profundamente decepcionada com o desprezo com que este parque é tratado pelas autoridades. Desde fevereiro deste ano que o contrato da manutenção acabou e nada foi feito até agora. Sempre que caminho lá, cato muito lixo, pois isto me incomoda muito. O lago está um horror de garrafas plásticas boiando e outras coisas mais. Eu sempre sugeri que colocassem placas pedindo que não sujassem o meio ambiente, mas nada é feito neste sentido”.

Como resultado destes e-mails, a Secretária do Meio Ambiente convidou a diretora da AMOL para uma reunião. Por outro lado, uma resposta apócrifa foi enviada aos membros da rede virtual da AMOL, defendendo o gestor, o que exaltou os ânimos. Entrevistado sobre a desavença ocorrida, o gestor do parque explicou que alguns dos problemas deununciados realmente ocorreram, mas que isto se deveu à falta de contrato de manutenção que dificulta muito a adequada gestão do parque. No entanto, o gestor reclamou da falta de diálogo anterior às reclamações por parte da diretora da AMOL. Ele afirmou não ter sido procurado por ela para discutir as dificuldades pelas quais passava o parque, como se pode depreender dessa passagem (BB04):

Gestor do parque- “...ela (a diretora da AMOL) nunca conversou comigo sobre a gestão do parque, ela nunca perguntou o que está acontecendo, que não está. Ela sabe que está sem contrato por conversar com terceiros,

conversar até com outros gestores, ...Mas comigo aqui ela nunca se reportou para falar sobre essas coisas. Ela ataca gratuitamente e eu, lamentavelmente foi fato, tive dois momentos atípicos aqui dentro do parque. Uma vez, com um movimento grande no parque e o banheiro estava sujo, realmente estava sujo, mas há de se compreender que eu não tinha ninguém para fazer a manutenção do parque. A gente tinha uma certa dificuldade. Tinha não, tem, com os outros órgãos co-irmãos que são a COMLURB e a FPJ, que não estão nos dando subsídios que eram necessários, apesar de ter um decreto do prefeito. Falta pessoal nesses órgãos para nos dar o subsídio em termos de manutenção, no momento que o parque está passando um momento de fragilidade sem o contrato, né?”

Algumas conclusões podem ser tiradas desse episódio:

1ª - O PNM Bosque da Barra passa por ocasionais problemas de manutenção de suas áreas verdes e instalações devido aos problemas de falta de contrato já relatados anteriormente, que nem mesmo as parcerias com COMLURB e Fundação Parques e Jardins são capazes de sanar.

2ª - Os atores sociais que costumam freqüentar o parque estão atentos e organizados no sentido de cobrarem eficácia da gestão do parque, formando uma rede virtual de comunicação pela internet.

3ª - O uso de uma rede virtual como veículo para denúncias e mobilização parece ser bastante eficaz, porém não suficiente para resolver os problemas identificados.

4ª. A gestão do parque carece de instrumento de gestão que facilite o contato pessoal e o diálogo com sua rede atores sociais. O Conselho Consultivo poderia ser tal instrumento.

3 - Objetivo → Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (ecoturismo)

Atividade / Instrumento de Gestão → Parcerias com empresas.

Responsáveis → SMAC, CEA e gestor do parque.

Foram identificadas algumas parcerias interessantes entre o gestor do parque e empresas e ONGs, que mesclam atividades de esporte, lazer e educação ambiental, garantindo uma boa freqüência de visitantes nos fins de semana.

Segundo o gestor do parque, algumas empresas locais têm sido parceiras do PNM Bosque da Barra na organização de eventos culturais e esportivos. A empresa de eventos Histamina tem patrocinado alguns eventos esportivos e na época da pesquisa já havia previsão de uma corrida rústica dentro do parque a ser realizada em agosto de 2006. No ano anterior já havia sido realizada uma

extensa programação de eventos com teatro, aulas de capoeira, shows musicais e exposições, sempre aos domingos. A contrapartida não obrigatória do parceiro aconteceu via doação de material de limpeza, sacos de lixo, papel higiênico e outros itens ao parque, visando ajudar na sua manutenção, especialmente nos momentos de falta de contrato de manutenção. Um tipo de arranjo semelhante, mas que não pode ser classificado como uma parceria, é aquele em que o parque aluga, via SMAC, sua área como cenário para gravações de novelas e outros programas de TV, recebendo em contrapartida doações de materiais diversos (BB01; BB04).

Uma outra parceria importante relatada pelo gestor tem ocorrido com o grupo de teatro Ineptus Clã, que vem se especializando em peças de caráter educacional sobre meio ambiente, desde 2001. O grupo oferece oficinas de ecoteatro e se apresenta de graça aos domingos. Em troca, utiliza o parque como sua sede, até para guarda de seu material, e vitrine para o público em geral e empresas que os contratam para se apresentarem em festas e eventos (BB01).

Perguntado sobre como avaliava a efetividade do trabalho de educação ambiental feito por meio do ecoteatro, o gestor relatou que no início os visitantes presentes no parque eram estimulados a assistir às peças, mas a partir do segundo mês de apresentações, o público começou a vir espontaneamente:

Gestor do parque- "Já havia uma platéia cativa para uma apresentação de qualidade que falava sobre meio ambiente aqui no Bosque da Barra. E a gente passou a ter um aumento desse fluxo significativo. ...Então, isso para nós foi muito gratificante, e a resposta era imediata. No próprio comportamento das pessoas, não só participando, mas saindo daqui, preservando. Juntavam o lixo. Então, o nosso trabalho foi muito positivo em relação a isso."

Diretor de grupo de teatro – "Uma vez que eu estava chegando aqui, aí chegou um pai para mim, está vendo aí o que você me arrumou? Agora eu tenho que andar com um saquinho, porque minha filha não me deixa jogar um copo de água no chão." (BB01).

Aliás, segundo o gestor do parque, o comportamento dos visitantes do parque é, em geral, respeitoso em relação às normas, mas este comportamento nem sempre foi assim, sendo, na verdade, resultado de um processo de conscientização via diálogo e ecoteatro.

Gestor do parque – "A gente não tem nenhum tipo aqui de vandalismo. No início a gente tinha, mas depois, depois foi sendo contornado; os próprios funcionários foram orientando. A gente tinha aqui o problema: se botasse uma bica de metal, nego roubava a bica. Hoje a gente tem as bicas de plástico, então não interessa o cara roubar uma bica de plástico, entendeu. A gente tinha pichação no banheiro, hoje não tem mais pichação no

banheiro. Então, também porque a gente identifica..., a gente tem a escola estadual aqui em frente que é um dos usuários. Vêm direto para o parque. A escola estadual faz a sua aula de atividade física aqui no parque, então, quer dizer, com muito papo a gente foi aí chegando a um consenso. Hoje a gente não tem depredação aqui na unidade. É claro que a gente não coloca nada que vá estimular isso, entendeu.”

Quanto ao lixo, o gestor também relatou a existência de uma parceria com a COMLURB para fixação de lixeiras e uso lixeiras móveis aos Sábados e Domingos, dias em que ocorrem muitos piqueniques no parque.

O gestor informou que, apesar de não possuir controles nem estatísticas sobre o número de visitantes do parque, tem uma idéia do número de visitantes pelo número de carros no estacionamento, que tem cem vagas.

Gestor do parque – “A gente estima que em cada carro venham quatro pessoas. E normalmente nos nossos eventos o parque está sempre cheio, com carros dentro do estacionamento e fora, nossa calçada aqui e a calçada do meio ficam repletas. Esse é um medidor. O outro é o fotográfico. ...A gente recebe aqui uma média ,que já foi aferida, de cinco mil pessoas a seis mil pessoas mês.” (BB01).

A avaliação que se faz sobre o cumprimento desse objetivo é positiva se se considerar que a gestão do parque conseguiu criar, por meio de parcerias informais, uma série de atividades que unem lazer, meio ambiente e educação ambiental, aumentando a freqüência de visitas ao parque e a consciência do público sobre o tema. Por outro lado, verificou-se uma ênfase demasiada do gestor em atividades esportivas em detrimento de atividades de pesquisa e conservação do ecossistema do parque. Durante as entrevistas ele comentou, inclusive, sobre um projeto para construir quadras de vôlei em uma área antes ocupada por vegetação (BB02). Esta inclinação pelo esporte seria menos problemática se o gestor tivesse o apoio de biólogos ou outros técnicos especializados que suprissem sua deficiência na área mais técnica. Como não o tem, ele acabou priorizando as atividades nas quais se sentia mais confortável, o que pode comprometer os objetivos de conservação do parque no médio prazo, desvirtuando sua preocupação primária.

4.1.6.

Estudo de Caso do PNM do Penhasco Dois Irmãos

4.1.6.1.

Caracterização do Parque

O Parque Natural Municipal (PNM) do Penhasco Dois Irmãos localiza-se, na encosta do Morro Dois Irmãos, ao final da Praia do Leblon, ocupando uma área de 25,3 hectares. O parque tem a maior parte da sua área situada nos bairros da Gávea, Leblon e Vidigal, mas chega a ocupar uma pequena área na Rocinha. O parque foi criado em 21 de dezembro de 1992, pelo Decreto Municipal nº 11850, como resultado de demandas das comunidades vizinhas. Em 29 dezembro de 2000 foi inaugurada a gleba dois, onde se localiza a sede administrativa do parque, objeto de permuta de terrenos entre os proprietários das terras e a prefeitura (PCMRJ, 1998; DI03).

O ecossistema do parque é composto de mata atlântica submontana e costão rochoso. A maior parte da cobertura vegetal é secundária e uma área significativa do parque foi reflorestada nos últimos anos (PCM RJ, 1998). No Anexo 13 podem-se visualizar o mapa e uma foto aérea do parque. O gestor do parque ocupa o cargo desde outubro de 2003, sendo formado em administração de empresas com curso de pós-graduação em gestão ambiental pela UFRJ em andamento. Seu objetivo principal é trazer para o parque palestras de conscientização e educação ambiental, o que, segundo ele acarretaria a maior divulgação do parque. E conseqüentemente, maior visitação. Na ocasião da coleta de dados o gestor era o único funcionário permanente da SMAC no parque e contava com a ajuda de dois guardas municipais, quatro guardas da GDA, sendo dois por plantão e de dois funcionários da COMLURB, que fazem a limpeza da Rua Aperana que passa dentro do parque (DI03).

O parque dispõe de área de piquenique com brinquedos, uma trilha de cerca de 800m e vários mirantes que propiciam belas vistas da zona sul do rio de Janeiro. No entanto, o parque não dispõe de um centro de visitantes.

4.1.6.2.

Identificação dos Atores Sociais Locais

O PNM do Penhasco Dois Irmãos está inserido dentro de um complexo mosaico social. De um lado dois dos bairros mais sofisticados e de maior poder aquisitivo do Rio de Janeiro, Leblon e Gávea, incluindo aí um conjunto de ruas com casas luxuosas, conhecido como Jardim Pernambuco. Do outro, duas

favelas, Vidigal, dominada pelo tráfico de drogas, e Chácara do Céu, localizada ao lado do parque e com a qual existe uma interação diária. Estas comunidades, suas associações e mais empresas e outras instituições vizinhas ao parque são descritas a seguir.

1- Moradores de médio e alto poder aquisitivo e suas associações

Os moradores de alto poder aquisitivo no entorno do parque habitam os bairros do Leblon, Gávea e uma parte do bairro do Vidigal. Alguns deles são freqüentadores assíduos do parque.

As principais associações de moradores que atuam junto à gestão do parque são:

- Associação de Moradores do Alto Leblon, mais conhecida por CAL - Comunidade do Alto Leblon.

- Câmara Comunitária do Leblon.

Estas duas associações são presididas pela mesma pessoa, que também é a presidente da Associação Comercial do Leblon.

- Condomínios Associados Dois Irmãos. , criada em 2003 como uma dissidência da CAL.

- Associação de Moradores da Gávea, entidade bastante ativa na defesa dos interesses dos moradores daquele bairro, mas cuja realidade está um pouco mais afastada do dia-a-dia do parque devido à distância entre o centro desse bairro e o parque.

A presidente da CAL aponta como a luta principal da associação preservar a qualidade de vida dos moradores do bairro, aí entendidos os de médio e alto poder aquisitivo. Neste processo, ela aponta algumas associações que têm o mesmo ponto de vista da CAL: Associações de Moradores de Ipanema, da Gávea, de São Conrado e do Jardim Botânico. Ela relata que em geral estas associações têm sido unânimes em termos de reivindicações (DI02). Os diretores da CADI sinalizaram com o mesmo objetivo que a CAL, o que implica dizer que escolheram estratégias de ação divergentes. No entanto, existe um ponto em comum: combater o surgimento e o crescimento de favelas na região, especialmente no caso da Chácara do Céu, como se pode concluir a partir destas declarações.

Diretor 1 CADI – “...existe uma vontade muito grande daqueles que participaram em participar do conselho gestor, em face dos objetivos a que

eles se propõem, que é o objetivo de você apoiar o parque e de você... preservar o parque, principalmente o aspecto de monitoramento, de impedimento de...”

Diretor 2 CADI – “de formação de favelas.”

Diretor 1 CADI– “...de formação de favelas, e também de ocupações maiores, né, a própria preservação ambiental...; mas um dos pontos focais é exatamente o problema de crescimento de favelas e a possibilidade de você ter contato. ...hoje é interessante você saber que tem um poder público, né, essa paridade entre o poder público e a sociedade civil, isso traz benefícios muito grandes.” (DI01).

Presidente da Cal -.”...Porque eles estão crescendo. E se não houver controle, eles vão crescer e a situação vai ficar irreversível como é na Rocinha, como é hoje no Vidigal, como é, eu acho, até aqui no (PNM) Parque da Cidade. O Parque da Cidade hoje está numa situação muito grave. ...Está crescendo e acabou, por exemplo, com a visitação do parque, é um lugar perigoso, é um lugar malcuidado, é um lugar em que a preservação; não é mais o Parque da Cidade.”(DI02).

Mas a própria presidenta da CAL reconhece que os moradores da Chácara do Céu têm consciência dos perigos de crescer demais, devido à falta de infraestrutura. No entanto, alerta que a especulação imobiliária tem levado muitos deles a expandirem suas residências, em geral, verticalmente (DI02).

Presidente da CAL – “Eles têm espaço para crescer, não crescem por uma questão até psicológica hoje. De medo da própria comunidade, que eles têm uma conscientização também de como eles podem se prejudicar com a falta de infra-estrutura com o crescimento da favela. Mas existe uma especulação imobiliária. E aí fica conflitante do morador que tem essa consciência combater esse que está ali especulando.”

A respeito do problema do crescimento da favela, já houve contatos entre os representantes das associações CAL e CADI e os representantes da Chácara do Céu e tem-se buscado alguma forma de diálogo para resolver os principais problemas atuais (DI02).

Entrevistador- “...então considerando que eles vão permanecer lá, você, qual seria a estratégia realmente para lidar com essa situação? É partir para um conflito na Justiça ou é parceria, conversar?”

Presidente da CAL – “É parceria, conflito não interessa para ninguém. ...Eu acho que é o último recurso seria o conflito, ninguém tem interesse em fazer isso. Não é uma situação que aconteceu de um dia para a noite. ...Então o simples diálogo vai ser o nosso melhor caminho...”.

2- Moradores de baixo poder aquisitivo

Este grupo de atores sociais é constituído, sobretudo pelos moradores das favelas do Vidigal e Chácara do Céu.

A Chácara do Céu surgiu há cerca de quarenta anos, quando alguns moradores removidos da extinta Favela da Praia do Pinto (localizada entre

Leblon e Lagoa) para lá se deslocaram em busca de um local próximo de onde viviam e trabalhavam até então.

Lá vivem hoje aproximadamente duas mil e quatrocentas pessoas, sendo que a regularização da posse da terra está em vias de acontecer. Segundo um dos moradores e líderes da comunidade, não há tráfico de drogas dentro da favela e a qualidade de vida da comunidade é boa se comparada à maior parte das favelas do Rio. No entanto, por falta de espaço, não há escola dentro da comunidade. A comunidade está organizada em torno de sua Associação de Moradores, que tem como principais reivindicações a construção de uma creche, a construção de uma quadra coberta para esporte e lazer e a continuação do asfaltamento da rua que passa por dentro do parque e que dá o único acesso de carro à favela. No entanto, segundo se pôde apurar junto a moradores que não quiseram se identificar, não há morador da comunidade ocupando o cargo de presidente da associação atualmente, pois o último foi deposto em 1998 pelo chefe do tráfico de drogas da vizinha favela do Vidigal. Assim, na prática, o cargo é ocupado pelo presidente da Associação de Moradores do Vidigal, onde a rotatividade é alta.

Quanto ao crescimento da favela, existe uma regra imposta pela associação de moradores que limita o crescimento vertical das casas a três andares, pois haveria infra-estrutura de água e luz para suportar até este limite de expansão (DI04). As associações de moradores do Leblon contestam esta informação, como se viu no item anterior, e pretendem barrar o crescimento da favela.

Na favela existe um projeto em parceria com a SMAC e o PNM do Penhasco Dois Irmãos, denominado MEL, que engloba práticas esportivas (futebol e capoeira) e educação ambiental, por meio de reciclagem de garrafas PET e jornais.

A favela do Vidigal, com uma população em torno de quarenta mil habitantes, não fica tão próxima do parque como a favela Chácara do Céu, mas tem influência sobre a comunidade. O maior impacto da favela do Vidigal sobre o PNM do Penhasco Dois Irmãos é quanto à imagem de segurança do parque. Devido à proximidade relativa da favela, sempre que ocorre um episódio de violência envolvendo tiroteios no Vidigal, a frequência ao parque cai drasticamente, por temor infundado dos visitantes de se tornarem vítimas de balas perdidas (DI02; DI03).

3- Empresas e empresários locais

O parque está localizado em área eminentemente residencial, mas como está próxima ao Leblon, há interesse da Associação Comercial do Leblon em que o parque possa ser mais uma área de atração turística no bairro (DI03).

O Hotel Sheraton, hotel de luxo localizado na Avenida Niemeyer, é também um potencial beneficiário da proximidade com o parque.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), localizada na Gávea, mas cujo terreno é vizinho dos fundos do parque é também parte interessada na sua gestão, tanto por essa proximidade quanto pela preocupação ambiental da universidade, que vem crescendo nos últimos anos (DI-TI01).

4- Visitantes

Os principais visitantes do parque são turistas estrangeiros e brasileiros, que chegam atraídos pelos mirantes nele existentes, a partir dos quais se descortina parte da zona sul da cidade. Entre os visitantes freqüentes, encontram-se moradores do Leblon e Gávea e moradores da Chácara do Céu, sobretudo crianças (DI03).

4.1.6.3.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

Utilizaram-se para o PNM Bosque da Barra os mesmos critérios de análise usados nos casos anteriores. Cabe esclarecer que além das entrevistas e observações realizadas no parque, também foram usados como fonte de dados anotações feitas pelo pesquisador ao participar, como ouvinte de uma das reuniões de formação do Conselho Consultivo do parque. Estas anotações receberam a codificação DI05. O caso do PNM do Penhasco Dois Irmãos é um exemplo de processo de formação de Conselho Consultivo e de uma parceria informal entre o parque e uma das comunidades, mas também mostra a existência de conflito entre moradores de alto e baixo poder aquisitivo.

- 1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo → Implantar uma gestão participativa nos parques.

Atividade / Instrumento de Gestão → Formação de um Conselho Consultivo

Responsáveis → GUC e gestor do parque

Tal como o PNM Bosque da Barra, o PNM do Penhasco Dois Irmãos estava em meio a um processo de formação de seu Conselho Consultivo durante a realização da pesquisa. Na primeira entrevista com o gestor, realizada em março de 2006, ele mencionou o bom relacionamento com os grupos de atores sociais locais e a existência do processo de formação do Conselho Consultivo, iniciado em outubro de 2005. O processo teve algumas reuniões no início de 2006 e uma última reunião em 25 de maio de 2006, da qual o pesquisador participou como observador, antes do processo ser interrompido em setembro de 2006, por ordem da Secretária de Meio Ambiente, como citado no caso do PNM Bosque da Barra.

É importante entender as motivações dos atores sociais para participarem do Conselho Consultivo do PNM do Penhasco Dois Irmãos.

Segundo a presidente da CAL, Câmara Comunitária do Leblon e Associação Comercial do Leblon, o objetivo em participar do Conselho vai ao encontro da grande preocupação da comunidade que ela representa em preservar não apenas o parque, mas o entorno dele, e aí ela se refere de novo à favela Chácara do Céu, vista como uma ameaça ao parque, e, como se percebe também pela totalidade do discurso, à referida qualidade de vida da população de médio e alto poder aquisitivo do bairro (DI02). Neste aspecto, os diretores do CADI, concordam com a representante da CAL (DI01).

Presidente da CAL – “Bom, nosso objetivo de participar desse, do conselho gestor do parque, principalmente na questão de preservação de todo em torno, principalmente do parque, do parque nem se fale. Mas do entorno dele. O que a não preservação, que o abandono desse parque podem trazer de prejuízo para a comunidade? Então nós somos unânimes de que o parque tem que ser preservado, que ele tem que ter uma boa gestão, que ele precisa ser aberto à visitação até uma determinada hora, mas que é importante, pode ser um dos cartões postais da cidade do Rio de Janeiro, tem uma vista linda, é um lugar agradável. Ainda é um verde maravilhoso. Então nós temos a preocupação de manter pelo menos o que está hoje. Se pudéssemos, reverteríamos até o quadro que se encontra hoje que é uma comunidade ali. Você vê que está encravada, né?”

Já o representante da PUC no Conselho, o diretor do NIMA, explica a posição da universidade a respeito:

Diretor do NIMA- “Institucionalmente, eu fui provocado a ter uma inserção política no parque Dois Irmãos, que tem limite com a PUC. E a gente acredita, quer dizer, aí já é um grupo maior...que as questões ambientais elas passam, inevitavelmente, por uma co-responsabilização tanto do indivíduo quanto das instituições em relação aos seus problemas ambientais. ...Eu acredito que a gente tente fazer uma coisa parecida com essa gestão da bacia. O parque como um todo, a inserção desse parque na PUC, e a gente tentar aplicar projetos para resolver a problemática do parque como um todo.”

Para se ter uma idéia de como é demorado e complexo o processo de formação de um Conselho Consultivo de parque, é interessante citar a experiência do representante da CADI nesse processo. Ele explica como evoluiu o processo e fala das dificuldades encontradas e do aprendizado experimentado nesse período.

Diretor 1 da CADI – “...aí fomos marcando reuniões para o mês seguinte, só que essas reuniões sempre evoluíam um pouco, mas não se concretizavam. Uma das mais objetivas foi essa que você assistiu hoje (nota: 25 de maio de 2006), que aí já foram convidadas várias pessoas e elas não se faziam presentes. Algum problema havia e sempre faltava um grande numero de convidados. A CADI sempre esteve presente, mas é a primeira vez que vem a associação comercial, a AMALGA também é do Alto Leblon, quer dizer, algumas associações estavam sempre presentes como a CADI, a AMALGA, né. Mas outras associações, por exemplo, a Associação de Moradores do Vidigal, Associação de Moradores da Rocinha, nunca mandaram representantes como até hoje, na reunião de hoje não mandaram também, né? Então em função desse fato, de nunca estar com um número de representantes, vamos dizer assim, disponível para se tomar alguma resolução,...então essas reuniões tiveram pouco rendimento, pela pouca eficiência nessas reuniões. Mas foi se formando a idéia do que era, sempre eram trazidas pessoas de outras associações. Por exemplo, teve época que a gente fez tipo palestra sobre conselho gestor e de outras áreas. Então aos poucos foram se formando aqueles participantes, durante as cinco, seis reuniões, mais ou menos que a gente já teve, foram ganhando conhecimento sobre, não houve uma total falta de benefício porque houve um aprendizado, um processo de aprendizado dos participantes...”

É interessante notar que durante o processo foi se formando um conhecimento do grupo, parcialmente formal e parcialmente tácito, sobre o que é um Conselho Consultivo e seu papel para a gestão do parque. Entende-se ser este processo de aprendizagem tácita extremamente importante para que a formação do Conselho chegue a bom termo, mas, por outro lado, é necessário que a aprendizagem formal, por meio de palestras. Discussões e outros instrumentos de capacitação do Conselho estejam disponíveis desde o início do processo.

As expectativas da presidenta da CAL sobre o funcionamento do Conselho Consultivo compreendem uma maior participação dos atores sociais no processo de planejamento do parque, mas também sua preocupação com o cumprimento das obrigações do poder público para com a gestão do parque, como se pode constatar no trecho da entrevista mostrado a seguir (DI02). É interessante reparar que a maioria dos empresários e seus representantes entrevistados é bastante unida em torno da idéia de que a iniciativa privada pode ajudar, mas não deve substituir o estado na gestão dos parques. É claro que há exceções, como o caso da Carvalho Hoskens que acabou adotando o PNM Melo Barreto, como relatado anteriormente. Mas naquele caso, fatores muito específicos, relacionados a uma estratégia de negócios e a um grande investimento imobiliário próximo ao parque influenciaram na decisão de adoção.

“Diretora da CAL- Bom, o conselho gestor é que, eu acho, que vai criar as estratégias, vai criar ferramentas para manter o parque e aumentar o número de visitantes, que eu acho importante. ...Eu acho que a idéia (nota: do Conselho) é boa. A gente tem que tentar. Se for, como é que se fala, se for, se a gente conseguir manter essa disposição que as pessoas estão no começo como está agora, eu acho que é interessante porque a gente vai participar mais, a gente vai saber o que está acontecendo, a gente vai ter ingerência sobre as questões de dentro do parque, né. Existe uma idéia, por exemplo, de ocupar o parque com restaurante, ocupar o parque, sei lá, com o que para botar na mão da iniciativa privada a responsabilidade de administrar e gerenciar o parque. Eu não acho isso viável. ... Eu não acho que um restaurante vai ter condições financeiras de bancar um parque como aquele. Então não é parque. Eu acho que o poder público ele tem que estar presente sim, ele tem que gerir, ele tem que dar satisfação para a sociedade.”

Além daqueles depoimentos, a experiência vivenciada pelo pesquisador durante uma reunião do Conselho Consultivo é aqui relatada e analisada.

A reunião de 25 de maio foi convocada pelo gestor do parque, em nome da SMAC. Dela participaram representantes dos atores sociais que já haviam manifestado interesse em fazer parte do Conselho, entre eles: CADI, CAL, AMALGA, Instituto Iguaçu, PUC-Rio, além de moradores do Leblon. Não esteve presente nenhum representante das favelas Chácara do Céu e Vidigal. Também estiveram presentes representantes de alguns órgãos do município: SMAC, Guarda Municipal, GDA, Secretaria de Urbanismo, além do próprio gestor do parque, que presidiu a reunião.

Quanto à ausência dos representantes das duas principais associações de favelas locais, o gestor informou tê-los convidado. Já a presidenta da CAL afirmou ter conversado com o presidente da Associação de Moradores do Vidigal, que disse não ter sido convidado. Não foi possível apurar o que de fato

ocorreu, no entanto é preocupante a ausência contínua dessas associações no processo de formação do Conselho, por dois motivos:

1º. Estas associações acabarão por ficar de fora do Conselho Consultivo e não terão suas demandas ouvidas nesse fórum.

2º. O grupo de representantes da sociedade civil no Conselho, sendo representado apenas pelos atores ligados às classes mais abastadas da região, poderá fazer valer sua visão sobre temas mais sensíveis, como a questão do acesso de carro à Chácara do Céu depois do horário de fechamento do parque. Decisões desfavoráveis àquela comunidade, tomadas sem a sua participação, poderão gerar desconfiança em relação ao Conselho e a conseqüente retirada de apoio à gestão do parque pela comunidade, o que pode ser bastante problemático para o gestor no longo prazo, se daí emergir uma situação de conflito entre gestão do parque e aquela comunidade.

Dando continuidade à análise do processo, os principais pontos observados pelo pesquisador durante a reunião são listados a seguir:

1º. Reunião não teve uma agenda clara lida pelo gestor. A conseqüência disso é que os assuntos foram se misturando no início até que a assessora da SMAC presente, e que estava ajudando na formação dos Conselhos, começou a intervir a propor os temas.

2º. O gestor não estava à vontade comandando a reunião. Aparentemente, não por falta de experiência, pois cinco ou seis reuniões já haviam ocorrido anteriormente. A partir do momento que assessora da SMAC tomou mais a iniciativa de conduzir a reunião, ele pouco se manifestou, tendo inclusive, saído pelo menos duas vezes da reunião para tratar de problemas operacionais.

3º. A condução da reunião pela assessora também foi confusa, gerando várias conversas paralelas e dispersando a atenção dos presentes.

4º. Foi distribuída uma cópia de proposta de constituição do Conselho incluindo seis membros da sociedade civil e seis representantes do governo. Os presentes propuseram onze de cada lado.

5º. Durante a reunião houve reclamações por parte de um dos participantes sobre o fato de as reuniões estarem ocorrendo já há mais de um ano sem conseguir se chegar a formar o Conselho.

6º. Ao final os presentes aprovaram por consenso que o número de representantes do Conselho Consultivo.

As principais conclusões a que se chegou analisando o conteúdo e o andamento da reunião são:

1º. Pareceu faltar uma metodologia de criação do Conselho Consultivo. A assessora da SMAC não passou segurança suficiente aos presentes sobre muitos pontos do processo (DI02; DI-TI01).

2º. As reuniões têm que ter uma estrutura formal bem definida, isto é, com agenda e objetivos bem claros, um único condutor oficial da reunião, regras para os presentes se manifestarem, elaboração e divulgação da ata da reunião.

3º. Gestor e assessor precisam ser treinados a conduzir reuniões de forma objetiva, firme e organizada.

2- Diretriz: Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

2.1- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora

Responsáveis → Gestor do parque.

O PNM do Penhasco Dois Irmãos teve cerca de 15 (quinze) hectares de sua área recuperada nos últimos nove anos graças à ação do Projeto Mutirão de Reflorestamento, que plantou quase cerca de oitenta mil mudas de várias espécies nativas em substituição ao capim colônia, vegetação exótica e propensa a se incendiar com facilidade. Segundo informações do encarregado do projeto, cerca de 95% das mudas vingaram (DI04). Cabe enfatizar que tanto o encarregado quanto os reflorestadores do projeto são moradores da comunidade Chácara do Céu. O resultado dessa ação é que o número de incêndios vem caindo, apesar de terem ocorrido entre oito e dez incêndios nos últimos cinco anos. As principais causas são balões ou pessoas de fora da comunidade.

No entanto, o parque ainda é vulnerável a invasões de caçadores. Até alguns anos atrás, moradores da própria comunidade costumavam caçar pássaros no parque, mas por meio de um processo de diálogo e de educação ambiental com os membros da comunidade, funcionários do parque conseguiram convence-los da ameaça de extinção de várias espécies decorrente desta atividade. Assim, depois de um longo processo de

conscientização, os moradores da comunidade hoje protegem o parque contra vandalismo de visitantes (corte de árvores, pichações, etc.).

Outro aspecto complicador para a garantia da segurança do parque é o fato de que o único acesso de carro à favela da Chácara do Céu passa por dentro do parque. O horário de fechamento do parque é às 17 horas, mas na prática os portões têm ficado abertos para permitir que carros dos moradores, táxis e vans acessem a favela, o que, por outro lado, permite que pessoas estranhas ao parque circulem por ali à noite. Este é um grave problema, mas a comunidade da Chácara do Céu resiste à idéia do fechamento dos portões e à proposta feita pelas associações de moradores de alta renda de acesso à favela apenas para os carros cadastrados dos moradores da Chácara do Céu.

Por trás dessa proposta existe também uma estratégia implícita das associações de moradores de barrar o crescimento da favela, ao tentar inibir a entrada de material de construção tanto de dia quanto de noite, (DI02), o que não parece muito plausível de ser operacionalizado.

A gestão do parque acabou ficando numa situação desconfortável, pois, por um lado precisa cumprir as normas da SMAC de fechar os portões às 17 horas, mas por outro, o acesso à favela se dá através de uma rua pública que corta o parque, que teoricamente deveria estar acessível a todos. Uma solução que desagrade totalmente os moradores da Chácara do Céu pode significar a perda do apoio dessa comunidade à gestão do parque. Espera-se que o Conselho Consultivo possa ser o fórum de discussão efetivo para se chegar a algum acordo. Na falta dele, devem-se buscar reuniões informais entre as partes, com a mediação do gestor, para se tentar chegar a um consenso que resolva o conflito de forma satisfatória para todos.

Outro problema identificado pelo gestor é a presença de cachorros no parque, que são deixados lá por moradores do Leblon ou acabam aparecendo naturalmente. O gestor relatou ter tentado conscientizar os moradores por meio de cartazes e diálogo, mas as ações têm se mostrado ineficazes.

Analisando-se sentido, pode-se dizer que, apesar das dificuldades operacionais vivenciadas pela gestão do parque os objetivos de recuperação da fauna e flora vêm sendo alcançados, graças a uma parceria formal com o Projeto Mutirão de Reflorestamento e de outra, informal, com a comunidade da Chácara do Céu. Por outro lado, há problemas relacionados à conservação da fauna devido à invasão freqüente de cachorros e à segurança patrimonial, por insuficiente policiamento à noite e ao acesso de carros ao parque após o horário de fechamento.

2.2.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção das áreas verdes e de lazer do parque (varrição, limpeza e poda).

Responsáveis → Gestor do parque e empresa de manutenção contratada

Tal qual os demais parques naturais municipais o PNM do Penhasco Dois Irmãos enfrenta o problema dos trâmites burocráticos que emperram as licitações e renovações de contratos de manutenção, tendo já ficado sem contrato por duas vezes. Na ocasião da pesquisa, o parque estava prestes a ter seu contrato encerrado. Segundo informações posteriores, o parque ficou vários meses sem contrato.

Uma parceria informal com a COMLURB e o Mutirão de Reflorestamento tem ajudado a manter o parque limpo, as árvores podadas e as trilhas relativamente limpas. No entanto, não foram identificadas quaisquer parcerias com empresas para ajudar nesta atividade.

3 - Objetivo → Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (ecoturismo)

Atividade / Instrumento de Gestão → Organização de projetos de lazer e ecoturismo

Responsáveis → SMAC, CEA e gestor do parque.

A visitação e o turismo no parque ainda são fracos, devido principalmente a sua localização no alto de uma encosta, o que dificulta o acesso a pé, mas também devido à pouca divulgação do parque e à associação deste à favela do Vidigal, pela proximidade, o que inibe muitos visitantes com medo de eventuais tiroteios na região. O gestor do parque enfatizou que não existe este risco dentro do parque. Têm havido mais recentemente muitas visitas de turistas estrangeiros trazidos por excursões em camionetes abertas.

O gestor estima o número de visitantes em torno de 450 a 500 nos fins de semana. Os freqüentadores mais assíduos são justamente os moradores (principalmente crianças) da Chácara do Céu, que fazem do parque sua área de lazer. Por ocasião da coleta de dados havia inclusive em andamento um projeto de recreação e educação ambiental para crianças coordenado por uma agente ambiental da SMAC e pelo encarregado do Projeto “Mutirão Reflorestamento”, ambos moradores da comunidade. O projeto consta de atividades de capoeira

no parque, artesanato e dança. As crianças também têm aulas de educação ambiental (DI04).

O gestor afirmou que um de seus objetivos principais é tentar trazer para o PNM do Penhasco Dois Irmãos palestras de conscientização e educação ambiental, a fim de divulgar mais o parque. Também estariam nos planos a realização de visitas guiadas, sujeitas, no entanto a não haver problemas de violência no entorno. Por outro lado, como a frequência é pequena, o impacto de visitantes sobre a área do parque é baixo, facilitando sua manutenção (DI03).

Não foram identificadas quaisquer parcerias no sentido de estimular a visitação ao parque. O gestor pensa em trazer exposições para o parque a fim de atrair visitantes, mas este plano não foi ainda desenvolvido.

O objetivo não vem sendo ainda plenamente alcançado apesar dos esforços do gestor, principalmente pelos problemas de violência no entorno, que criam uma falsa imagem de insegurança sobre o parque. Percebeu-se também certa dificuldade em estabelecer parcerias, quer com as associações de moradores e empresários, que com ONGs ambientais.

4.1.7.

Estudo de Caso do PNM do Bosque da Freguesia

4.1.7.1.

Caracterização do Parque

O Parque Natural Municipal (PNM) Bosque da Freguesia localiza-se, no bairro da Freguesia na região de Jacarepaguá. No Anexo 14 podem ser visualizados o mapa e uma foto aérea do parque. A área do parque, de cerca de 31 hectares, corresponde ao antigo pomar da última remanescente das chácaras que lá existiam em grande quantidade no século XIX, sendo, portanto quase totalmente antropofomizada e constituída de muitas espécies vegetais exóticas (PCMRJ, 1998). Pode-se dizer que, na prática, esta área não deveria ser objeto de conservação ambiental. No início dos anos noventa a área foi vendida a uma concessionária de veículos que lá pretendia construir uma loja. Mas, o GRUDE (na época, um grupo de caminhadas), a Associação de Moradores e Amigos da Freguesia, a Associação de Moradores do Jardim Urussanga e a ONG SOS VERDE iniciaram um movimento, com passeatas e referendo popular, em defesa da conservação do bosque, já usado pelos moradores para seu lazer, na tentativa de ali criar um parque público, preservando assim a qualidade de vida do bairro. Um vereador do Partido Verde levou a luta adiante com base em laudo

técnico de que ainda existiam muitas espécies mata atlântica na área e que esta constituiria uma continuação Floresta da Tijuca interrompida pela pressão. (BF-PB01; BF02; BF04).

Assim, como resultado desse movimento da sociedade e da aliança de diversos setores, o bosque foi tombado pela câmara de vereadores em 1992 com o objetivo de proteção de suas áreas verdes (BF01) e o decreto municipal nº 11830 criou o Bosque da Freguesia como um parque público sob a tutela da Fundação Parques e Jardins (FPJ). Como a empresa compradora já tivesse obtido o direito de construir no local, negociações entre as partes interessadas chegaram a um acordo pelo qual a empresa construiria num setor menor do bosque, doando cerca de 62% da área à Prefeitura. Após mais de dez anos de luta da comunidade local, o bosque foi transformado no PNM Bosque da Freguesia, pelo decreto 22.662 de 19 de fevereiro de 2003, passando à tutela da SMAC.

O parque conta com a seguinte infra-estrutura:

- sede administrativa com centro de visitação, onde há uma biblioteca e sala de reuniões e banheiros públicos;
- um campo de futebol *society* e uma quadra poliesportiva;
- mais de dois quilômetros e meio de trilhas rústicas;
- playgrounds e aparelhos de ginástica;
- área de convivência com mesas para jogos.

A atual gestora do parque foi alocada ao parque em maio de 2003, inicialmente para acompanhar a execução contrato de manutenção vigente e que estava por terminar. Em maio de 2005 ela foi designada pela SMAC como gestora oficial do PNM Bosque da Freguesia.

4.1.7.2. Identificação dos Atores Sociais Locais

1- Moradores de médio e alto poder aquisitivo e suas associações

O bairro da Freguesia é um bairro residencial e comercial majoritariamente de classe média na região de Jacarepaguá. O PNM Bosque da Freguesia localiza-se no coração do bairro e está incorporado no dia-a-dia de muitos de seus moradores, como sua grande área de lazer e o “pulmão verde” do bairro. Isto explica porque a comunidade se uniu e lutou pela conservação do Bosque. Destacaram-se algumas associações nessa luta, que serão brevemente descritas a seguir.

A Associação de Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF) foi fundada por volta de 1979 -1980 (BF02) e vem se destacando, segundo seu presidente, na luta pelos interesses da comunidade, sobretudo contra a especulação imobiliária no bairro. Atualmente ela conta com doze membros, dos quais três são mais ativos, e entre eles, o presidente da AMAF, que tem oitenta e seis anos e é freqüentador diário do PNM Bosque da Freguesia. A AMAF foi uma das organizações que criou o conselho consultivo do parque e apóia sua existência como unidade de conservação (BF02).

Presidente da AMAF- “A luta da associação com o Bosque é que a gente via essas terras aqui e sentindo-se que a população já estava ativa. A população sentia isso como um prazer, como um lazer. ...E a luta da AMAF foi sempre em preservar, manter o Bosque depois dessa divisão e desse muro de gradil onde ficou estabelecida a metragem que compunha o Bosque. ... E agora foi denominado porque antes era só nome de Bosque e hoje ele é um parque natural municipal. E nós queremos que ele seja parque natural municipal Bosque da Freguesia.”

Uma das grandes realizações da AMAF e de outros grupos de atores atuante foi a construção da sede administrativa do parque, em 2002, período em que o mesmo esteve sem gestão e havia a ameaça de uma estrada cortar o Bosque.

Outra associação que atua ativamente junto ao PNM Bosque da Freguesia é a Associação dos Amigos do Bosque da Freguesia (AABF), entidade criada pela AMAF em 2003, justamente para cuidar mais do parque e adjacências, preocupando-se também com a APA da Freguesia, na qual o parque está incluído. (BF04) O presidente dessa associação coloca como objetivos do grupo a luta pela preservação da área, a melhoria do ambiente para os usuários, a adequada conservação da sede, dos aparelhos e trilhas, bem como a implantação da mata atlântica no parque. Além disso, ele aponta o objetivo maior da associação como sendo a desapropriação de cerca de dois terços (a gestora fala em menos de 50%) do parque que ainda pertencem a um proprietário a fim de garantir a continuidade do parque.

Pode-se citar também o Grupo de Defesa Ecológica (GRUDE), ONG ambiental local que participou da criação do parque e atua em seu Conselho Consultivo. O GRUDE começou a atuar em 1986 como um grupo de caminhadas na Freguesia que, em função do crescimento da região, passou a agir no sentido de preservar a qualidade de vida dos moradores. Em 1989 surgiu a questão do Bosque da Freguesia, o que levou o grupo a desenvolver ações ambientais e daí surgiu a ONG (BF-PB01).

Há desavenças históricas entre o GRUDE e as duas associações, AABF e AMAF que remontam à doação da área da montadora ao município pela montadora. Segundo o presidente da AABF, na ocasião o GRUDE defendeu a proposta de doação da empresa de forma fechada enquanto que a AMAF defendia uma ampla discussão democrática da proposta entre os moradores do bairro. Ele entende também que o GRUDE se transformou atualmente numa entidade encastelada, com mais características de empresa do que de ONG e que não procuraria mais o diálogo com a AMAF e a AABF.

Já o diretor do GRUDE entende que a desavença gira em torno do fato daquelas duas entidades se acharem donas do parque.

Diretor do GRUDE- “Quando inaugurou o Bosque, a AMAF botou uma faixa grandona, 'A AMAF conquista o Bosque da Freguesia', um negócio assim. O Grude botou a seguinte faixa 'O Bosque pertence à comunidade - Grude'. Então você vê a diferença de diálogo, o Bosque não é meu.”

Ele lembra que, em outra ocasião o GRUDE quis trazer aulas de jardinagem particulares para dentro do parque, mas as duas associações vetaram por não permitirem atividades pagas dentro do Bosque.

2- Moradores de baixo poder aquisitivo

A favela mais próxima ao PNM Bosque da Freguesia é a Cidade de Deus, apesar dessa proximidade não ser tão grande assim. Não há um impacto direto da favela sobre o parque, mas há um potencial impacto negativo direto, pois a estrada que liga a Barra da Tijuca e Zona Sul ao parque passa próxima àquela comunidade. Com o aumento da violência no Rio de Janeiro, esta situação pode eventualmente inibir a visita ao parque por moradores daqueles bairros. Segundo a gestora do parque, não há representantes da Cidade de Deus no Conselho Consultivo. No entanto, a gestora informou que existem ações de educação ambiental praticadas pelo parque junto a escolas daquela comunidade.

3- Empresas e empresários locais

Como resultado da negociação ocorrida em 1992 e a conseqüente doação de parte do terreno da concessionária para criação do Bosque da Freguesia, os empresários donos do restante do terreno ali construíram uma concessionária de veículos e um *shopping center*, o Rio Shopping, que fazem limite com o parque.

Segundo o presidente da AABF, o relacionamento do Rio Shopping com o parque e a AABF é bom, apesar de alguns “equivocos” cometidos, como festas

organizadas no estacionamento do shopping que acabam perturbando a tranquilidade do parque. Já a gestora do parque relatou diversos problemas causados pelo *shopping* ao parque, entre eles o excesso de ruído devido à instalação de uma pista de *Kart* no estacionamento, bem ao lado do shopping, além das referidas festas. O gerente do Rio Shopping é também presidente da Associação Comercial e Industrial de Jacarepaguá (ACIJA). Ele representa esta entidade no Conselho Consultivo do Parque. Ele foi contatado três vezes para marcação de uma entrevista, mas não retornou as ligações.

4- Visitantes

Os principais visitantes do parque são moradores do bairro da Freguesia e adjacências, que ali praticam caminhadas e passeios diários. Muitos estudantes também freqüentam o parque, sozinhos ou em visitas organizadas pela escola e a gestora do parque.

Durante a realização da pesquisa, o parque abria todos os dias da semana, contrariamente ao que diz a norma da SMAC, que prevê o fechamento às segundas feiras para manutenção, manejo e descanso dos animais. Assim, um dos impactos negativos causados pelos visitantes seria não permitir que os animais do parque tivessem um dia de descanso semanal nem a gestão um dia para recuperar o parque. A gestora não relatou casos de vandalismo no parque.

4.1.7.3.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

Utilizaram-se para o PNM Bosque da Freguesia os mesmos critérios de análise usados nos casos anteriores. Foram também utilizados como fonte de dados para a pesquisa documentos cedidos pela gestora e pela Associação dos Amigos do Bosque da Freguesia resoluções sobre o Conselho e anotações feitas durante duas das reuniões do Conselho Consultivo do parque em que o pesquisador esteve presente como ouvinte. O caso do PNM Bosque da Freguesia é um exemplo de processo de formação de Conselho Consultivo e de uma parceria informal entre o parque e uma das comunidades, mas também mostra a existência de tensões e conflitos entre a gestão do parque e as associações de moradores.

1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo → Implantar uma gestão participativa nos parques.

Atividade / Instrumento de Gestão → Formação de um Conselho Consultivo

Responsáveis → GUC e gestor do parque

Segundo a gestora do PNM Bosque da Freguesia, desde o início de sua atuação no parque, quando ainda não era gestora, ela buscou formar alianças com os representantes das associações, que, segundo suas próprias palavras, efetivamente comandavam o parque quando este ainda estava sob a tutela da FPJ (BF01). O caminho encontrado por ela foi propor a criação de um Conselho Consultivo, como previsto na lei do SNUC.

Gestora do parque – “Aí como eu te disse, estratégia que eu usei até para chegar mais perto das pessoas foi a criação do Conselho Consultivo. O primeiro e único, foi assim, na hora que saiu a renomeação para parque, uma semana depois saiu a minha criação, saiu a instituição do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal da Freguesia.”

De acordo com a Resolução SMAC nº 334 30 de outubro de 2003, foi instituído o Conselho Consultivo do PNM Bosque da Freguesia, composto por seis membros do poder público, a saber:

- 1 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC/CRA / GUC), no caso a própria gestora do parque, que também presidência o Conselho;

- 1 representante da Secretaria Municipal de Educação (SME – 7ª CRE);

- 1 representante da Guarda Municipal;

- 1 representante dos Bombeiros;

- 1 representante da Polícia Militar;

- 1 representante da Fundação Parques e Jardins;

e 6 membros da sociedade civil, com atuação relacionada àquele parque, legalmente constituídas há pelo menos um ano, quais sejam:

- 1 representante de entidade comercial local (Rio Shopping);

- 1 representante de ONG ambiental local (GRUDE);

- 3 representantes de associações de moradores da população residente no local, no caso AABF, AMAF e FAM Rio (Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro);

- 1 representante de universidade ou de instituição científica, privada, de pesquisa e proteção do meio ambiente, no caso a Universidade Estácio de Sá.

É fundamental entender as motivações dos atores sociais para participarem do Conselho Consultivo do PNM Bosque da Freguesia e como avaliam seu funcionamento durante estes mais de três anos.

O presidente da Associação de Moradores da Freguesia (AMAF) reclama para sua associação a idéia de criação do Conselho, enxergando nele a possibilidade de ter um canal oficial de comunicação com a prefeitura, por meio do qual seria possível colocar suas demandas sobre o parque.

Presidente da AMF – “...Mas acontece que a AMAF foi a associação que injetou essa idéia de criar o conselho. A AMAF é que provocou essa situação para poder ter a fala, para poder ter a representação dentro do, lá da prefeitura. E foram criados, além da AMAF, foram criados, foram apresentados o GRUDE, a Associação de Moradores que ainda funciona em torno do Bosque, tem outras associações...”

O presidente da AMAF não esconde, no entanto, certo desapontamento com os resultados obtidos pelo Conselho Consultivo, sobretudo pela falta de verbas para aplicação no parque (BF02).

Entrevistador- “Mas o senhor acha que o conselho tem poder para pressionar estas autoridades?”

Presidente da AMAF – “É como eu estou dizendo, o conselho vem pressionando e vem provocando tudo que é necessário ser feito aqui dentro, mas quando chega lá em cima, as verbas acabaram, as verbas foram desviadas, as verbas tomaram rumo diferente.”

Já o presidente da Associação dos Amigos do Bosque da Freguesia (AABF) relata sua participação na concepção do Conselho. Segundo ele, a idéia já existia quando a gestora chegou ao parque e, por meio de discussões com a AABF a idéia foi aprofundada e um estatuto provisório elaborado.

Ele compartilha da mesma noção de que por meio do Conselho Consultivo é possível uma maior aproximação da prefeitura, que se trata de um fórum de discussão dos problemas do parque, mas questiona a paridade do Conselho (seis membros do governo e seis da sociedade civil organizada), pois entende que a população deveria ter mais peso na decisão.

Presidente da AABF- “...nós estarmos no conselho, é importante por dois motivos. Primeiro é o tentáculo mais próximo da prefeitura, do prefeito, do secretário, da própria gestora junto à comunidade, né, organizada, principalmente porque o conselho é formado por entidades representativas. ...e é o nosso primeiro contato com a prefeitura. Isso não quer dizer que a gente não vá diretamente ao secretário, ao prefeito onde

tiver que ir para resolver os nossos problemas que a gente achar que ali não estão resolvidos, entendeu?”

Entrevistador – “Você considera que o conselho, então é um fórum adequado para discussão de problemas do parque?”

Presidente da AABF–“... Aquilo ali você bota uma entidade como a nossa e como a AMAF, como o conselho regional da FAM Rio, que congrega 72 associações de moradores da AP4, Barra, Jacarepaguá e Recreio, são três entidades, mais o GRUDE e mais a Estácio que parece que está ali, como entidade educativa. Coloca essas três entidades de massa porque nós somos de massa, trabalhamos na rua, mobilizando as pessoas, conscientizando e essa é o nosso intento, e não entidade de gabinete, e no mesmo pé de voto que o Batalhão de Bombeiros, o Batalhão da Guarda Civil, o Batalhão da PM, e que isso tenha um peso, tenha a opinião deles é importante, mas tem que ser entendido que de repente é um voto. Então três votos lá, três votos cá e anula, entendeu, e aí? A situação é meio complicada, mas é o um fórum de discussão. Se o governo for democrático, o fórum vai ser democrático, se o governo for autoritário, o fórum vai ser atropelado.”

Quanto à efetividade do Conselho, o presidente da AABF acha que ela tem sido limitada, devido à pouca força da gestora para levar as questões para a cima na hierarquia da prefeitura. Ele entende que as associações que participam do Conselho podem e devem usar outros meios paralelos para pressionar a prefeitura a atender às deliberações do Conselho. Ele também entende que as reuniões deveriam ser realizadas com uma frequência maior do que vem acontecendo, em média, a cada três meses (BF04).

Já para o diretor do GRUDE, a existência do Conselho trouxe alguns ganhos para o parque, como, por exemplo, o aumento do efetivo de guardas dentro do parque e a contratação da vigilância patrimonial particular para as duas entradas, liberando os guardas municipais que ficavam na entrada para poderem circular no Bosque.

Durante a pesquisa, o pesquisador participou de duas reuniões do Conselho Consultivo do parque. A primeira delas foi o estopim de uma crise de relacionamento entre a gestora e os membros da AMAF e da AABF, que será aqui relatada. Na segunda reunião, a crise se agravou. Os fatos serão brevemente descritos e analisados a seguir:

1- Descrição da 7ª reunião do Conselho, em 10 de abril de 2006 e início da crise (as anotações do pesquisador sobre a reunião estão no documento BF06)

Esta reunião teve como objetivos:

1º. Propor o fechamento dos PNM Bosque da Freguesia às segundas-feiras;

2º. Discutir a integração do PNM Bosque da Freguesia com a Secretaria Municipal de Educação para estimular a educação ambiental no parque e adjacências

3º. Dar uma série de informações ao Conselho.

Quanto ao primeiro objetivo foi informado por uma representante da Secretaria municipal de Educação que seria disponibilizado um professor dessa secretaria para trabalhar no parque auxiliando no processo de educação ambiental. Além disso, foi informado que estava em andamento na SMAC a orçamentação de um Centro de Educação Ambiental (CEA) no PNM Bosque da Freguesia.

Quanto ao segundo objetivo, a gestora apresentou o gestor do PNM Chico Mendes, que fez uma breve palestra sobre a necessidade de se fechar o PNM Bosque das Freguesias, como acontecia em todas as demais unidades de conservação da prefeitura, conforme decreto municipal. Segundo ele, o fechamento do parque uma vez por semana permitiria que se realizasse o manejo de espécies animais e vegetais, que se realizasse a manutenção de trilhas e que os animais pudessem descansar e realizar algumas atividades sem a presença de pessoas por perto. Além disso, permitira a realização de pesquisas científicas sem o risco de interferência de pessoas estranhas. A gestora do PNM Bosque da Freguesia reforçou o discurso de gestor do Chico Mendes, falando do risco de se podar árvores com a presença de visitantes nas trilhas.

O presidente da AMAF pediu a palavra e começou a reclamar de falta de sinalização no parque e lembrou que o prédio da sede só foi construído por pressão da AMAF. O presidente da AABF tomou a palavra e reclamou da Secretaria de Meio Ambiente e da Prefeitura e sugeriu que a decisão de se fechar o parque fosse mais amplamente discutida com a comunidade antes de ser tomada. Sua posição era que a AABF estava ali não para decidir, mas para tomar conhecimento da proposta a fim de elaborar um documento que a explicasse à população a fim de permitir que as pessoas dessem sua opinião a respeito (BF04).

Como o clima de discussão ficasse mais exaltado, inclusive com elevação do tom de voz e troca de palavras mais ásperas entre a gestora e os representantes da AMAF e AABF, percebeu-se que as associações de moradores não eram favoráveis ao fechamento do parque às segundas-feiras. A reunião foi encerrada mais cedo, por falta de diálogo entre as partes.

Notou-se também que três diferentes tipos de enfoques se chocaram durante a reunião. O primeiro foi o "enfoque técnico" dos dois gestores, que tentaram justificar o fechamento do parque, já decidido a priori pela SMAC, com termos e critérios técnicos, muitos dos quais pouco compreensíveis para alguns dos presentes. O segundo foi o "enfoque emocional" do presidente da AMAF, que frequenta o parque todos os dias há muitos anos e simplesmente não aceita a perda desse direito. O terceiro foi "o enfoque político" do presidente da AABF, que até poderia estar disposto a aceitar o argumento técnico, desde que este fosse discutido mais abertamente e, possivelmente, num fórum maior, que envolvesse a possibilidade de opinião por parte dos frequentadores do parque.

Com base nas observações, entende-se que faltou à gestora adotar uma estratégia mais democrática para resolver o problema, pois ela já trouxe uma decisão tomada para ser comunicada imposta a um fórum democrático por excelência, mesmo não tendo o mesmo caráter deliberativo. Também faltou a ela um pouco mais de flexibilidade para ouvir as críticas e abrir a proposta para a discussão, a fim de amadurecer mais a idéia. Na segunda entrevista com a gestora, em 21 de julho de 2006, ela alegou que o tema já vinha sendo abordado há bastante tempo (na verdade, desde outubro de 2005, segundo a própria AABF) em reuniões informais (BF02), mas que as associações estavam refratárias à idéia. No entanto, ela reconheceu que perdeu a paciência durante a reunião, pois já estava cansada das mesmas reclamações em tom agressivo feitas por alguns dos presentes em várias reuniões anteriores (BF01):

Gestora do parque- "Porque eles provocam e eu sou uma pessoa que... me tira do sério, ... porque não aceitam opinião de uma coisa lógica, e é como eu estou te dizendo, mudar a cabeça de pessoas que isso já está no hábito, porque não são pessoas de dezesseis, dezessete, são pessoas... como é o Sr. (nome do presidente da AMAF) de oitenta e seis anos, que isso aqui é a casa dele. Então ele não aceita mudança e aí com isso ele cria uma zona, tira o conforto dele, e cria uma zona de desconforto diante da Administração. É uma maneira de provocar? É, porque eles sabem que eu não sei lidar muito com essas coisas do embate porque não é possível por mais que tenha um desgaste, tem todo um trabalho direcionado e as pessoas por não quererem sair da zona de conforto, da informação, não aceitam a coisa lógica. E isso com certeza me tira um pouco da estrutura sim..."

O coordenador do curso de biologia da Universidade Estácio de Sá e representante da universidade no Conselho Gestor do parque aprova a existência do Conselho e entende ser o mesmo um instrumento democrático fundamental, mas ao fazer sua avaliação sobre o andamento da 7ª Reunião do

Conselho, critica a forma como a discussão do fechamento do parque foi encaminhada (CM-BF01).

“Entrevistador- Qual é a avaliação que você faz desse mecanismo de Conselho Consultivo como um instrumento de gestão do parque. Ele tem funcionado?”

Representante da Estácio de Sá- “Não tem alternativa, não tem alternativa, tem que ser. Eu acredito que nada funciona 100%, você sabe disso. E a democracia tem um custo muito alto, um custo da irritação das partes. Você vê que a gente participou de uma reunião, da última reunião. Foi uma reunião que faltou paciência às pessoas, faltou tolerância, faltou. Isso é normal. Eu já participei de processo de Agenda 21. Juntar gente é pedir para ter briga, e as brigas vão acontecer. O conflito que faz parte e se não houvesse conflito naquela esfera, porque ele estaria fora dessa esfera e seria muito pior. Então é melhor você ter os conflitos deflagrados e contidos dentro daquele universo. É o que a gente prevê e o que o SNUC prevê...”

Continuando sua avaliação sobre a estratégia usada pela gestora para passar a necessidade do fechamento do parque às segundas –feiras, ele afirma:

Representante da Estácio de Sá- “O que é aquilo? Aquilo não foi uma discussão democrática verdadeira. Aquilo foi imposto. Aquilo foi imposto. Não foi digerido pela coletividade, e não há uma indicativa, já que não pode ser decisão, um indicativo do conselho de cima. A reunião acabou e eu acho que aquilo foi uma experiência ruim. Está faltando um pouco de punho, de manha, de tarimba democrática ali, mas quem tem essa formação? Poucas pessoas têm formação de gerir uma reunião conflituosa e fazer dela um sucesso. Então a gente não pode colocar a culpa nas costas da coordenadora. Mas ela vai ter que amadurecer.”

Por outro lado, o diretor do GRUDE, que não esteve presente à 7ª reunião do Conselho, apóia a decisão de fechamento do parque às segundas–feiras, exatamente com base nos critérios técnicos. .

Diretor do GRUDE- “O Bosque da Freguesia está com três preguiças, está com vários esquilos, então você tem que ter um dia e algumas associações que fazem parte do Conselho, não concordam com isso, acham que tem que estar aberto todo dia Ele acha que tem que ficar aberto todo dia. Eles acham, seu...(nome do presidente da AMAF) particularmente eu não sei qual é a posição dele, mas ele não responde, pessoalmente ele responde pelo coletivo da associação. Ele acha que tem que estar aberto, e eu acho que não, que tem que fechar. Para a manutenção de trilha, você tem que estar fechado um dia.”

2- Evolução da Crise após a 7ª. Reunião do Conselho

No dia 21 de maio a gestora informou aos freqüentadores do parque por meio de um folheto (Anexo 15) a informação de que a partir de 12 de junho de 2006 o Parque Natural Municipal da Freguesia não seria mais aberto ao público às segundas -feiras, ficando aqueles dia reservados para sua manutenção e

para a realização de pesquisa científica. Esta ação provocou imediata reação e mobilização da AMAF e da AABF. Houve troca de e-mails entre a gestora e a AABF, com cópia para os membros dos Conselhos e outros atores sociais que faziam parte da rede virtual de comunicação dos dois grupos. Nesta troca de e-mails aparecem tentativas da AABF de marcar reuniões com a gestora no início de junho e reclamações da gestora quanto ao tratamento dado a ela pela AABF e AMAF.

Em 2 de junho a AABF enviou por e-mail uma chamada a seus associados, convocando-os a participarem de uma reunião em 3 de junho que discutiria a decisão "unilateral e precipitada" da administração do parque de fechá-lo às segundas-feiras. Como resultado dessa reunião, foi elaborado e entregue à gestora um documento pela AMAF E AABF contrapondo os motivos e argumentos dessas associações àqueles que teriam sido utilizados pela administração do parque. Note-se que alguns dos argumentos citados no documento (por exemplo, a de que o homem "maltrata e alimenta os animais, mudando seus hábitos alimentares e prejudicando a saúde") não foram utilizados pela gestora no folheto distribuído ao público.

A análise de alguns dos argumentos usados pelas associações (Anexo 15) mostra que prevalece neles a lógica antropocêntrica, ou seja, a de que os interesses do homem são mais importantes do que os da natureza, deixando vislumbrar a falta de uma maior compreensão dos mecanismos que regem a relação homem-natureza e dos objetivos de uma unidade de conservação. Isto talvez seja fruto da falta de capacitação específica dada aos membros do Conselho Consultivo, durante a formação do mesmo. Como também foi dito antes, um diálogo mais freqüente e aberto entre as partes talvez pudesse ter evitado que a crise fosse gerada ou evoluísse de forma descontrolada.

Um exemplo de argumentação e contra-argumentação no documento é mostrado a seguir (BF10):

01 F A U N A: Argumentos da administração do Parque:

"Os animais de hábitos diurnos têm as suas atividades e rotina prejudicada, (exemplo: o cruzamento e as necessidades fisiológicas semanais da preguiça), sentindo-se inseguros com a presença humana."

01 F A U N A; Argumentos da AABF e AMAF

"Nada contra a defesa dos animais no seu habitat natural ou aos introduzidos, como a preguiça, que serve como justificativa, mas e o bicho humano? Estressado pela sua rotina, não precisa também se espairecer e/ou cuidar da saúde física, mental e espiritual? A luta pela manutenção da área não é só preservacionista, mais também para a interação do HOMEM- FLORA- FAUNA."

Na segunda-feira de 12 de junho o parque não abriu. Entre 13 e 17 de junho as duas associações tentaram, sem sucesso, agendar uma reunião com a gestora (BF09). Entre 20 e 26 de junho, as duas associações juntaram-se à Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMRio) e lançaram uma campanha com panfletagem dentro do parque e no seu entorno contra o fechamento do parque às segundas-feiras e a realização de realizaram uma consulta junto aos freqüentadores por meio de um questionário (BF10; Anexo 15). Segundo o presidente da AABF, na consulta foi apurado que 61% dos respondentes (não foi informado o total de respondentes) não queriam o Bosque fechado Às segundas-feiras, e só 7% aceitavam o bosque fechado nesses dias. Outros 21% aceitavam o fechamento do parque a partir das doze horas nas segundas-feiras, enquanto que os restantes 11% entendiam que o parque deveria fechar somente uma segunda-feira por mês (BF04). O resultado foi então divulgado e marcado um ato público.

No dia 29 de junho foi realizada uma reunião (a 8ª) extraordinária do Conselho Consultivo do parque para que, segundo a gestora (BF08) se pudesse reiterar a justificativa de seu fechamento às segundas feiras. Esta reunião foi interrompida devido a discussões entre as partes presentes.

Segundo carta posterior da gestora (BF05; BF08):

“... A reunião terminou antecipadamente por problemas de discussão e desrespeito por parte das associações comunitárias locais, desacatando com palavras bastante ásperas membros da Prefeitura e gestores dos outros parques da região da baixada de Jacarepaguá, fazendo inclusive com que outros conselheiros se retirassem antes do seu encerramento. Infelizmente, este ato acarretou na decisão do encerramento prematuro da reunião e das negociações quanto à continuidade do fechamento às segundas-feiras.”

O presidente da AABF fez um relato diferente sobre o mesmo episódio (BF04):

Presidente da AABF – “Aí ela fez um encontro extraordinário e nesse conselho a gente esperava que ela fosse realizar... (nota: imagina-se que a palavra aqui faltando seja “um debate”), mas não, foi lá armada com outras pessoas defensoras da posição, fomos acusados nessa reunião de termos interesses particulares, pessoas e entidades do bosque. A gente questionou. Quem falou isso foi (nome de um funcionário da SMAC que participava da reunião), e ele não se explicou, ficou enrolando e aí gerou um bate-boca e todo mundo participou do bate-boca e a reunião não acabou bem... e que acabou na se decidindo nada e eles mantiveram a coisa. Então a gente pegou o seguinte, bom, fechamos o abaixo-assinado, isso foi no dia, na quinta-feira, dia 29, fechamos o abaixo assinado na segunda-feira, é, na realidade, na quarta-feira, aliás, preparamos um abaixo-assinado, pedimos para a Secretária (nota: de Meio Ambiente) reabrir o Bosque, e rolamos um dia, três dias só, levamos quatrocentas

assinaturas lá na Secretária. Ela nos recebeu na quinta-feira e veio, aceitou reabrir a discussão e veio discutir com a gente aqui no Bosque (nota: esta reunião com a secretária ocorreu no dia 12 de julho). Colocamos um documento que você já recebeu, quem somos, uma explicação, porque é muita falácia, os principais problemas do Bosque, nosso problema...”

O presidente da AABF informou que durante a citada reunião com a Secretária do Meio Ambiente, as associações propuseram uma solução intermediária, na qual o parque fecharia às segundas-feiras após as doze horas durante um ano, período durante o qual se tentaria convencer os freqüentadores da necessidade do fechamento integral às segundas-feiras.

3- Descrição da 9ª reunião do Conselho, em 17 de julho de 2006 (as anotações do pesquisador sobre a reunião estão no documento BF07).

Nessa reunião a gestora do parque distribuiu entre os presentes uma carta (BF08) por ela elaborada, na qual relatava os episódios da reunião extraordinária já descritos, sob a sua ótica, e informava que em função da reunião ocorrida entre a Secretária de Meio Ambiente e as associações locais da Freguesia, a SMAC havia deliberado a proposta de voltar a abrir o parque às segundas-feiras a partir do dia 24 de julho, no horário de sete às dez horas, para que a gestora e os parceiros locais pudessem explicar aos freqüentadores sobre a necessidade de fechamento do parque em tempo integral uma vez por semana, o que voltaria a acontecer, em caráter definitivo, em 21 de agosto.

Apesar de essa reunião ter transcorrido quase todo o tempo sem maiores alterações entre as partes presentes, tendo a gestora adotado um tom mais conciliador, o teor da carta foi mal recebido pelas associações, que se sentiram injustiçadas ao serem acusadas de desrespeitarem funcionários da SMAC e não viam na proposta nenhum ganho substancial, como reclamou o presidente da AABF (BF04):

Presidente da AABF- Você tem que preparar uma pessoa que vai lá todo há 14 anos, você não pode acabar em 14 dias o que você construiu há 14 anos. Isso é falta de bom senso, então a gente faz uma proposta intermediária que é a própria, nem oito nem oitenta, tudo bem. Olha, pessoal é o seguinte, vamos fazer aquela proposta que 21% aceitaram, que feche ao meio-dia durante um ano para mostrar serviço, eles sentirem o custo-benefício do que estão cedendo, e que vai fechar daqui a um ano. Se puder fechar em menos tempo, legal, mas pelo menos um ano a gente vai pedir. ...Pô, fizemos esta proposta, entregamos a ela aqui, ela aceitou e tal, discutimos as outras coisas, e o corpo técnico se reuniu e deliberou aquele documento que você tomou ciência naquela reunião (de 17 de julho), que retoma uma discussão nos acusando.”

A reunião terminou de novo em discussão entre o presidente da AMAF e a gestora, quando o primeiro começou a discursar sobre o fato de ter sido a sua associação que havia construído o Bosque da Freguesia. Não se chegou a qualquer resolução sobre as propostas.

Mais uma vez, ficou nítido que a reunião foi pouco democrática, pois na prática, a SMAC fazia muito poucas concessões às associações ao contra-propor o adiamento do fechamento definitivo por apenas um mês, quando a proposta original das mesmas era de um ano. A estratégia de produzir uma carta oficial poderia ter funcionado caso seu teor tivesse sido neutro, ao invés de culpar as associações pela confusão ocorrida na reunião extraordinária do Conselho. Este ponto em particular foi decisivo para que as associações não se dispusessem a discutir a contra-proposta.

Em consequência dessa crise, a relação entre a gestora e as duas principais associações de moradores locais ficou bastante abalada, tendo as associações, inclusive, solicitado à Secretária do Meio Ambiente que se exonerasse a gestora. O pedido não apenas não foi atendido, como a Secretária acabou por acatar o parecer técnico da Gerência de Unidades de Conservação (GUC) e optou pela manutenção da decisão inicial de fechar o parque integralmente às segundas-feiras, medida essa que vigorava até o final da pesquisa. Mesmo reconhecendo o conflito existente naquele momento entre as associações e a gestão do parque, o presidente da AABF reconhece os esforços da gestora, dando a entender que é possível uma reaproximação em breve (BF04).

Presidente da AABF- “É, tirando de fora o momento atual que é um momento de conflito, digamos assim, e tal, o negócio do fechamento do Bosque lá às segundas-feiras, eu acho que a avaliação que eu faço é a seguinte, ela (nota: a gestora do parque) tem feito o melhor possível. Poderia ser melhor, a gente poderia fazer um calendário melhor, não digo bimestral mesmo, mas trimestralmente se reunir, porque a gente está sempre ali em atividade...”

Segundo informações recentes da gestora (fornecidas após o encerramento da coleta de dados), não houve mais reuniões do Conselho Consultivo do parque desde então. Na verdade, como o prazo de dois anos para o Conselho Consultivo votar seu estatuto oficialmente já tivesse vencido, ele não havia sido oficialmente instituído, o que significa dizer que nova eleição para definir seus membros terá de ser realizada em breve.

A última consequência da crise do Conselho Consultivo do PNM Bosque da Freguesia foi a decisão da Secretária de Meio Ambiente de suspender todos

os processos de criação de Conselhos Consultivos nos parques municipais e de criar um grupo de trabalho para elaborar normas para a criação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de proteção integral e de uso sustentável no município. Esta tarefa está sendo coordenada pela nova gerente da GUC e tem previsão de conclusão para final de Abril de 2007.

Quando perguntada sobre as lições que poderiam ser tiradas da crise, a gestora do PNM Bosque da Freguesia enfatizou que, apesar dos erros cometidos, a experiência do Conselho Consultivo foi excelente. Porém, ela entende que o Conselho não pode ser implantado e gerido somente a base de um processo de tentativa e erro. Neste sentido, ela entende que a formação dos Conselhos Consultivos dos parques deveria ser fruto de um estudo apurado e de preparação dos gestores e atores sociais participantes. Ela imagina que este processo possa levar de seis meses a um ano e envolveria um grupo de trabalho para ajudar os gestores. Ainda segundo ela, seria necessário o acompanhamento permanente do andamento do Conselho, por meio de metas e indicadores de desempenho.

Analisando-se a crise relatada aqui, pode-se perguntar porque ela ocorreu, já que com certeza as partes envolvidas tinham como objetivo, em última instância, a boa gestão do parque e estavam altamente motivadas em relação a tal objetivo. A explicação pode envolver diferentes aspectos do problema.

Um deles seria a heterogeneidade do grupo de atores sociais que formava o Conselho, cada qual com visões muito próprias sobre o parque e seus próprios códigos de valor que levam a diferentes interpretações do que é bom ou não para eles. Assim, enquanto a AMAF é representada por um morador que, pelo tempo que frequenta o parque o enxerga quase como a extensão de sua casa, a AABF parece ser uma associação de cunho ideológico, que se proclama “mobilizadora e de massa” e que visava expandir a discussão do fechamento do parque a toda a comunidade do entorno. Acabam adotando os enfoques distintos já citados antes.

Além disso, o histórico de participação decisiva dos dois grupos na criação do parque talvez tenha criado em seus membros a sensação de serem partes inseparáveis de qualquer processo decisório que aconteça, principalmente se a decisão afeta a visitação do público aos parques.

Este tipo de posicionamento deveria ter sido levado em consideração pela SMAC e pela gestora ao elaborarem a estratégia para fechar o parque às segundas. Um processo mais demorado de negociação com estas associações antes de implantar qualquer medida, seria mais indicado para evitar o conflito.

As personalidades dos indivíduos que representavam estes grupos e a da gestora, bem como o desgaste representado por mais de dois anos de discussões também contribuíram para exaltar os ânimos.

Mas, fica claro também que durante este processo faltaram alguns instrumentos básicos de criação e gestão do Conselho Consultivo, quais sejam:

1º. Normas e procedimentos para criação de Conselhos Consultivos, incluindo aí a identificação de todos os possíveis participantes e processo democrático de escolha dos membros.

2º. Metodologia de gestão de Conselhos Consultivos.

3º. Capacitação do gestor dos parques para criar e presidir Conselhos Consultivos.

4º. Capacitação dos gestores para planejar e conduzir reuniões de forma organizada e democrática.

5º. Capacitação mais efetiva dos membros do Conselho sobre Unidades de Conservação (SNUC) e sobre o funcionamento do Conselho Consultivo.

6º. Uma equipe multidisciplinar de apoio aos Conselhos Consultivos na SMAC, que acompanhe, oriente e avalie o funcionamento dos Conselhos Consultivos, com base em metas e indicadores.

Quanto à questão dos discursos das partes envolvidas, é importante lembrar que não basta criar uma arena de debate. Há que se criar as regras desse debate. Há também que se ouvir o interlocutor e procurar entender seu argumento sem uma posição pré-concebida, mesmo que a racionalidade seja a base das discussões, pois, pelo que se pôde observar durante a pesquisa, a emoção freqüentemente está presente em processos participativos (vide Casos do PNM Bosque da Barra, PNM Dois Irmãos e PNM das Prainha).

A imposição de um discurso tecnicista, cheio de jargões, não se adequa a uma arena democrática e multifacetada. Pior ainda, cria ruído e tensão na comunicação, caracterizando-se como um “discurso competente”, como definido por Chauí (1989, p11):

“O que é o discurso competente enquanto discurso do conhecimento? Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Sabemos também que haverá tantos discursos competentes quantos lugares hierárquicos autorizados a falar e a transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários.”

Uma outra conclusão que pode ser tirada dessa crise é que, analogamente ao caso do PNM Bosque da Barra, foi identificada a existência de duas redes virtuais agindo em torno da gestão do PNM Bosque da Freguesia, uma delas das

associações comunitárias e a outra da gestora do parque. Ainda que o uso dessas redes virtual como veículos para realizar denúncias, mobilizar, defender posições ou apoiar idéias ou pessoas parece ser bastante eficaz, porém não suficiente para resolver os problemas surgidos numa arena real de debate.

2- Diretriz: Buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

2.1- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora

Responsáveis → Gestor do parque.

Para gestora do PNM Bosque da Freguesia, um dos grandes objetivos de sua gestão é a recuperação dos fragmentos de mata atlântica dentro do parque, pois o mesmo se localiza entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, constituindo um ponto de parada (*step*) para aves que se deslocam entre eles (BF01). Segundo ela este objetivo está sendo parcialmente alcançado após oito anos de retirada de algumas espécies exóticas e a reintrodução de espécies nativas da flora. As recuperações estão sendo dirigidas no sentido de recuperar determinado tipo de fauna, por exemplo, preguiças, esquilos caxinguelê e alguns tipos de pássaros. O PNM Chico Mendes vem sendo um parceiro importante nesse trabalho, principalmente ajudando na reintrodução de espécies nativas.

Uma das estratégias usadas pela gestora foi a de conscientizar, por meio da educação ambiental, os freqüentadores do parque sobre este trabalho de recuperação e sobre o novo status do parque, não mais um bosque público, mas uma unidade de conservação do tipo parque natural municipal. Este trabalho tem sido realizado com a ajuda da AMAF, da AABF e do GRUDE,

Entrevistador – “Quais foram os instrumentos que você usou para atingir esse seu objetivo de educar ambientalmente a comunidade, os freqüentadores?”

Gestora do Parque – “É, primeira coisa é informação. As pessoas usavam o bosque para, ah, é uma área que eu vou caminhar, não tem problema nenhum, e eu sou usuário, freqüentador, pago imposto, então eu posso entrar e sair com segurança. E aí o que aconteceu? Quando eu vim para cá, aqui era o parque dos Micos. Só que as pessoas os alimentavam

direto. Hoje eles já sabem que não podem alimentar. Hoje eles já sabem que ele transmite doença como qualquer animal outro silvestre e que não pode, ele não é nosso, porque ele vem do Sul da Bahia. Ele veio descendo e achando condições de reprodução, alimentação e reprodução, e com isso ele veio e infestou.”

De acordo com informações prestadas pela gestora, não foram formadas parcerias com empresas visando à recuperação e conservação da fauna e flora, mas ela tem em mente a figura da adoção de áreas dentro do parque, por exemplo, trilhas, por empresas (BF01):

Gestora do parque – “Olha, eu acho assim muito legal que eu venho pensando, um trabalho de um parque nas trilhas. Imagina que eu tenha uma empresa, um empreendedor que adote as trilhas, o circuito. E ele vai pôr a plaquinha lá, a gente vai batizar o nome das trilhas e em contrapartida ela faz a manutenção dessas trilhas.”

No entanto, a gestora admite não ter autonomia para este tipo de parceria, devendo identificar o potencial adotante e encaminhar o processo à sua gerência, onde ele será decidido e negociado. Já para pequenas parcerias locais, ela percebe o Conselho Consultivo como um facilitador, tanto para captar quanto para negociar com o parceiro potencial (BF01).

Gestora do parque – “Sim, eu acho que as parcerias locais, vindas pelo Conselho Consultivo para essas ações pontuais elas estão voltadas... para um planejamento, entendeu, não que seja uma adoção permanente, quer dizer, a gente não tem essa autonomia para isso.”

2.2.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção das áreas verdes e de lazer do parque (varrição, limpeza e poda).

Responsáveis → Gestor do parque e empresa de manutenção contratada

O PNM Bosque da Freguesia também enfrentou durante toda a pesquisa o problema do excesso de burocracia que atrasa as licitações e renovações de contratos de manutenção. Segundo a gestora, no final do de 2006 o parque já estava há um ano e meio sem contrato de manutenção das áreas verdes, informação corroborada pelo presidente da AMAF (BF02).

Presidente da AMAF – “Está sem contrato e isso aí, anterior a esse, em junho desse ano passado, ano passado, a firma que fazia manutenção faliu. Era uma firma que tinha sob a sua administração, trinta e, não sei se são trinta e cinco ou trinta e sete praças em todo o Rio de Janeiro e mais o Bosque para ela fazer manutenção. No meu ponto de vista, eu imagino que ela faliu por falta de pagamento.”

Uma parceria informal com a COMLURB e o “Mutirão Reflorestamento” tem ajudado a manter o parque limpo, as árvores podadas e as trilhas relativamente limpas. Foram ainda identificadas algumas parcerias informais e pontuais com empresas do entorno para ajudar nesta atividade, como por exemplo, com o Rio shopping, que fornece cadeiras para eventos e faz a manutenção dos banheiros durante o período sem contrato de manutenção (BF01). No entanto, em função das dificuldades vivenciadas pela gestora para a adequada manutenção das áreas verdes do parque, há queixas dos freqüentadores do parque sobre a conservação das trilhas e árvores (BF02).

Presidente da AMAF – “O parque, não é que ele esteja funcionando, vamos dizer na expressão 100%, não está, porque 100% estaria muito bom. Então ele não está nem 30% porque tem essas deficiências,... por falta de administração.”

Entrevistador – “O que falta para completar esses 100%?”

Presidente da AMAF- “Falta muita coisa, por exemplo, a manutenção. Com relação a essas árvores ainda existentes, o cupim está grassando há muito tempo aqui dentro. ...E a crítica que eu venho fazendo é pelo não-cumprimento das determinações que estão contidas até na lei municipal, que é proteger o Bosque, proteger o entorno, proteger a arborização.”

Pode-se concluir que objetivo em questão está sendo apenas parcialmente atingido, mas, como nos demais parques, a responsabilidade disso recai principalmente sobre a SMAC e não sobre o gestor, ainda que seja este quem tem que de enfrentar as queixas dos usuários do parque. As parcerias informais amenizam o problema, mas não são suficientes para resolvê-lo de forma completa.

2.3 - Objetivo → Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (ecoturismo)

Atividade / Instrumento de Gestão → Organização de projetos de lazer e ecoturismo.

Responsáveis → SMAC, CEA e gestor do parque.

Um dos grandes desafios da gestora quando assumiu o cargo no parque em 2003 foi o de fazer os atores sociais entenderem a mudança de status que estava ocorrendo de parque público para parque natural. Isto trazia mudanças na maneira como o parque passaria a ser usado pelos visitantes, sobretudo os freqüentadores diários de caminhadas.

Gestora do parque- “...então tinha mais ou menos esse entrosamento, e aí nós chamamos para conversar, então vamos ver se vamos melhorar. Eu sou o poder público que eu estou vindo como gerente, e vocês são a

sociedade civil que tomou conta até agora. Como é que a gente vai poder ter esse entrosamento para poder ser comum, o objetivo comum. Qual é? É manter hoje o Parque Natural Municipal Bosque da Freguesia. Até para eles entenderem o que é Bosque e o que era Parque foi árduo, não foi fácil, não porque os conceitos mudaram. ... no bosque eu podia fazer tudo, o parque eu tenho que, eu tenho uma legislação, eu não posso fazer, é restritivo, né? “

Entre as mudanças introduzidas à base do diálogo estavam:

- a questão do horário de funcionamento (de 7 às 17 horas), abrindo-se o parque uma hora mais cedo do que previsto nas normas da SMAC a fim de não prejudicar os praticantes de caminhadas matinais e o que se podia fazer ou não dentro do parque;

- proibição do uso de bicicletas dentro do parque, uma prática até então normal.

A gestora utilizou o Conselho Consultivo como fórum de discussão das novas normas e atuou operacionalmente por meio do pessoal do Grupamento de Defesa Ambiental (GDA) para orientar os freqüentadores do parque. No entanto, ela mesma lembra a necessidade de se flexibilizarem as normas em determinadas situações, como no caso do campo de futebol e da quadra poliesportiva, que teoricamente deveriam ser retirados de uma unidade de conservação ambiental do tipo parque. Assim, a gestora também mostra noção de que está ali para atender às necessidades dos freqüentadores do parque, respeitadas as restrições normativas (BF01).

Gestora do parque – “É, na verdade, elas são, eu não posso retirá-las (nota: a quadra e o campo) porque... Não é que não posso. Até posso, eu posso até estar justificando em retirá-las. Mas em um ponto ela também me serve. Por quê? Como eu trabalho com atividades voluntárias, que eu não tenho um espaço aqui aberto pela própria cobertura, toda arbórea. Então eu tenho ginástica, eu tenho alongamento, eu tenho o pessoal veterano que usa, que tem os seus horários para jogar sua bola. E depois fazer uma corrida. Então o que acontece? Eu fiz assim, só pode ali. A área para uso público para esse fim é ali, entendeu?” ...É o quintal deles. Então eu não pude gerar esse conflito, entendeu? Eu não podia chegar e dizer assim, não, ser tão radical, entendeu... Eu tenho que escutar, né, porque o uso é público, o uso não é da gestora, não.”

Quanto às parcerias formadas durante a gestão com vista a dar apoio a atividades de lazer e ecoturismo, estas também são, em geral, informais e de caráter pontual, destacando-se o supermercado Prezunic que fornece café da manhã em alguns eventos organizados pelo parque. A divulgação dos eventos é feita gratuitamente por uma gráfica local, a Folha de Papel. Já a empresa de

transporte urbano Redentor tem cedido ônibus para excursões com freqüentadores da terceira idade às outras unidades de conservação

Outro parceiro local identificado foi a agência do Banco Itaú, que já há três anos usa o espaço do parque para fazer trabalhos de conscientização ambiental com as escolas do entorno. O parque entra com as palestras e o Banco organiza o evento com animação, lanche e tudo. Em troca, o Banco tem doado equipamentos e materiais ao parque, como um bebedouro, por exemplo.

Sem dúvida, as ações proativas da gestora do PNM Bosque da Freguesia em busca de parcerias junto à iniciativa privada parecem ser os mais eficazes entre os parques do município estudados. As entrevistas parecem indicar que a existência do Conselho Consultivo facilitou o contato e a formação de redes de parcerias informais do parque (BF01, BF05; BFPB01).

4.1.8.

Estudo de Caso do Parque Estadual da Pedra Branca

4.1.8.1.

O Instituto Estadual de Florestas (IEF-RJ)

O governo do Estado do Rio de Janeiro exerce suas atribuições relativas ao meio ambiente por meio da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), antigo SEMADS. A esta Secretaria estão vinculados vários órgãos que executam atividades específicas de forma coordenada (SEA, 2007). Os principais deles são:

- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), que é o órgão “responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, bem como pelo monitoramento dos corpos d’água do Estado” (FEEMA, 2007).

- Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), que é o órgão gestor de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvendo a política de recursos hídricos e sendo responsável pela realização de obras de proteção de rios, canais e lagoas do Estado (SERLA, 2007).

- Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), que é responsável pela “captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas e coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos gerado dos municípios conveniados do Estado do Rio de Janeiro”. Ela atua em quase toda a cidade do Rio de Janeiro, porém na região do Recreio dos Bandeirantes estas atribuições

vêm sendo realizadas pela Rio Águas, órgão da Prefeitura, em função de acordo entre os dois governos. A CEDAE é o órgão responsável pela implantação do emissário submarino da bacia de Jacarepaguá (também conhecido como emissário da Barra).

- Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF-RJ), que é o órgão responsável pela execução das políticas florestal e de conservação dos recursos naturais renováveis do Estado do Rio de Janeiro. “A finalidade básica do IEF-RJ é a de garantir o controle, a preservação, a conservação e a recuperação da flora e da fauna em todo o Estado” (IEF-RJ, 2007). Como se depreende da definição acima, as unidades de conservação estaduais estão sob a responsabilidade do IEF-RJ. De fato, uma das atribuições explícitas do IEF-RJ é “implantar, administrar e conservar os parques, reservas equivalentes e florestas públicas de domínio do Estado” (IEF-RJ, 2007).

O IEF-RJ tem sob sua tutela doze unidades de conservação espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro, sendo oito parques estaduais, três deles dentro do município do Rio de Janeiro, três reservas ecológicas e uma estação ecológica (PB14).

Dentro de sua estrutura organizacional destaca-se a Diretoria de Conservação da Natureza que tem como sua principal atribuição a gestão das unidades de conservação sob responsabilidade do IEF-RJ. A Divisão de Educação Ambiental está subordinada à Diretoria de Conservação da Natureza.

Segunda a Diretora de Conservação da Natureza do IEF-RJ, no que diz respeito aos parques estaduais sob a tutela do IEF-RJ, a principal meta é alcançar a sustentabilidade dessas áreas em termos de gestão, isto é, que os parques tornem-se financeiramente auto-sustentáveis e ambientalmente íntegros e com projetos de conservação da natureza implantados, garantindo, ao mesmo tempo seu uso público (PB14).

4.1.8.2. Caracterização do Parque

O Parque Estadual da Pedra Branca (PE da Pedra Branca) constitui a maior floresta em área urbana do Mundo com 12.500 ha espalhados pelo Maciço da Pedra Branca, nas áreas situadas acima da linha da cota de cem metros, até atingir seu ponto culminante, o Pico da Pedra Branca, a 1024m de altitude. Sua extensão e localização fazem como parque faça limite com cerca de dezessete bairros do município, sobretudo Jacarepaguá a leste, Guaratiba a oeste, Bangu e

Realengo ao norte, Barra da Tijuca ao sul e sudoeste, Campo Grande a noroeste e estendendo-se até os bairros do Recreio dos Bandeirantes e Grumari, ao sul, perfazendo um perímetro de 80 quilômetros e abrangendo cerca de um terço da população do município. O parque foi criado pela lei Estadual de no 2.377, de 28 de junho de 1974. (PCRJ, 1998; MINC, 2007). No Anexo 16 se encontram o mapa do parque e uma foto de um de seus núcleos.

A sede principal do PE da Pedra Branca está localizada na Estrada do Pau da Fome, em Jacarepaguá. Lá funcionam a sede administrativa e o centro de visitantes. Devido a sua grande extensão, o parque possui ainda uma subsede no núcleo do Camorim, na região de Vargem Grande (setor sul do parque) e mais um núcleo em Piraquara (setor norte do parque), que estava fechado durante a pesquisa.

O cargo de gestor do PE da Pedra Branca era ocupado à época da pesquisa por uma bióloga com especialização em Parasitologia e Zoologia e que já ocupava o cargo desde 2004. Além da gestora, o quadro de pessoal da sede era composto por três biólogos, um funcionário administrativo, três funcionários da manutenção em geral e das trilhas e três funcionários de apoio, que dão atendimento à visitação escolar, desde o ensino fundamental até o terceiro grau e visitantes em geral. Além disso, havia a equipe de educação ambiental, que atua no Núcleo de Educação Ambiental e Pesquisa (NEAP). A gestora também contava com o apoio do núcleo de prevenção de incêndios florestais, composto por três bombeiros e quatro guardas florestais. No núcleo do Camorim atuavam mais um funcionário administrativo e três funcionários de apoio na manutenção.

O parque também contava com o apoio constante da Patrulha de Fiscalização do IEF-RJ, que não está subordinada à administração do parque e, sim, à Divisão de Fiscalização do IEF-RJ.

Apesar de seriamente ameaçado pela crescente pressão urbana, o PE da Pedra Branca é extremamente relevante para a conservação de espécies da fauna e flora de mata atlântica do município devido a sua grande biodiversidade. Estudos recentes comprovaram, por exemplo, a ocorrência de algumas espécies de pássaros no parque que eram, consideradas extinta no Rio de Janeiro há mais de cem anos. O parque também possui vários mananciais hídricos e garante um clima mais ameno para a região de Bangu, que já é considerada a região mais quente do Rio (PB12).

4.1.8.3. Identificação dos Atores Sociais Locais

1- Moradores de alto e médio poder aquisitivo

Dos bairros limítrofes com o PE da Pedra Branca, o de maior poder aquisitivo é o da Barra da Tijuca, cujos atores sociais e suas associações já foram descritos anteriormente, nos casos do PNM de Marapendi e do Bosque da Barra. No entanto, o contato destes atores e associações com o parque é muito baixo em função da ocupação imobiliária do bairro ter sido dirigida em direção ao litoral. Na região de Vargem Grande existem alguns condomínios de luxo e começa a ocorrer uma maior pressão imobiliária sobre esta área, que pode afetar os limites do parque. Um levantamento feito por um assessor parlamentar do Gabinete do Deputado Carlos Minc, do PT comprovou a existência de três condomínios de alto padrão de construção nos limites do parque (PB01). No bairro de Jacarepaguá, sobretudo Taquara, também existem condomínios de alto padrão construídos próximos aos limites do parque e esta parece ser uma tendência nos próximos anos.

2- Moradores de baixo poder aquisitivo e suas associações

De 1990 a 1999, foi registrado o crescimento de cinquenta e seis favelas, situadas entre as cotas de 60 e 100 metros do Maciço da Pedra Branca, algumas dentro do parque. Segundo estimativas do próprio IEF-RJ existem cerca de oito a dez mil moradores ocupando a área do parque, muitos deles antigos moradores da área antes da criação do parque, constituindo um problema fundiário a ser resolvido (PB14).

Com certeza, o crescimento das favelas no entorno do parque é o problema mais grave que ameaça aquele ecossistema, pois em função da falta de fiscalização por parte das autoridades, sua expansão pode chegar a ocupar áreas dentro do parque, problema que será analisado mais adiante.

3—Empresas, empresários e suas associações

Há várias empresas que atuam dentro ou no entorno do parque. Dentro do PE da Pedra Branca a CEDAE mantém uma estação de captação de água para abastecimento do entorno. Apesar de a CEDAE pagar por esta captação, a receita não é aplicada diretamente no parque, em função dos mecanismos orçamentários do Estado. Além da CEDAE, há uma situação grave que ameaça o parque. Segundo a assessoria do deputado Carlos Minc do PT, que atua na

área ambiental, seis empresas de mineração (as pedreiras Ibrata, Copacabana, Tamoio, Pena Branca, Bangu e Emasa) atuam no Maciço da Pedra Branca. Três delas estão em confronto direto com o parque e outras três continuam ampliando suas operações, ameaçando com atividades de extração a população do entorno do parque. Recentemente logrou-se fechar a pedreira Copacabana, mas ela ainda não pagou o valor da compensação ambiental para recuperar a área já degradada (PB01).

4- Visitantes

Pesquisas realizadas pelo IEF-RJ em 2001 e 2005 no município do Rio de Janeiro revelaram que a população local não conhece ainda essa área como de fato deseja o IEF-RJ. Em pesquisa realizada em 2001, apenas um por cento da população fluminense conhecia o Parque Estadual da Pedra Branca.

5- Partidos Políticos

Um dos aspectos complicadores da gestão do PE da Pedra Branca é a questão política do Estado do Rio de Janeiro. No Quadro 5 a seguir, pode-se ver um resumo das trocas de Governo do Estado ocorridas entre 1999 e 2007 e que afetaram a ocupação de cargos e as políticas no IEF-RJ e no PE da Pedra Branca.

Segundo o diretor do GAE (ONG Grupo de Ação Ecológica) e ex-presidente do IEF-RJ, durante sua primeira gestão como presidente do IEF-RJ (entre 1999 e abril de 2000), sua atuação foi boicotada pelo Governo Garotinho (PB10). As análises das entrevistas mostram que há divergências políticas entre o grupo que já havia ocupado o IEF-RJ e o grupo que o ocupava à época da pesquisa. Este aspecto foi levado em conta durante a análise do caso.

Como dois dos entrevistados à época da pesquisa já tinham ocupado cargos na SEA e no IEF-RJ e voltaram a ocupá-los depois de a mesma ter sido encerrada, é necessário criar uma nomenclatura que evite mal entendido.

Assim, o atual superintendente da SEA será aqui tratado por “Diretor do GAE e ex-Presidente do IEF-RJ”. Já o atual gestor do PE da Pedra Branca será tratado por “assessor parlamentar e ex-gestor do parque”, pois estes eram suas ocupações à época dessa pesquisa (entre agosto e novembro de 2006).

| Período | Governo e Partido | Fatos ligados ao IEF-RJ e ao PE da Pedra Branca |
|---|--|--|
| 1º de janeiro 1999 a 6 de abril 2002 | Governo Anthony Garotinho –PDT | De Janeiro de 1999 a Abril de 2000, o PT esteve à frente do IEF-RJ, mas rompe com Garotinho → Diretor do GAE assume IEF-RJ e fundador do SOS Pedra Branca assume o cargo de gestor do PE da Pedra Branca. |
| 6 de abril de 2002 a 1 de janeiro de 2003 | Governo Benedita da Silva – PT | O PT assume o IEF-RJ e o diretor do GAE assume o IEF-RJ de novo por nove meses. |
| 1º janeiro de 2003 a 1º janeiro de 2006 | Governo Rosinha Garotinho – PMDB | Gestão do IEF-RJ e do PE da Pedra Branca à época da pesquisa. |
| 1º de janeiro 2007 em diante | Governo Sérgio Cabral – PMDB (mas com acordo com PT) | O PT assume a Secretaria de Meio Ambiente e muda a direção do IEF-RJ. O fundador do SOS Pedra Branca reassume o cargo de gestor do PE da Pedra Branca e o ex-diretor do IEF-RJ assume uma superintendência na SEA. |

Quadro 5 – Mudanças de Governo e de gestão no IEF-RJ

4.1.8.4.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

Como só foi analisado um único parque sob a gestão do IEF-RJ, a análise das estratégias e atividades relacionadas tanto às decisões centralizadas no IEF-RJ quanto às descentralizadas, na figura da gestora do parque, serão apresentadas de forma conjunta. Utilizou-se para o PE da Pedra Branca os mesmos critérios de análise usados para os parques municipais.

1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo → Implantar a gestão participativa nos parques.

Atividade / Instrumento de Gestão → Formação de um Conselho Consultivo.

Responsáveis → IEF-RJ e gestor do parque.

Segundo o diretor do GAE e ex-presidente do IEF-RJ, no período entre criação da lei do SNUC e a saída do governador do cargo (abril de 2002), pouca coisa foi feita em relação à implementação da lei do SNUC nas unidades de conservação do estado, devido à baixa prioridade do meio ambiente para aquele

governo. Durante os cerca de nove meses do governo tampão do PT (Benedita da Silva), foram realizadas convocações e discussões para a implantação dos Conselhos Consultivos em praticamente todas as unidades estaduais, incluindo o PE da Pedra Branca, tendo sido encaminhados os processos para publicação no Diário Oficial. No entanto, com o fim do governo de Benedita da Silva e o início do governo de Rosinha Garotinho em 2003, assumiu uma nova Direção no IEF-RJ (que estava no comando durante a realização da pesquisa) que, segundo o diretor do GAE e ex-presidente do IEF-RJ, não aproveitou o trabalho já feito, reiniciando todo o processo (PB100).

Já de acordo com a Diretora de Conservação da Natureza do IEF-RJ na época da pesquisa, o Conselho Consultivo é formado para dar suporte ao órgão gestor na construção de estratégias para a gestão da unidade, democratizando as discussões sobre as melhores estratégias, inclusive por meio das Câmaras Técnicas temáticas, nas quais a participação é franqueada mesmo àqueles que não tenham assento no Conselho, mas que tenham notório reconhecimento naquela área ou naquele tema. Neste sentido ela relata que formar o Conselho Consultivo do PE da Pedra Branca constituiu um desafio, pois não havia diretrizes para a construção e implementação de Conselhos Consultivos no IEF-RJ. Foi então criada uma portaria que estabeleceu estas diretrizes e procedimentos, de modo que houvesse uma participação paritária e o mais representativa possível, segundo suas próprias palavras. Foi assim estabelecido o limite máximo de órgãos e instituições que poderiam ter assento no conselho tendo-se chegado a dezesseis membros, sendo oito representantes do poder público e oito da sociedade civil organizada. A Diretora explicou o processo de criação do Conselho Consultivo do PE da Pedra Branca e definição do número de participantes (PB05; PB14), deixando transparecer que o processo foi resultado de pressão externa:

Diretora de Conservação do IEF-RJ – “O conselho consultivo já foi criado, mas eu percebi que o maior desafio, ah, eu queria te falar isso também, outra norma que a gente criou foi uma portaria regulamentando a criação de conselhos consultivos. E a gente se viu obrigado um pouco em fazer isso em face da pressão, da demagogia que era a criação de conselho, a proposta de criação de conselhos antes, entendeu? ...E nossa experiência demonstrou que...câmaras técnicas e conselhos com muitos membros são muito complicados para você...”

Entrevistador – “Qual seria o número ideal, na sua experiência?”

Diretora de Conservação do IEF-RJ– “O mínimo possível, eu acho que o que importa é representação. Veja bem, as ONGs têm, elas se reúnem e decidem quem vai representar o movimento ambientalista, então uma vez escolhida aquela ONG, a participação dela tem que ser reconhecida. Mas o que acontece é que todas as associações de moradores querem

participar. E não reconhecem legitimidade na participação de terceiros, entendeu, do mesmo segmento. É impossível porque ao mesmo tempo se você cria conselhos que são verdadeiros elefantes brancos, com 20, 30 membros, nunca você vai ter quorum e as decisões, entre aspas, porque apesar do conselho ter caráter consultivo e não deliberativo, sendo deliberações de competência exclusiva do órgão gestor, que não podem, não podem ser terceirizadas. É óbvio que o espírito democrático induz a crer que apesar de o conselho não deliberar, as suas deliberações sempre que possível serão incorporadas no plano de gestão da unidade, caso contrário não haveria sentido na manutenção de um conselho ali. ...Então o administrador (nota: gestor do parque) propõe ao presidente uma composição, essa composição é homologada pelo presidente, o conselho é criado e são enviados os convites. Agora o mais curioso, isso foi o que mais nos surpreendeu, e que havia uma crítica, uma briga muito grande a essa restrição de número máximo de pessoas e as pessoas todas querendo participar e, uma vez que foi criado, aqueles que brigaram pelo seu assento, até hoje não enviaram o nome do representante.”

O presidente do IEF-RJ à época da pesquisa também criticou o excesso de membros em um Conselho Consultivo e a falta de normatização sobre o assunto, citando que ao assumir o cargo havia Conselhos Consultivos informais funcionando com mais de trinta e cinco membros em unidades de conservação do IEF-RJ, o que para ele é algo inadmissível (PB12).

Presidente do IEF-RJ – “É, a questão dos conselhos é uma inovação, mas tem que tomar muito cuidado, essa questão de conselho, a proliferação de conselhos e inclusive nós demoramos, não demoramos, mas preferimos fazer primeiro uma normatização da criação de conselho para evitar o que estava havendo. ...O conselho, no meu entender, é para ter a representação dos setores da sociedade. ...Não é uma democracia direta, mas uma democracia representativa. ...Então os setores é que têm que ser organizar. Agora por outro lado, também os conselhos têm que ter objetivos bastante definidos de trabalho porque se não ele perde a, ele perde a sua razão de ser. As pessoas querem não é só ficar opinando ou criticando. A gente tem que evitar que o conselho vire, só, oposição ao governo, que um fique só criticando e o outro defendendo. É isso. Não, tem que tirar um entendimento, ...que vise benefício comum.”

Até agosto de 2006, o Conselho Consultivo do PE da Pedra Branca ainda não havia sido instalado, pois o IEF-RJ ainda estava tentando definir os nomes das entidades que iriam compô-lo, o que gerou críticas por parte do, então, ex-gestor do PE da Pedra Branca e assessor de Meio Ambiente do Gabinete do Deputado Carlos Minc (do PT).

Assessor parlamentar do PT e ex-gestor – “Ele (nota: o presidente do IEF-RJ) já está há três anos, vai para o final de governo, já tem três anos que o governo Rosinha Garotinho,... o conselho gestor nunca fez uma reunião. ...Nunca foi feita uma reunião, desde da apresentação da portaria.” (PB01).

A Diretora de Conservação justificou a demora na formação do Conselho pela necessidade de normatização do processo, pelas dificuldades na composição dos membros e pela necessidade de capacitação (PB10).

Segundo informações posteriores da gestora do parque, o Conselho Consultivo foi instalado e tomou posse no final de 2006, já ao final do Governo Rosinha Garotinho, tendo sido realizadas duas reuniões antes da mudança da presidência do IEF-RJ, que aconteceu em função da mudança de governo. O Conselho foi formado com dezoito membros, destacando-se pelo lado do poder público o IEF-RJ, representado pela gestora, a SMAC, a CEDAE, a FEEMA, a Fiocruz e a Secretaria de Agricultura e, pelo lado da sociedade civil organizada, as Associações de Moradores de Vargem Grande, do Rio da Prata e da Comunidade do Monte da Paz, bem como a ONG SOS Pedra Branca, a FIRJAN, a Associações dos Produtores Rurais e a Associação dos Amigos da Zona Oeste. No entanto, não houve tempo hábil para realizar a capacitação dos membros do Conselho, como previsto pela Diretora de Conservação, mas, tão somente, reuniões informais e trocas de e-mails da gestora do parque com algumas dessas entidades. Com a entrada do Governo Sérgio Cabral e a mudança da presidência do IEF-RJ em 2007, a composição do Conselho Consultivo estava sendo revista, quando se encerrou a pesquisa.

Em declaração recente durante uma Oficina de Planejamento Estratégico para funcionários do IEF-RJ, a nova presidenta da instituição anunciou a criação do Conselho de Chefes de Unidades de Conservação como sendo uma das medidas previstas no sentido de implantar o sistema de gestão participativa nos parques, reservas e áreas de proteção do Estado. Ela apontou as prioridades de sua gestão (IEF-RJ, 2007):

Nova Presidenta do IEF-RJ – “Nossas prioridades são a gestão participativa, a integração com os órgãos ambientais, o profissionalismo da gestão ambiental e a busca da eficiência e eficácia na aplicação de recursos, tanto próprios como decorrentes de compensação ambiental e parcerias”.

Além disso, está em estudo a criação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que absorveria os principais órgãos ambientais do estado, ou seja, IEF-RJ, SERLA e FEEMA, tendo como uma de suas diretrizes o fortalecimento das unidades de conservação do Estado.(IEF-RJ, 2007).

A conclusão que emerge das informações obtidas, é que o objetivo de assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação por meio da formação de um Conselho

Consultivo foi apenas parcialmente alcançado, sobretudo pelo fato do Conselho ser ainda muito recente e faltar a seus membros, bem como à gestora do parque, a adequada capacitação para trabalharem com este instrumento de gestão.

As críticas feitas ao caráter pouco democrático do processo de formação do Conselho Consultivo do PE da Pedra Branca e do baixo grau de representatividade da sociedade no mesmo (PB01; PB04; PB10) procedem, em parte, na medida em que o processo foi atropelado na final da gestão e que a composição com nove membros representando a sociedade civil pode ser insuficiente para comportar os interesses das muitas comunidades existentes no entorno do parque. Por outro lado, o argumento da Diretoria do IEF-RJ de que Conselhos Consultivos muito grandes não funcionam deve ser levada em consideração. Também a necessidade de se criarem diretrizes e normas para o adequado funcionamento dos Conselhos é totalmente válida, convergindo para a mesma conclusão a que se chegou na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), como se pôde observar no caso d PNM Bosque da Freguesia. Além disso, foi observado que na composição do Conselho Consultivo há entidades que faziam oposição à gestão vigente na época, como a ONG SOS Pedra Branca, o que evidencia estar o Conselho aberto a diferentes opiniões.

Parece que há claramente duas visões diferentes do que deve ser a representatividade num Conselho Consultivo: uma mais tecnicista(a da gestão vigente à época da pesquisa), mas ainda assim política, aparentando guardar algum receio de uma abertura da gestão das unidades de conservação a uma maior participação popular e entendendo às vezes essa demanda como demagógica; e a outra, menos técnica, oriunda de uma prática ambiental amplamente democrática, com fortes vínculos com a ação político-partidária do deputado Carlos Minc do PT. A partir da troca de governo em 2007, que resultou na entrada desse último grupo na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e no IEF-RJ, espera-se que as medidas de caráter técnico tomadas pela gestão anterior (que atuou durante a pesquisa) sejam mantidas e a prática democrática aperfeiçoada, principalmente com ações efetivas de melhoria para o parque e seu entorno, como lembrou a gestora do parque (PB07). Outro bom motivo para que os objetivos sejam alcançados é que, apesar das divergências, os dois grupos concordam que a figura do Conselho Consultivo é importante, como se percebe pelos discursos a seguir:

Diretora do IEF-RJ – "...eu acho com certeza porque o conselheiro, quer dizer, na medida em que ele participa do conselho, ele tem a chance de conhecer, um, as realizações do órgão e as dificuldades também, as lacunas. E até se solidarizar e engajar na busca de soluções dos problemas porque é muito fácil ser pedra, difícil é ser vidraça. ...Então o conselheiro, quando ele participa do conselho consultivo, que na verdade tem o caráter de conselho gestor, consultivo porque está na lei, consultivo, mas ele tem um caráter de conselho gestor porque a gente está numa democracia, ele também é parte dos problemas e não solução..." (PB14).

Assessor político e ex-gestor do parque (à época da pesquisa) – "Porque com o conselho consultivo você delibera e você tem uma autonomia direta como administrador da área de decidir para onde vão aqueles recursos, onde vão ser investidos, em que programas porque você tem o conselho te subsidiando, aprovando e dando suporte para que haja essa autonomia..."(PB01).

2.1.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Elaboração e implantação do plano de manejo.

Responsáveis → IEF-RJ Gestor do parque.

O PE da Pedra Branca não dispõe ainda de um plano de manejo. Em função das dificuldades financeiras encontradas pela gestão que assumiu em 2003 para contratar uma empresa que fizesse os estudos necessários, foram implantadas normas gerais provisórias para uso público, por meio de um decreto, que, inclusive, permite a cobrança de ingresso (PE14).

Segundo a Diretora de Conservação do IEF-RJ, a partir de 2004 com a entrada de recursos provenientes de medidas compensatórias paga por algumas empresas, o plano de manejo começou a ser realizado de forma terceirizada. O plano de manejo nortearia todas as ações a serem desenvolvidas para gestão do parque a partir de estudos realizados, não só no âmbito do limite da unidade, mas também no seu entorno e que leva em conta os aspectos socioeconômicos, além de definir a zona de amortecimentos da unidade de conservação. O plano também incluiria o zoneamento do parque, o qual deve prever que áreas são tangíveis, isto é, onde seria possível desenvolver projetos de uso público, por exemplo, quais áreas podem ser mais exploradas para ecoturismo, um potencial muito grande do parque. Por ocasião da pesquisa só havia um plano de manejo concluído das doze unidades de conservação estaduais. O estudo socioambiental, etapa preliminar do plano de manejo da Pedra Branca, estava em andamento com expectativa de conclusão até o fim do ano. Este estudo identificaria as potencialidades do parque, a sociedade civil do entorno e todos

os aspectos econômicos, socioambientais e socioculturais envolvidos (PB 12; PB14). Com a nova mudança de gestão no IEF-RJ a partir de 2007, o estudo socioambiental está sendo revisto pela nova Diretoria de Conservação. Espera-se também que de acordo com as novas diretrizes, o processo de desenvolvimento do plano de manejo torne-se mais participativo.

Como resultado desse processo, o PE da Pedra Branca segue sem um plano de manejo e várias questões cruciais continuam sem solução:

Assessor parlamentar e ex-gestor – “É você não tem hoje lá um plano de prevenção, de combate incêndio florestal, você não tem um plano de manejo, né, você não tem lá hoje na Pedra Branca um plano fundiário, você não tem lá um plano de controle dos conflitos, você não tem nenhum instrumento eficaz que fale assim ó, estamos colocando em prática, hoje não tem, hoje você não tem.”

2.2. Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Resolução de conflitos fundiários e invasões.

Responsáveis → SMAC e gestor do parque.

Um das mais graves ameaças à integridade territorial do PE da Pedra Branca são os conflitos fundiários, sejam aqueles relacionados com a não regularização de uma área considerável do parque desde a sua criação, sejam aqueles decorrentes de ocupações ilegais de áreas dentro e no limite do parque. Como resultado de um levantamento de campo detalhado feito em 1997 pelo Grupo de Estudos Ambientais do Departamento de Geografia da UERJ (PB01), foram identificadas quarenta e seis ocupações irregulares dentro do PE da Pedra Branca (acima da cota de cem metros de altitude) e quarenta e oito ocupações irregulares na periferia do parque (entre cotas cinquenta e cem metros). Pelo menos quatro dessas ocupações dentro do parque apresentavam adensamento maior que mil moradores. A maior parte das quase cem ocupações é de moradores de baixa renda, mas também há condomínios residenciais de alto poder aquisitivo. Além disso, muitos deles já viviam dentro do parque antes da sua criação em 1974 e ainda não foram indenizados e retirados. Assim, mesmo contrariamente ao que dita a lei do SNUC, existem várias atividades econômicas dentro do PE da Pedra Branca, especialmente criação de cavalos (por não moradores que alugam áreas dentro do parque aos posseiros) e agricultura de subsistência, que têm sido toleradas pelas diversas gestões por absoluta falta de

recursos para fiscalizar e punir ou, então, para indenizar e retirar os ocupantes, regularizando de uma vez a questão fundiária (PB01; PB07).

Como muito pouco foi feito desde então para resolver o problema e considerando ainda o rápido crescimento da zona oeste e baixada de Jacarepaguá nos últimos dez anos, a conclusão é que questão fundiária só deve ter piorado desde então. O assessor parlamentar e ex-gestor admite que a questão fundiária é crítica para o parque e adverte que, enquanto não se conseguir realizar a regularização fundiária, não será possível fazer programas de gestão funcionarem adequadamente. Neste sentido, o plano de manejo pode ajudar a identificar os problemas fundiários e desenvolver as melhores estratégias para lidar com eles.(PB01). Ele traçou também um breve histórico das ocupações econômicas dentro do parque e relatou sua experiência com o problema enquanto gestor do parque.

Assessor parlamentar e ex-gestor – “...Antes da criação do parque existiam vários sítios rurais, dentro do parque, existiam sítios que eram proprietários, existiam posseiros, que não tinham nenhum título, um tipo de comprovante de titularidade daquela terra... E como a área era uma área rural, sempre foi característica dela o cultivo da agricultura naquela região, então ali existia pecuária, mas não era aquela pecuária intensiva, era uma pecuária que era trabalhada no modelo confinado... Quando se criou o parque, se criou já com mil e quinhentos proprietários dentro do parque. Hoje o parque tem em torno de cinco mil moradores, entendeu? Então que acontece? Então o IEF-RJ com órgão gestor, ele nunca soube lidar com esse tipo de conflito dentro da unidade. Então que acontece? Um dos primeiros passos é entender como solucionar isso, então em 99, conforme eu falei, já, tirando como estratégia principal era a integração, seja de agricultores.”

Entrevistador– “e o que está sendo feito?”

Assessor parlamentar e ex-gestor – “Tolerar, isso entre aspas. Desde o momento que isso seria revertido numa forma de compensação. Não é uma compensação financeira, mas uma compensação participativa e efetiva na conservação da área. E isso deu certo. Como deu certo? Porque os moradores, os agricultores começaram a se sentir, um elemento importante na conservação do parque porque ele tinha a frente o gestor dava esse suporte, né? Então eu consegui trazer ele como um aliado na conservação, consegui fazer que eles entendessem que eles poderiam ficar morando dentro do parque e poderiam ajudar o parque porque o principal. “

A gestora do parque confirma a política de tolerância e exemplifica para uma favela existente dentro do parque, ao lado da sede principal. Ela está associada a uma estratégia de educação ambiental para evitar o crescimento da favela e, ao mesmo tempo, fazer com que a comunidade ajude na preservação do parque (PB07):

Gestora do parque– “..a população será tolerada até que se possa fazer essa desapropriação, então é tolerância e trabalho na conscientização. Aqui, por exemplo, tem essa comunidade aqui ao lado, ela é toda inserida dentro do parque, são 120 a 130 famílias que não se criaram agora não, se criaram há 40 anos – Comunidade do Monte da Paz. Quando o parque criou essa comunidade já existia. Claro que ela cresceu, hoje, não vou dizer que é crescimento zero, eu estaria mentindo, Mas zero vírgula qualquer coisa... Ela está dentro do parque, toda acima da cota cem.

E ali o que é que você vai fazer? Você vai tirar 130 famílias? Levar elas para onde, aí tem a questão do trabalho, né, aquele velho problema, ele me tirou daqui, me levou para lá, mas eu trabalho aqui. Esse é um problema muito sério.

Então é de educação e tolerância. Mas é um problema que já é herdado de 40 anos atrás, 50 anos atrás, não é recente. O que a gente faz hoje, tem sido bastante restritivo no que diz respeito a carro para subir. Caminhão de material de construção não sobe mais, né, os guardas e a vigilância está totalmente orientada, não permite.”

Apesar dos esforços, nem sempre é possível evitar os conflitos, em função das crescentes demandas dos moradores, que não podem ser aceitas devido às restrições da lei.

Gestora do parque– “Há conflitos. Não tem como não ter conflitos. Interesses diferentes, né? Vem desde moradia e desenvolvimento sustentável, vamos dizer assim, aspas, né. Então as solicitações são ah, eu queria asfaltar, o caminho está ruim, o carro tem que passar.”

Entrevistador– “E aí como é que você tem resolvido essas situações?”

Gestora do parque- “Eu tento explicar, dizendo que não pode, que é uma área protegida por lei, que não é permitido a impermeabilização do solo, que não pode construir, mas as pessoas assimilam vagarosamente. “Ah, a senhora não deixa por que? Não, não sou eu que não deixo. É a lei que não permite. Então é difícil, é processo mesmo, é lento. Aí tem gente que não me suporta, que eu sou chata, que eu não deixo. Aí depois entra um e diz, “puxa, que legal, eu queria muito te conhecer. Está botando ordem na casa”. Então é isso aí, sempre assim...”

Segundo informações do diretor da ONG GRUDE, que também atua junto ao Bosque da Freguesia, esta ONG está envolvida com o projeto de levantamento das pendências fundiárias do parque e há possibilidades de se obter ajuda financeira para indenizar os moradores do parque e desapropriá-los, resolvendo os conflitos fundiários. Há inclusive moradores vivendo dentro da sede do PE da Pedra Branca. São famílias de ex-funcionários da CEDAE, que ainda não foram indenizadas.

Diretor do GRUDE – “Tem várias áreas dentro do parque, casas, tem uma casa ao lado da sede.... Tem um plano que é de regularização fundiária que não foi nem iniciado pelo WWF. Nós (GRUDE) pegamos isso, tem uma pessoa já fazendo esse plano todo. Então a idéia é fazer o levantamento, em que pé está isso e algumas casas também na sede e no (núcleo do) Camorim e desapropriar. Desapropriar esse negócio. O dinheiro que tem não é suficiente. O IEF-RJ pegou, conseguiu um outro

convênio junto com o KfW, que é um banco alemão, e o PPMA que é o Plano de Proteção da Mata Atlântica. O KfW está com muito dinheiro para investir no parque também, em todos os parques do Estado. Mas também vai investir na Pedra Branca. Então vai também auxiliar o pagamento de uma parte do plano de manejo”.

2.3.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora

Responsáveis → Diretoria de Conservação do IEF-RJ e Gestor do parque

Em função de sua vasta extensão e da pressão urbana crescente sobre seu perímetro, o PE da Pedra Branca apresenta-se como um desafio para qualquer gestão. Por outro lado, as áreas mais centrais do parque, sobretudo em torno do Pico da Pedra Branca, apresentam-se como algumas das áreas mais bem preservadas do bioma de mata atlântica de montanha, em função do difícil acesso. No entanto, estas áreas sofrem dois tipos de ameaça: caça ilegal e incêndios criminosos, especialmente aqueles causados por balões.

A atividade de recuperação e conservação da fauna e flora no PE da Pedra Branca envolve tanto a adoção de estratégias colaborativas, por meio de parcerias formais que trazem financiamentos, como também a utilização de instrumentos de controle e comando, aplicando a lei de crimes ambientais contra aqueles que ameaçam o parque por meio de caça ilegal, desmatamento, queimadas, incêndios criminosos e invasões.

1- Fiscalização

Uma das principais atividades para conservação da fauna e flora é a fiscalização. O IEF-RJ (2005) criou um canal direto de comunicação com a população, para permitir que fossem feitas denúncias sobre crimes ambientais. Este serviço foi denominado “Disque-Floresta” e registrou 108 denúncias em 2004 e 109 em 2005 em todo o Estado, mas principalmente na cidade do rio de Janeiro, distribuídas da seguinte maneira:

| Crime denunciado | 2004 | % | 2005 | % |
|------------------------------------|------|--------|------|--------|
| Desmatamento e corte de árvores | 79 | 73,1% | 71 | 65,1% |
| Caça ilegal e animais em cativeiro | 11 | 10,2% | 11 | 10,1% |
| Queimada | 3 | 2,8% | 8 | 7,3% |
| Construções irregulares | 8 | 7,4% | 9 | 8,3% |
| Outros | 7 | 6,5% | 10 | 9,2% |
| Total | 108 | 100,0% | 109 | 100,0% |

Tabela 2 –Estatísticas de denúncias de crimes ambientais

Fonte: Revista Rio Florestal (IEF–RJ, 2005)

Como se percebe pelas estatísticas, o desmatamento sistemático e cortes isolados de árvores têm representado em média 70% das denúncias feitas. Muitas dessas ações são seguidas de construções irregulares (a quarta maior ação denunciada), caso não haja uma ação repressora imediata.

Já segundo o diretor do GAE e ex-presidente do IEF-RJ, os incêndios ainda são uma ameaça aos parques, mas ele enxerga na expansão imobiliária a principal ameaça aos parques urbanos.

Diretor do GAE e ex-presidente do IEF-RJ – “...o avanço da cidade sobre os parques seja dos extremamente ricos aos extremamente pobres, passando pela classe média também com seus condomínios na Zona Oeste. Ou seja, a expansão urbana, a pressão imobiliária seja regular ou irregular, é decididamente a maior ameaça às nossas unidades de conservação em qualquer esfera dentro do município do Rio de Janeiro. Hoje mais ainda do que os incêndios que foram responsáveis pela destruição de muitas centenas de hectares preciosos, mas com o avanço do projeto “Mutirão Reflorestamento” que passou a ser um projeto extremamente bem-sucedido e foi um projeto estável, né. Não é mais um projeto de governo e com as sucessivas campanhas, contra as queimadas, nas áreas naturais. E agora também com a ação, já coisa de dois anos, do avião no combate a incêndios florestais a principal ameaça passa a ser a expansão imobiliária.”

Durante o período entre 2002 e 2006 a Diretoria de Conservação do IEF-RJ intensificou as atividades de fiscalização e vistorias por meio da divisão de Vigilância e Fiscalização, que vem sendo modernizada, e que apóia a Divisão de Unidades de Conservação. Esta divisão vem realizando operações nas unidades de conservação em esquema de mutirão, que mobiliza dezenas de servidores do IEF-RJ, com o apoio da Polícia Civil, e do Batalhão Florestal. A Diretora de Conservação relatou também a intenção de estabelecer uma parceria com o IBAMA (PB14):

Diretora de Conservação – “Já realizamos algumas reuniões para discutir estratégias e ações conjuntas, mas conjuntas nesses moldes não para

enxugar gelo, mas para tentar minimizar os problemas que vêm acontecendo aqui no nosso Estado, de uma forma inteligente e planejada.”

Segundo informações prestadas pelo gabinete do então deputado Carlos Minc, o parque sofre de crônica carência de pessoal e deficiência na fiscalização. Apenas cinco guardas florestais trabalham na vigilância da subsede e da sede administrativa do parque, em Jacarepaguá. Em consequência disso, tem sido observada intensa atividade ilegal de caça e extração de espécies nativas da floresta, como o palmito Jussara, bromélias e orquídeas (PB01; PB04).

2- Combate a incêndios e queimadas

Uma das maiores ameaças ao PE da Pedra Branca são os incêndios, causados tanto por balões, quanto por queimadas de agricultores locais ou mesmo, provocados com a intenção de desmatar o parque.

Foi constatado durante a pesquisa que existem duas frentes de ação contra os incêndios: uma oficial, comandada pelo IEF-RJ, por meio de um Programa denominado “Zero-Zero”, e outra não oficial, como resultado da ação da ONG SOS Pedra Branca e seus parceiros. Infelizmente, estas duas frentes não têm trabalhado em parceria, como seria de se esperar.

O Programa “Zero-Zero” foi criado pelo IEF-RJ com o objetivo de prevenir incêndios. Segundo a Diretora de Conservação do IEF-RJ, foram implementadas duas estratégias. A primeira busca a conscientização da população que reside no entorno da unidade de conservação e, em algumas unidades, até dentro da própria unidade sobre a importância de se evitar determinadas práticas que apresentam risco de incêndio, principalmente no período de estiagem. A principal dessas práticas é o uso de fogo para queima de lixo e para fins agropastoris, sem controle e sem licença, constituindo crime ambiental. Outro ponto bastante enfatizado são os riscos da soltura de balões que, segundo ela, têm sido a maior causa de incêndio nas unidades de conservação do município do Rio de Janeiro. No PE da Pedra Branca, a equipe do parque iniciou também um trabalho de educação ambiental, conscientizando e qualificando os visitantes por meio de palestras e folhetos educativos, a fim de que percebessem que o parque não era apenas uma área de lazer e que tinha um objetivo muito maior que é o de conservar a natureza, um dos últimos remanescentes de mata atlântica no Estado (PE14).

A segunda estratégia envolveu uma parceria com o Corpo de Bombeiros, por meio da qual criaram-se núcleos de prevenção a incêndios florestais (NUPIFs) na maioria das unidades de conservação (inclusive no PE da Pedra Branca) para o rápido atendimento ao foco inicial de incêndio. A função do NUPIF é monitorar a área da unidade de conservação em busca de alguma atividade que ofereça risco de incêndio e notificar a comunidade a respeito, mantendo contato permanente com o Corpo de Bombeiros. São produzidos boletins diários que monitoram índice pluviométrico na área das unidades e identificam os fatores que favorecerem a ocorrência de um incêndio (PB13).

Como parte das ações preventivas do Programa “Zero-Zero”, notificações preventivas foram feitas aos proprietários e moradores dentro e no entorno das unidades de conservação estaduais, conscientizando-os sobre as leis e riscos inerentes ao uso do fogo em atividades econômicas (queimadas) e para queima do lixo. Como resultado dessas ações registrou-se uma drástica redução da área incendiada (em hectares), como se pode verificar na tabela a seguir:

| | 2002 | 2003* | 2004 | 2005 |
|-----------------------------------|-------|-------|------|------|
| Notificações preventivas | 0 | 35 | 255 | 340 |
| Variação | | | 629% | 33% |
| Área incendiada em Ucs (hectares) | 291,6 | 112,0 | 20,8 | 77,2 |
| Variação | | -62% | -81% | 271% |

* Início do Programa "Zero-Zero"

Tabela 3 – Estatísticas do IEF-RJ sobre o Programa “Zero-Zero” (IEF, 2007)

A gestora do parque (PB07) dá mais detalhes sobre o programa e as parcerias:

Gestora do parque – “O que são essas notificações preventivas? A gente trabalha em parceria, vai, o pessoal, um representante do núcleo de prevenção a incêndios, um representante da equipe de educação ambiental, né, e um guarda florestal. Então a gente tem percorrido as áreas de em torno do parque, sítiantes em volta do parque, esses agricultores, e a gente dá uma notificação dizendo que não é permitido o uso de fogo nessas áreas. A notificação é informativa.”

A gestora do PE da Pedra Branca também informou que o Núcleo de Prevenção aos Incêndios Florestais que funciona dentro do parque também disponibiliza palestras de capacitação de jovens de comunidades do entorno do parque para prevenção e combate aos focos de incêndio, ministradas por um funcionário do corpo de bombeiros. Em 2006 teriam sido capacitadas duas turmas, mas a gestora não soube informar o número de jovens capacitados (PB07).

No entanto, o assessor parlamentar e ex-gestor do parque discorda da metodologia de levantamento dos incêndios e pontos de risco e das estatísticas oficiais do IEF-RJ sobre incêndios e afirma que o problema ainda é bastante grave (PB01).

Assessor parlamentar e ex-gestor- “No caso da Pedra Branca existe um núcleo (nota: de prevenção a incêndios), só que não existe um instrumento eficaz de controle ao combate ao incêndio. Falta ainda capacitação, falta integração da sociedade, faltam mais medidas empregadas de prevenção no sentido da educação preventiva que chegue essa informação ao agricultor, né, ao criador de animais. ...Agora, de 99 até o período que eu estive no parque (nota: como gestor), aí tinha uma parceria direta. Foi o tempo que o parque teve mais ações: ações de prevenção de incêndio, teve muito combate, muitas parcerias, foram formadas diversas turmas de combate a incêndios florestais, né, foram capacitados vários agentes dentro do parque, os guardas florestais, principalmente. Os guardas florestais combatiam incêndio florestal; hoje você não vê o guarda florestal no parque combater incêndio florestal. Esse guarda florestal do parque está tomando conta das entradas. Hoje o guarda florestal do IEF-RJ do Parque da Pedra Branca não exerce a função mais de fiscal e sim, de zelador do patrimônio do parque, mais nada, ficam lá como um poste.”

Entrevistador- “Vocês discordam das estatísticas do IEF-RJ sobre a questão dos incêndios?”

Assessor parlamentar e ex-gestor- “Totalmente, porque o IEF-RJ ele só registra o que ele vê, mais nada. Ele não vive diretamente o problema da unidade.”

Não foi possível ter acesso às estatísticas organizadas pelo SOS Pedra Branca a fim de analisar as possíveis discrepâncias entre as estatísticas oficiais e as do SOS Pedra Branca.

A segunda frente de ação contra os incêndios é justamente aquela formada pela ONG “SOS Pedra Branca”, criada em 1997 com o objetivo principal de lutar pela preservação do Maciço da Pedra Branca e suas grandes manchas de florestas (quase sete mil hectares) e trabalhar o entorno do parque, principalmente por meio da educação ambiental de moradores e estudantes das comunidades do entorno do parque. Apesar da sede do SOS da Pedra Branca se localizar em Jacarepaguá, próxima à sede do parque, a entidade enxerga o maciço como um todo e atua em todo o parque por meio de parcerias com Associações de Moradores de outros bairros e algumas instituições públicas (PB01). A sede do SOS Pedra Branca funciona na casa de um dos fundadores e seu atual presidente. Outro fundador e ainda membro atuante na ocasião da pesquisa é o assessor parlamentar do PT e ex-gestor do PE da Pedra Branca. Foi, aliás, sua atuação no SOS Pedra Branca que lhe valeu o convite para atuar como gestor do parque durante o governo Benedita da Silva.

Apesar das preocupações dessa ONG englobarem vários aspectos do parque, como combate à caça ilegal e desmatamento, a principal área de atuação vem sendo a prevenção e o combate aos incêndios, quase uma obsessão do seu presidente, a ponto de ele ter desenvolvido, de forma artesanal, uma série de equipamentos de combate a incêndio, como abafadores, que mantém estocados em sua casa e disponibiliza para as brigadas de incêndio criadas pela ONG ou vende para alguns parceiros da ONG (PB03).

A brigada de incêndio é um grupo de voluntários, não remunerados, preparados para combate a incêndio florestal. Os voluntários são, em geral, jovens moradores de comunidades de baixo poder aquisitivo do entorno do PE da Pedra Branca. Cada brigada conta com no mínimo trinta jovens e, pelas informações da ONG, já existiam cinco brigadas formadas na ocasião da pesquisa (PB03), sendo que cada membro recebe treinamento que inclui noções gerais de meio ambiente e específicas sobre combate a incêndios, inclusive com aulas práticas. Cada brigadista recebe um abafador ao final do curso. Na eventualidade de um incêndio próximo à moradia de algum deles, a ONG é contatada e uma rede de comunicação informal é acionada para mobilizar os demais brigadistas e eventuais voluntários (PB03).

O presidente da ONG informou que na última turma, contou com o apoio do Corpo de Bombeiros, com o qual a ONG mantém permanente parceria, e com as presenças do comandante da Brigada do PROJAC, da Rede Globo de Televisão (que faz limite com o parque) e da gestora do PE da Pedra Branca, que segundo o presidente do SOS Pedra Branca, foi conhecer o trabalho. No entanto, um dos diretores do SOS Pedra Branca (PB09) reconhece que as condições de trabalho dos brigadistas são inseguras, pois os mesmos não recebem nenhum equipamento especializado de proteção, como luva, ou roupa antifogo. Por isso mesmo, a ONG procura atuar no combate aos focos de incêndio nas baixadas do entorno do parque, onde há bastante capim colônia, evitando que este atinja as florestas. Para o presidente da ONG, o PROJAC vem sendo um parceiro importante na recuperação florestal da vertente do parque próxima a Vargem Pequena.

Presidente do SOS Pedra Branca – “O PROJAC é uma solução muito interessante para a preservação do parque. Quer dizer, você instalar uma empresa, né, que possa criar essa proteção tampão, se ela cuidar da região dela vai ser muito importante, entendeu. Eles sofrem pressão muito grande. O pessoal tenta, o pessoal da comunidade aí tenta invadir, roubar os cabos, mas eles estão perseverando. E a gente viu nos últimos anos: a mata está se recompondo naquela região. Eles trabalham ano seguido, só recompondo a floresta, preservando, protegendo, fazendo aceiros e

combatendo os incêndios, né, porque a invasão lá... compromete muito a floresta, caçando, pegando passarinho e alguns piromaníacos que têm lá e esses criadores de cavalos que estão por ali. Até hoje ninguém acabou com os criadores de cavalos. E a Globo está sempre atento aos combates junto com a gente.”

O presidente do SOS Pedra Branca reclamou da atuação do IEF-RJ em relação prevenção dos incêndios e ao apoio à ONG. Ele se queixou do fato de o IEF-RJ contratar várias ONGs que não têm relação histórica com o parque (ele mencionou WWF e GRUDE) em detrimento do SOS Pedra Branca. Segundo ele, em 2002 (ainda na gestão anterior), o SOS Pedra Branca havia sido contratado para participar de um projeto de revitalização do parque, sendo o contrato intermediado pela ONG GRUDE. Em 2003, o contrato foi interrompido pelo IEF-RJ, segundo ele, sem explicações convincentes. Desde então, têm sido tentados contatos com o IEF-RJ, porém, sem sucesso. (PB04).

Presidente do SOS Pedra Branca – “Nós somos parceiros do parque, agora eu não posso dizer a mesma coisa deles para a gente. Porque o que nós temos visto é uma aversão. Por quê? ...Mandei uma relação lá para a direção do IEF-RJ, para a presidência do IEF-RJ pedindo que nos atendessem no sentido de mandar os técnicos do IEF-RJ, engenheiros florestais e os técnicos do núcleo de incêndio para formarmos uma brigada na Colônia (nota: Colônia Juliano Moreira, onde se localiza a sede do SOS Pedra Branca), que já tem os alunos todos, do Estado e tinha outra em Bangu. Então seriam duas brigadas para formarmos em 2003. E nós não obtivemos resposta. Aí a (nome de funcionária do IEF-RJ) falou o seguinte: “olha, o IEF-RJ não vai responder o ofício do SOS Pedra Branca. Eu falei, mas por quê? Não adianta vocês não mandem mais ofício porque eles não vão mais responder”. Mas estamos esperando, inclusive um relatório que nós entregamos em mãos lá para o diretor do IEF-RJ, sobre criação de animais dentro do parque, que são os causadores principais do incêndio.”

Ele também reclama da falta de recursos da ONG para realizar seu trabalho, desde o fim do contrato com o IEF-RJ, em 2003.

Presidente do SOS Pedra Branca – “Nós temos mais de 200 pessoas inscritas como associados, mas ninguém paga nada, ninguém contribui com nada. ...Todos os recursos para pagar a água, pagar a luz, pagar telefone, a manutenção da sede, material de limpeza, tudo isso sai do meu bolso e eu não estou tendo mais condição para isso...”

Já a Diretora de Conservação do IEF-RJ colocou seu ponto de vista a respeito das reclamações do presidente do SOS Pedra Branca (PB14):

Diretora de Conservação do IEF-RJ – “Quando nós viemos trabalhar aqui no IEF-RJ, o SOS Pedra Branca era contratada do projeto de revitalização do parque na gestão anterior, para atuar ali, né. Só que nós não entendemos que era satisfatório aquele tipo de atuação. ...Como eu te falei, nós estávamos otimizando a aplicação de recursos e nós instalamos dentro do Parque Estadual da Pedra Branca um núcleo de prevenção a

incêndios florestais. Só quem tem competência para atuar no combate a incêndio é o bombeiro. O brigadista, ele atua junto com o corpo de bombeiros, assistindo o bombeiro, mas, voluntariamente. Ele não tem que receber dinheiro para isso porque eu não acho nem constitucional eu ficar pagando brigadista. ...Eu não acho isso uma parceria salutar. Parceria para mim é o seguinte, se você é voluntário, você não recebe nada, e se você efetivamente quer colaborar, você vai unir forças e não dividir. Para dizer que você fez mais ou você fez sozinho. Então é um hábito do SOS Pedra Branca criticar o trabalho que a gente fez. ...Nunca nós fomos procuradas, nunca pelo SOS Pedra Branca na atual gestão. Nunca me mandou um projeto escrito dizendo que ele tem intenção de colaborar, que ele tem equipamento de combate a incêndio em casa, e daí? ...A hora que ele quiser vir aqui e dizer “quero ser voluntário”, ele vai ser voluntário com o maior prazer, mas agora, apagar incêndio sozinho, nós não vamos permitir nunca, porque isso é uma atividade privativa do bombeiro, nem o técnico do IEF-RJ faz isso sozinho.”

Há informações que se contradizem nas duas declarações, não tendo sido possível apurar que tem razão em suas reclamações.

2.4.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Manutenção das áreas verdes do parque (varrição, limpeza e poda) e da infra-estrutura.

Responsáveis → Diretoria de Conservação do IEF-RJ, gestora do parque e parceiros.

Até o ano de 2001 o PE da Pedra Branca passava por sérios problemas de gestão e de falta de infra-estrutura básica, causados por falta de verbas e descaso do Governo do Estado (PB10). Como resultado da entrada em vigor da lei do SNUC, em 2000, abriram-se alternativas de financiamentos de obras de infra-estrutura e de conservação da fauna e flora. Uma delas foi por meio da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da empresa Eletrobolt, um consórcio das empresas Enron, SFE e Petrobrás. Por este TAC, a empresa se comprometia a investir a quantia de quatro milhões de reais devida no PE da Pedra Branca. Firmou-se então um Convênio em outubro de 2001 envolvendo o IEF-RJ, a Fundação Roberto Marinho, a Enron e a ONG WWF Brasil, com os objetivos de valorizar os principais pontos de atração do Parque; resgatar o valor ambiental e cultural da região; estimular o ecoturismo e preservar a floresta urbana da Pedra Branca. O convênio deveria durar até Abril de 2003. A Fundação Roberto Marinho executou as obras de infra-estrutura e paisagismo, que incluíram a construção do centro de visitantes na sede do Pau da Fome. O

WWF Brasil, que ficou encarregado de elaborar o plano de manejo, o plano gestor e o plano de ecoturismo, não conseguiu cumprir com suas atribuições, principalmente devido a sua sede ser em Brasília. O GRUDE, que já atuava no parque, foi então inserido no programa pelo IEF-RJ com a atribuição de executar o planejamento das atividades de educação ambiental (BF-PB01).

Segundo o diretor do GRUDE, atualmente, parte das obras de infraestrutura realizadas estão hoje em mal estado, devido à falta de manutenção adequada. (PB-BF01). Já a sede da administração e o centro de visitantes funcionam perfeitamente.

Um aspecto interessante a ser notado nesta situação é que, a partir da aplicação dos instrumentos de comando e controle previstos na lei do SNUC (medidas compensatórias), foi formada uma múltipla parceria envolvendo poder público, ONGs e empresas que conseguiram, ainda que de modo parcial, revitalizar parte do PE da Pedra Branca, sobretudo a sede e o núcleo do Camorim. Esta parceria conseguiu atravessar três mudanças de governo estadual, mostrando que é possível viabilizar este tipo de parceria mais complexa. Mas também restou a lição de que as partes envolvidas devem estar totalmente comprometidas com os objetivos da parceria, o que não parece ter sido o caso da ONG WWF Brasil.

Uma outra fonte importante de recursos do IEF-RJ para aplicar nas unidades de conservação, especialmente no PE da Pedra Branca, está vindo de uma cooperação financeira entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e uma agência governamental alemã de crédito, - Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) - que contempla o projeto de Preservação da Floresta Tropical (Mata Atlântica) no Estado do Rio de Janeiro. Para garantir a aplicação dos recursos do KfW, o governo do Estado do Rio aceitou como contrapartida realizar investimentos nesse mesmo projeto. Tais recursos viriam do Fundo Estadual de Conservação do Meio Ambiente (FECAM), que por sua vez utilizaria recursos de royalties do petróleo e de medidas compensatórias pagas por empresas por conta de impactos ambientais causados. O valor total dos investimentos atinge oito milhões de reais, liberados em parcelas trimestrais. Todos os gastos devem ser licitados e submetidos a um controle financeiro permanente do KfW sobre o uso dos recursos alocados.

Segundo a Diretora de Conservação, durante a realização da pesquisa, a gestão do IEF-RJ estava empenhada em rever, com a ajuda de uma consultoria estrangeira, o projeto existente desde a gestão anterior com o objetivo de contemplar mais unidades de conservação e incluir projetos de Educação

Ambiental.(PB14). Segundo a Diretora de Conservação, durante esta etapa, com o objetivo de democratizar o processo decisório e estabelecer prioridades para investimento, foram realizados *workshops* e reuniões com representantes de diversas entidades, incluindo um representante da rede de ONG de Mata Atlântica, um representante da Assembléia Permanente das Entidades de Meio Ambiente (APEDEMA) e um representante do Conselho da Biosfera no Estado do Rio de Janeiro.

Além dessas duas experiências, foram identificadas algumas parcerias informais ou em desenvolvimento. A gestora do PE da Pedra Branca relatou uma parceria em estudo com a empresa Arbóreo, sediada em Guaratiba, que trabalha com bromélias e com produção de húmus. A parceria envolveria a adoção do pequeno bromeliário existente no parque por aquela empresa. A vantagem de tal parceria adviria do fato de o parque não ter um técnico para fazer a manutenção contínua. Como contrapartida, o parque abriria um espaço para publicidade da empresa. Além disso, existe uma parceria informal com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), por meio do Grupo de Educação Ambiental, que oferece consultorias informais sobre flora e uma parceria formal com a instituição UniverCidade, para sinalização de trilhas no parque.

A Diretora de Conservação entende que as parcerias vão surgir naturalmente em função da abertura do IEF-RJ para novas propostas. No entanto, notou-se certa falta de proatividade por parte do IEF-RJ na busca das mesmas, principalmente em relação a ONGs e empresas.

Diretora de Conservação – “Volto a dizer não há dificuldade, da nossa parte não há nenhuma, entendeu, se o amor ao meio ambiente for maior que o amor ao lucro, as portas estão abertas aqui, de qualquer, para qualquer ONG. E a parceria vai surgir naturalmente, naturalmente. A parceria, eu já te falei, vem da proposta, quando a gente receber boas propostas.”

2.5. - Objetivo → Desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental.

Atividade / Instrumento de Gestão → Organização de atividades de educação ambiental no parque e entorno / Projeto “Floresta em Movimento”.

Responsáveis → Diretoria de Conservação do IEF-RJ e gestora do parque.

A Diretoria de Conservação da Natureza do IEF-RJ possui um projeto básico de educação ambiental para buscar conscientizar os moradores do entorno e de

dentro do PE da Pedra Branca, bem como seus visitantes, sobre importância de conservar o ecossistema do parque, no âmbito do projeto de revitalização do parque. Este projeto é denominado “Floresta em Movimento”. O projeto foi iniciado em 2005 e desde então, mais de vinte mil pessoas foram mobilizadas. O projeto é composto por três componentes básicos:

a. O primeiro é a qualificação do visitante do parque. Trata-se de sensibilizar o público-alvo, prioritariamente, estudantes do segundo segmento da rede pública de educação.

b. O segundo componente é a formação de multiplicadores ambientais. Estes multiplicadores são professores que já foram anteriormente sensibilizados pelo projeto “Floresta em Movimento”.

c. O último componente é a valorização da potencialidade econômica local, implantando projetos de práticas sustentáveis que dêem uma rentabilidade para a população do entorno. Dessa forma, evita-se a ocorrência da extração de recursos naturais da unidade de conservação e a degradação daquela área. Na prática isto significa encontrar alternativas de geração de renda para as populações que tradicionalmente vivem de exploração do solo ou dos recursos do parque, como por exemplo, plantadores de banana. Tais alternativas devem estar em acordo com as normas que regem uma unidade de conservação integral. Isto implica em criar parcerias com estes atores sociais e com empresas e ONGs que viabilizem atividades ecológicas, como por exemplo, o ecoturismo, ou o artesanato. Ao mesmo tempo faz-se necessário educar e conscientizar a comunidade sobre a questão ambiental. Segundo as informações da Diretora de Conservação, este terceiro componente ainda não havia sido implantado à época da pesquisa (PB14).

Para realizar a primeira etapa deste projeto foi feito um levantamento das unidades escolares da rede pública de ensino no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca. Trabalhou-se com a rede estadual pela facilidade de acesso, já que se desenvolveu uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação por meio de suas coordenadorias regionais. Inicialmente, foram escolhidas as escolas mais próximas ao PE da Pedra Branca, correspondendo a cerca de nove dos dezessete bairros limítrofes ao parque. Depois, se abriu o leque para as escolas mais afastadas. Segundo a responsável pela Divisão de Educação Ambiental, em 2005 foram trabalhadas trinta e três unidades escolares da rede pública de educação, do entorno do PE da Pedra Branca, num total de cerca de dezenove mil alunos incluídos no projeto (PB13).

Entende-se que o Projeto “Floresta em Movimento” é uma iniciativa efetiva e amplamente participativa no sentido de levar a educação ao maior número de estudantes possível. Os convênios efetuados com os órgãos da Secretaria estadual de Educação se mostraram valiosos para que os objetivos traçados fossem alcançados. Na área de educação ambiental, este parece ser o caminho ser trilhado.

2.6.- Objetivo → Possibilitar a realização de pesquisas científicas.

Atividade / Instrumento de Gestão → realização de pesquisas científicas no parque.

Responsáveis → IEF-RJ e gestora do parque.

Um dos objetivos principais da gestão do IEF-RJ em relação a pesquisas científicas foi de criar regulamentações e procedimentos para a realização de pesquisas científicas dentro de suas unidades de conservação, para eliminar um antigo problema de falta de controle sobre as pesquisas realizadas aí. Na maioria das vezes, nem o IEF-RJ nem as unidades de conservação tinham qualquer controle sobre a execução das pesquisas, muito menos, acesso aos resultados das mesmas. Assim foi criada uma Portaria regulamentando a atividade de pesquisas científicas nas unidades de conservação sob a tutela do IEF-RJ e que obriga os pesquisadores a identificarem claramente a pesquisa a ser realizada, e a retornarem os resultados das mesmas ao IEF-RJ dentro de um prazo determinado. (PB11; PB14).

Como resultado de uma reestruturação de funções dentro da Diretoria de Conservação, foi criado um banco de dados sobre o ecossistema do parque (fauna e flora) usando como fonte os dados de pesquisas científicas realizadas dentro do parque, especificamente dissertações de mestrado e teses de doutorado de universidades reconhecidas. Em seguida iniciou-se o mapeamento das espécies com base nesses trabalhos.

Pelo que se pôde constatar, o objetivo da atividade de pesquisas científicas está sendo alcançado devido aos novos regulamentos e procedimentos do IEF-RJ e à priorização de universidades reconhecidas para realizarem os estudos. No entanto, o processo de aprovação das solicitações e pesquisa ainda é lento devido ao excesso de burocracia e etapas a serem cumpridas.

4.1.9.

Estudo de Caso do Parque Nacional da Tijuca

4.1.9.1.

O IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi criado pela lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 e é o órgão do Governo Federal responsável pela execução da política ambiental do governo e, especificamente, pela gestão das unidades de conservação federais em todo o país.

A sede do IBAMA localiza-se em Brasília, mas existe uma Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro, responsável pelas unidades de conservação neste Estado e à qual se subordina a gestora do Parque Nacional da Tijuca (PARNA da Tijuca).

4.1.9.2.

Caracterização do Parque

O Parque Nacional da Tijuca (PARNA da Tijuca) é a mais famosa e visitada das unidades de conservação do tipo parque no Rio de Janeiro, fundamentalmente devido a estarem nele localizadas algumas das atrações naturais mais famosas da cidade e aquela, que sem dúvida é o símbolo da cidade: a estátua do Cristo Redentor, no topo do pico do Corcovado. No entanto, segundo a própria gestora do parque (TI05), nem todos os cariocas ou turistas se dão conta de que esta atração está dentro de um parque nacional. O Parque Nacional da Tijuca, originalmente Parque Nacional do Rio de Janeiro, foi criado pelo Decreto Federal nº 50.923, de 6 de julho de 1961, e teve seu nome e limites alterados pelo Decreto Federal nº 60.183, de 8 de fevereiro de 1967. O parque tem atualmente 3.953 hectares (IBASE, 2005), sendo, portanto, o segundo maior parque da cidade do Rio de Janeiro. Em 1991, foi declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO. O ecossistema presente no parque é a mata atlântica de altitude (montana e submontana), caracterizando-se a floresta por ser quase toda ela secundária, em adiantado estado de regeneração (PCRJ, 1998).

O parque localiza-se no Maciço da Tijuca, sendo cercado por área urbana em todo seu perímetro, o que aumenta consideravelmente a pressão antrópica sobre ele e cria uma série de ameaças a sua conservação. Ainda assim, o parque desempenha papel fundamental na vida da cidade, pois além de servir

como fonte de lazer para seus moradores e de geração de renda por meio do turismo, sua simples existência mantém diversas fontes de água que abastecem a população de seu entorno, previne a erosão das encostas, enchentes e desabamentos e reduz a poluição atmosférica na cidade, tornando seu clima mais ameno. Este papel regulador da qualidade ambiental foi percebido pelo Imperador Pedro II, que em 1861 ordenou que fossem desapropriadas terras particulares no Alto da Boa Vista e Paineiras e ordenou o início do reflorestamento dessas áreas, já devastadas pela cultura do café. No Anexo 17 podem ser vistos o mapa do parque e uma foto aérea de um de seus setores. Atualmente o PARNA da Tijuca é dividido em quatro setores isolados entre si (TI03, PCRJ, 1998):

- Setor A → Floresta da Tijuca, talvez a área mais reconhecida pelos visitantes como pertencente ao parque e onde funciona sua sede.

- Setor B → Serra da Carioca, onde se localizam o Corcovado, as Paineiras o Sumaré, sendo a área mais visitada do parque em função de sua atração máxima, a estátua do Cristo Redentor, além da vista deslumbrante de toda a cidade.

- Setor C → Pedra da Gávea e Pedra Bonita. Localizadas na zona sul da cidade. Da Pedra Bonita, decolam diariamente vôos de asa delta, outra atração turística do parque.

- Setor D → Serra de Grajaú – Jacarepaguá. Com a ampliação do parque em 2004, esta área, que já havia sido recuperada, foi incorporada ao parque.

4.1.9.3.

Identificação dos Atores Sociais Locais

1- Moradores de médio e alto poder aquisitivo e suas associações

Basicamente são os mesmos grupos citados no caso do parque Dois Irmãos mais os moradores de áreas como Jardim Botânico e Lagoa e parte da Tijuca e Alto da Boa Vista. Suas associações são bastante atuantes em relação ao parque. Destaque-se a Associação de Amigos do PARNA da Tijuca, com sede no Parque Laje, formado por empresários e profissionais liberais. Recentemente alguns condomínios de luxo vêm sendo construídos no entorno do parque, podendo vir a ser um problema no futuro, pois a pressão imobiliária por imóveis de alto padrão vem crescendo muito nos últimos anos.

2- Moradores de baixo poder aquisitivo e suas associações

O processo de urbanização descontrolado da cidade teve como conseqüências o surgimento e crescimento das favelas no entorno do PARNA da Tijuca. Segundo levantamento do IBASE (2005), existiam em 2005 quarenta e seis favelas no Maciço da Tijuca e outras dez em áreas próximas. Além dos problemas infra-estruturais comuns a esses aglomerados urbanos e que acabam por afetar o parque, a maioria das favelas da Tijuca é dominada pelo tráfico de drogas, o que adiciona um componente a mais ao conjunto de dificuldades enfrentadas pela gestão do parque: a violência urbana que afeta o dia-a-dia do parque, sobretudo em termos de ameaça à segurança de seus visitantes. O risco de invasão de áreas do parque por favelas em crescimento é grande. Segundo a coordenadora do projeto do plano de manejo do parque (TI03), na maioria das favelas do entorno não existem regras de limite de crescimento das comunidades em relação ao parque para evitar que este seja invadido, apesar de alguns trabalhos da prefeitura com os ecolimites. Associada também às comunidades de baixa renda do entorno do parque existe uma prática religiosa tradicional, com oferendas religiosas na natureza, que põem em risco a integridade física do ecossistema devido ao risco de incêndio e devido à sujeira acumulada. Este problema vem sendo tratado por meio de diálogo com as comunidades no intuito de se chegar a um consenso (TI05; PB04)

3- Empresas e outras Organizações

No levantamento feito pelo IBASE (2005), foram identificados, com a ajuda da gestora do parque alguns grupos de agentes econômicos atuantes no seu entorno ou dentro dele:

- empresas privadas que operam no parque (turismo, comércio, comunicação, filmagem) → cerca de duzentas e cinquenta;
- empresas públicas ou agências de governo que mantêm atividades junto ao parque (secretarias municipais e estaduais, consulados estrangeiros, forças armadas, universidades, museus, etc.) → trinta e cinco;
- concessionários (telecomunicações, radiodifusão, transporte, segurança, serviços públicos, restaurantes, comércio varejista, etc.) → sessenta e oito;
- prestadores de serviços (segurança, iluminação, coleta de lixo, telefonia, ações ambientais, ações especiais, etc.) → vinte;
- Institutos de pesquisa atuantes no PNT (universidades, ONGs, museus, fundações, etc.) → treze;

- outras entidades privadas que atuam no parque (religiosas, sem fins lucrativos, associações de moradores, esportivas, etc.) → quinze.

4.1.9.4.

Análise da Gestão e das Estratégias Utilizadas para Atender ao SNUC

O caso do PARNA da Tijuca deve ser entendido em dois contextos temporais: o primeiro, a partir da data de 18 de julho de 2000, quando é estabelecido SNUC até o início do Programa “Água em Unidade de Conservação” em 2005 e o segundo, após o início desse programa até o final de 2006, quando se encerrou a coleta de dados da pesquisa.

O Programa “Água em Unidades de Conservação” surgiu como resultado de uma parceria entre a gestão do PARNA da Tijuca e a ONG ambiental Instituto Terra Azul, financiado pelo Programa Petrobras Ambiental, que está investindo desde 2005 quarenta e oito milhões de reais em diversos projetos espalhados pelo país que compreendam:

“a promoção e a conscientização sobre o uso racional dos recursos hídricos; a manutenção e a recuperação das paisagens visando o equilíbrio do ciclo hidrológico; e a promoção da gestão ambiental voltada para a preservação das espécies ameaçadas e a conservação dos ambientes marinhos ameaçados” (Petrobras, 2006).

Os projetos são selecionados publicamente e têm prazo de dois anos para serem implementados.

O Instituto Terra Azul é uma ONG criada em 1997, com sede na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, que trabalha a partir de três eixos temáticos: meio ambiente, cultura e iniciação profissional, operacionalizados por meio de três Centros de Formação e Capacitação. O Instituto Terra Azul vem desenvolvendo desde a sua criação programas e metodologias de suporte às ações públicas de governos e da sociedade civil voltadas para o desenvolvimento sustentável (TI06). A parceria dessa ONG com o PARNA da Tijuca se iniciou por volta do ano 2002, quando o Centro de Educação Ambiental do PARNA da Tijuca começou a trazer alunos e professores de escolas municipais ao Instituto Terra Azul para entenderem como ocorria o processo de poluição dos rios que nasciam no parque, foco do estudo do Terra Azul na época. Em 2004, quando houve a abertura do concurso Petrobras Ambiental, a gestão do parque convidou o Instituto Terra Azul a trocar idéias sobre a possibilidade de alguma ação conjunta em torno de um amplo projeto que envolvia monitoramento de água dentro do parque, ações de reflorestamento e recuperação da flora local, um

componente de sustentabilidade econômica para a questão dos recursos hídricos no parque e a reformulação do Conselho Consultivo. O projeto, denominado “Água em Unidade de Conservação”, foi detalhado em conjunto e acabou sendo um dos escolhidos pela Petrobras Ambiental em 2004, iniciado em 2005 e concluído no final de 2006. O projeto objetivou principalmente reforçar as ações de proteção dos mananciais do Maciço da Tijuca, promovendo ações de reflorestamento, de educação ambiental e de monitoramento da qualidade de suas águas (Petrobrás, 2006; TI06). O enfoque utilizado foi o de uma reflexão sistêmica e integrada que visou colaborar com a implantação da gestão participativa no PARNA da Tijuca.

As principais linhas de ação do projeto foram:

1. Monitoramento e Qualidade da água.
2. Proteção, manejo e recuperação da flora e do solo.
3. Educação Ambiental para Gestão Comunidade / Escola.
4. Planejamento e Gestão para a sustentabilidade econômica.
5. Conselho Consultivo. (Programa Petrobrás Ambiental, 2005; TI03; TI05; TI06).

As linhas de ação 2, 3 e 5 foram abordadas na análise do caso, que seguiu a mesma lógica dos casos anteriores.

1- Diretriz: Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000, Artigo 5º. – Parágrafo III).

1.1. Objetivo -> Implantar a gestão participativa nos parques.

Atividade / Instrumento de Gestão → Recomposição do Conselho Consultivo.

Responsáveis → Projeto “Água em Unidade de Conservação”, IBASE (fornecedor da metodologia) e gestora do parque.

1ª fase → Conselho Consultivo formado sem participação da sociedade

O PARNA da Tijuca teve seu primeiro Conselho Consultivo criado em 06 de agosto de 2002 por meio da portaria no. 98 do IBAMA. Segundo a gestora do parque, a formação desse Conselho foi solicitada às pressas pelo IBAMA (TI05). Assim, a gestora teve pouquíssimo tempo para nomear os membros do Conselho, o que evidentemente foi feito de forma não participativa e sem qualquer metodologia. O Conselho resultante não era sequer paritário, como

informa o presidente da Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca - AAPNT (TI04).

Presidente da AAPNT - “Era um conselho muito..., Não era paritário, eram muito mais instituições voltadas, vamos dizer assim, de autarquias, quer dizer, mais órgãos do governo do que de sociedade civil. Sociedade Civil tinha a Fundação Roberto Marinho, tinha o IBASE e tínhamos nós, eu acho que só. O resto todo era Corpo de Bombeiro, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, FEEMA, SERLA, CEDAE, quer dizer, usuários do parque, Light.”

Entrevistador - “E esse pessoal todo aparecia nas reuniões?”

Presidente da AAPNT – “Muito pouco, muito pouco, então, quer dizer, aí eu acho que houve um desânimo, mas eu provoquei um pouco a gestão do parque para dar continuidade e tal e por conta disso, agora eles estão fazendo a revisão do plano de manejo da qual esse conselho está sendo reestruturado.”

Como resultado desse processo hierarquizado, não participativo e distante da realidade social que cercava o PARNA da Tijuca, o Conselho pouco evoluiu desde sua criação, com poucas reuniões e sem grande contribuição à gestão do parque.

2ª. Fase → Conselho formado com a participação da sociedade, dentro Projeto “Águas em Unidades de Conservação”

Dentro da linha de ação desse projeto, denominada “Educação - Conselho Consultivo”, o diretor do Instituto Terra Azul relatou a formação de uma parceria com o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE), ONG fundada em 1981, pelo falecido sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Segundo a definição em sua página na internet “a missão do IBASE é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã” (IBASE, 2006).

Com base nesta missão, o IBASE utilizou, em acordo com Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA, uma metodologia participativa que tinha como objetivos facilitar a comunicação entre os atores sociais e viabilizar a construção coletiva de uma arena de debate e negociação dos diversos interesses em jogo. A meta final era alcançar uma aprendizagem coletiva que fortalecesse a gestão participativa do PARNA da Tijuca, conforme previsto no SNUC (IBASE 2005; TI06). Neste sentido, o IBASE enxergou na Educação Ambiental um poderoso instrumento neste processo.

“Por meio de práticas e metodologias participativas, buscam-se alternativas técnicas e políticas capazes de alterar práticas inadequadas e fortalecer a gestão democrática das UC. A educação ambiental é utilizada como um instrumento que contribui para disponibilizar informações qualificadas e atualizadas, compartilhar percepções e compreensões e

ampliar a capacidade de diálogo e de atuação conjunta comprometida com a missão de uma UC” (IBASE, 2005, p.5).

A primeira fase da recomposição do novo Conselho Consultivo do PARNA da Tijuca foi a realização do Diagnóstico Socioambiental do parque e seu entorno com os objetivos principais de identificar potencialidades, problemas e conflitos entre os diferentes grupos de atores sociais envolvidos e identificar os grupos de interesse com vistas à recomposição do Conselho Consultivo, aí incluídos potenciais parceiros e grupos mais vulneráveis, como favelados. Para isso foi utilizada a metodologia participativa de grupos focais (IBASE, 2005).

O Diretor do Instituto Terra Azul relata o processo de diagnóstico socioambiental. (TI06):

Diretor do Instituto Terra Azul – “...A estratégia foi montar grupos focais. Essa é uma parceria com o IBASE. O IBASE ajudou na formação e reestruturação do conselho consultivo. E a proposta aí apresentada por eles era de que identificássemos os diversos movimentos, ...dentro da sociedade civil quais seriam os segmentos representativos, igrejas, ONGs, instituições que desenvolvem projetos com o parque; também da iniciativa privada, e aí mapearmos tudo isso. E iniciamos reuniões com cada grupo desses. Então foi feito um mapeamento de várias entidades foram convidadas no ano passado, ...que a gente chamou de encontros de grupos focais. Foi feita ali uma explanação para eles sobre o projeto, a proposta da formação do conselho, o que era o conselho consultivo, a importância e a avaliação de como eles entendiam e se viam numa relação com o Parque Nacional da Tijuca, como é que eles gostariam também de se ver.”

A escolha do método participativo de grupos focais para obter os dados a partir dos atores sociais mobilizados se deveu a sua capacidade de captar as questões que mobilizam os grupos, os consensos e dissensos entre eles e o modo e eficácia de suas argumentações. Além disso, a participação nos grupos focais funcionaria também como um meio de os atores sociais se conhecerem e se motivarem em torno da idéia do Conselho Consultivo e da solução conjunta dos problemas comuns a eles e ao PARNA da Tijuca. Segundo o IBASE (2005, p. 33) esta técnica “ênfatisa a compreensão dos problemas do ponto de vista dos grupos e das instituições, além do conhecimento de suas aspirações, expressos por eles mesmos”. Moderadores plenamente capacitados conduziram os grupos focais, que por sua vez foram formados em torno de grandes temas.

A mobilização para os grupos focais aconteceu em torno de maio de 2005 por meio de uma carta convite aos representantes de diversas organizações inventariadas na primeira etapa e listadas para participarem dos grupos focais. Os grupos de atores convidados estão listados a seguir (IBASE, 2006):

- 1- concessionários e operadores de serviços privados atuando de forma permanente dentro do parque;
- 2- órgãos públicos atuando permanentemente dentro do parque;
- 3 - unidades de Conservação no entorno do parque e Comitês Gestores de Recursos Hídricos que envolvessem as bacias hidrográficas nascentes dos maciços da Tijuca e da Carioca;
4. comunidades do entorno, incluindo associações de moradores de bairros e de favelas;
5. instituições de Ensino e Pesquisa, com prioridade para as instituições de ensino e pesquisa que já tivessem realizado estudos sobre questões socioambientais do parque;
6. grupos de visitação, de voluntariado e outros grupos de apoio ao parque (montanhistas, excursionistas, escoteiros, etc.);
7. funcionários da fiscalização e da segurança atuando dentro do parque.

Em função da grande quantidade de comunidades do entorno (cerca de quarenta e seis), foram convidadas apenas as associações de bairro e associações de moradores de favelas que exerciam forte pressão sobre o parque ou que tivessem histórico de parceria com o mesmo.

A partir da identificação dos problemas, conflitos, potencial de parcerias e atividades sustentáveis, foi concebido um plano de ação para mobilizar os atores sociais estratégicos identificados na fase anterior. Com base neste plano os grupos de atores sociais estratégicos foram convidados a participar de reuniões plenárias, divididas por setor do parque, onde foram apresentados os resultados do Diagnóstico Socioambiental e discutidos os critérios que orientariam a recomposição do Conselho Consultivo. Estas reuniões aconteceram a partir de novembro de 2005. Aos presentes nessas reuniões foram distribuídos formulários de pré-candidatura ao Conselho Consultivo do parque. Vinte e seis instituições postularam sua pré-candidatura, sendo oito estatais e dezoito da sociedade civil organizada. Houve ainda várias reuniões que se estenderam até meados de 2006 para se chegar a uma composição final do novo Conselho, com base no critério de paridade entre representantes estatais e da sociedade civil e que estipulou um total de vinte e quatro membros do Conselho.

Segundo a gestora, do PARNA, em junho de 2006 aguardava-se a publicação de uma portaria do IBAMA permitindo capacitar os membros do Conselho, isto é, treina-los sobre questões ambientais, legais e sobre o PARNA da Tijuca a fim de que pudessem cumprir satisfatoriamente suas funções. Em 19 de dezembro de 2006, foi publicado a portaria no. 103 do IBAMA que alterava

a composição do Conselho Consultivo do parque (Anexo 18). O novo Conselho tomou posse em janeiro de 2007 com a responsabilidade inicial de aprovar seu regimento interno e elaborar planos de ação.

O processo de recomposição do Conselho Consultivo do PARNA da Tijuca é sem dúvida exemplar quando se considera a diretriz de participação da sociedade na gestão do parque. A metodologia utilizada pelo IBASE leva em consideração os atores sociais do entorno e suas aspirações, bem como as necessidades de empresas e outras organizações. Ainda que o Conselho não venha a ter poder de deliberar, **sua mera existência e atuação contínua**. Um exemplo disso é relatado no próximo item analisado.

2.1.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → plano de manejo.

Responsáveis → Gestora do parque e coordenadora do projeto.

O PARNA da Tijuca possui um plano de manejo em vigor, elaborado em 1981. Em função disso, o plano se desatualizou o que gerou a necessidade de sua atualização. Por exemplo, uma grande área do parque que em 1981 estava ainda em recuperação, atualmente já se caracteriza como uma floresta secundária tardia, plenamente recuperada. Por outro lado, várias áreas foram degradadas nesse período devido ao avanço legal e ilegal da cidade sobre o parque. Durante a pesquisa, o projeto de atualização do plano de manejo estava sendo coordenado por uma analista ambiental e bióloga do PARNA da Tijuca, que foi entrevistada.

Segundo a coordenadora do plano de manejo (TI03), este contempla em uma de suas etapas o diagnóstico da unidade, tanto pelos aspectos ambientais, quanto pelos socioeconômicos. Nesse processo foram envolvidos pesquisadores do Museu Nacional e da Biologia da UFRJ, além de técnicos da FEEMA, totalizando quase trinta pessoas envolvidas. Em junho de 2006 o trabalho já se encontrava na etapa de planejamento do parque, quando são definidas as atividades a serem realizadas e implantadas como, por exemplo, operacionalização do parque, fiscalização, educação ambiental, pesquisa (biológicas, culturais, arqueológicas, etc.) e uso público, uma das grandes preocupações da gestão.

Uma das características interessantes deste trabalho, segundo a coordenadora, é que ele estava sendo feito em parceria com outras instituições,

ao invés de terceiriza-lo, como em geral tem acontecido, o que, por outro lado, introduz alguns aspectos complicantes (TI03).

Coordenadora do Plano – “A vantagem da gente *estar fazendo* esse trabalho é porque a gente conhece. E eu acho que é um trabalho melhor do que você contratar gente que nunca veio aqui. Agora tem uma característica muito interessante, porque é um parque praticamente urbano, entendeu?As pessoas que sempre trabalharam em fazer plano de manejo e que estão acostumadas com essa parte de planejamento de unidade no Brasil todo, que é no meio do nada, demoram muito a entender como a gente vai resolver as questões aqui dentro de uma cidade.”

Ela também relatou que dentro do novo plano de manejo está sendo contemplada a geração de renda para moradores de comunidades carentes do entorno, por meio de contratação para trabalharem dentro do parque. Cinco favelas, consideradas estratégicas em função da degradação ambiental que causam aos limites do parque, já teriam sido selecionadas.

Em contato recente, a coordenadora do plano de manejo explicou que o plano ainda não havia sido concluído e estava, inclusive, sendo revisto. Apesar de ter havido alguma participação de atores sociais no início do processo, de um modo geral, o novo plano de manejo havia sido elaborado dentro da tradição hierarquizada do IBAMA, O processo inclusive havia parado por volta de setembro de 2006 devido à realização de uma auditoria dentro do parque, que identificou problemas com o controle das receitas no Corcovado e das atividades de vôo livre na Pedra Bonita, entre outros. Além disso, durante o processo de formação do Conselho Consultivo, seus membros manifestaram o desejo em conhecer o projeto do plano de manejo a fim de poderem dar sua contribuição, o que aumentou ainda mais o prazo para sua conclusão.

Um aspecto interessante a se reparar no caso do plano de manejo do PARNA da Tijuca é que um processo tipicamente decidido de cima para baixo passou a ter a contribuição dos atores sociais a partir da constituição do Conselho Consultivo, o que certamente obrigará a gestão do parque a rever suas estratégias de elaboração e implantação de planos para o parque a partir dessa nova realidade estrutural. Com certeza, o novo plano de manejo já está sendo influenciado pelo processo de gestão participativa disparado em 2005.

2.2.- Objetivo → Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (fauna e flora).

Atividade / Instrumento de Gestão → Recuperação e conservação da fauna e flora.

Responsáveis → Gestor do parque e Projeto “água em Unidade de Conservação”.

Entre 1999 e 2005, o PARNA da Tijuca passou por um processo inovador de parceria entre esferas de governo, fruto de um convênio assinado entre IBAMA e a Prefeitura do Rio de visando à gestão compartilhada do parque. Assim, durante este período o parque recebeu recursos e apoio de serviços cedidos pela Prefeitura, como vigilância pela Guarda Municipal, limpeza do parque pela COMLURB, além de técnicos da Prefeitura que foram deslocados para o PARNA da Tijuca. Em março de 2005, o prefeito rompeu o convênio, mas o IBAMA entrou com uma liminar na justiça e conseguiu manter, segundo a gestora, a Guarda Municipal e a COMLURB atuando no parque (TI05). Os motivos não ficaram esclarecidos na época, mas segundo a gestora do parque foram de origem política.

Apesar os problemas de relacionamento, há projetos da Secretaria de Meio Ambiente (SMAC) que vem ajudando o PARNA da Tijuca e reduzir os impactos gerados pela poluição e as ameaças de invasões da área. Dois dos programas que mais se destacam são o “Ecolimites”, que atua junto às favelas demarcando os limites entre estas e o parque e o Programa “Mutirão Reflorestamento”, que vem ajudando no reflorestamento de vários setores do parque. A gestora do parque afirmou que as diferentes parcerias com a prefeitura têm sido bastante valiosas, pois têm impedido o crescimento horizontal e a verticalização das favelas (TI05).

O Diretor do Instituto Terra Azul confirma a importância da parceria entre o PARNA da Tijuca e a Prefeitura (TI06):

Diretor do Instituto Terra Azul – “Durante muito tempo a gente iniciar todas as ações do reflorestamento, ecolimite, aceiro e tal, os técnicos nossos iam para dentro da Prefeitura, sentavam na Secretaria de Meio Ambiente e discutiam as ações lá para saber se cooperavam, se ia superpor ou não.”
Entrevistador– “Nesse sentido vocês tiveram a colaboração por parte deles?”

Diretor do Instituto Terra Azul – “Muito grande, muito grande. ... Elas continuam ainda, elas não encerraram porque agora, por exemplo, embora não seja até uma ação específica do projeto, mas a parceria ficou muito positiva com o setor de educação ambiental da Secretaria de Educação do Município. Nós fomos convidados agora para ir ao Centro de Educação

Ambiental da Prefeitura lá no Jequiá para expor modelo desse projeto de gestão de educação ambiental para que o Centro de Educação Ambiental lá pudesse adotar semelhantemente essa ação .“

Já em relação à parceria do parque com o Instituto Terra Azul, durante os anos de 2005 e 2006 foram alcançados alguns resultados importantes em relação à recuperação e conservação de fauna e flora do parque, a partir da linha de ação 2 do Projeto “Água em Unidade de Conservação”. Foram eles (TI06, Petrobras, 2006):

- plantação do viveiro de mudas;
- contratação de dos serviços de proteção do parque, envolvendo ecolimites, aceiros e construção de portal;
- produção de sessenta mil mudas de espécies nativas para reflorestamento;
- reflorestamento de doze hectares de áreas abertas;
- erradicação de espécies vegetais exóticas;
- limpeza de açudes, como o Lago das Fadas e o Açude da Solidão, reduzindo o assoreamento e restabelecendo o espelho d’água.
- contenção de encostas com uso de sacos biodegradáveis sobre os quais são plantadas árvores.

Há que se mencionar também a parceria entre o PARNA da Tijuca e o Corpo de Bombeiros, que dá apoio ao sistema de prevenção de incêndios florestais do IBAMA, PrevFogo. Nas épocas mais secas que ocorrem próximas às festas juninas, faz-se um monitoramento contínuo das áreas mais críticas, o que, juntamente com a pronta ação dos bombeiros, tem reduzido de forma significativa os focos de incêndio no parque. (TI05).

2.3 - Objetivo → Desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental.

Atividade / Instrumento de Gestão → Organização de atividades de educação ambiental no parque e entorno.

Responsáveis → Coordenação de Educação Ambiental do IBAMA e Projeto “Água em Unidade de Conservação Ambiental”.

Dentro do âmbito do Projeto “Água em Unidade de Conservação Ambiental”, há uma outra linha de ação denominada “Educação Ambiental para Gestão Comunidade / Escola”.

Durante o primeiro ano do projeto (2005) foram realizadas várias ações, em dezesseis comunidades e cinco escolas no entorno do parque, separadas em seis etapas, sucintamente descritas a seguir:

Etapa 1 – Reconhecimento da Unidade de Conservação e do entorno → foram realizados quatro diagnósticos participativos nas três macro-áreas de atuação. Segundo o diretor do Instituto Terra Azul e coordenador do projeto, o diagnóstico participativo é aquele no qual o projeto chama os moradores da comunidade e suas associações para discutirem os problemas que eles identificam com relação ao abastecimento e captação de água, saneamento básico, problema de resíduos, enfim tudo que comprometeria a ocupação no entorno desse recurso hídrico, afetando a qualidade de vida comunidade.

Etapa 2 – Estruturação participativa da proposta de educação ambiental para gestão → foi realizado o primeiro encontro de lideranças no PARNA da Tijuca com o início da capacitação dos representantes.

Etapa 3 – Fase 1 com escolas municipais do segundo segmento do ensino fundamental → foram realizadas reuniões com representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Etapa 4 – Fase 1 com escolas municipais do segundo segmento do ensino fundamental → continuação das reuniões da etapa 3.

Etapa 5 – Implementação dos Núcleos Ambientais → realização de oficinas de capacitação sobre diversos temas. Segundo o diretor do Instituto Terra Azul (TI06), os núcleos ambientais são espaços de desenvolvimento humano dedicados à criação e implementação de ações socioambientais. A partir daí começaria a se formar uma rede de comunicação envolvendo escolas e comunidades, interligando a comunidade e as informações geradas nos núcleos ambientais. Foram criados três núcleos ambientais,

Etapa 6 – Multiplicação na educação formal e na comunidade → foi iniciado o processo de multiplicação dos conhecimentos nas escolas e comunidades.

Em 2006 este trabalho foi replicado em diversos outros bairros do entorno do parque, atingindo-se seis núcleos ambientais implementados até julho de 2006, que formaram uma rede de comunicação ambiental. O diretor do Instituto Terra Azul e coordenador do projeto exemplifica como se deu a formação de um núcleo ambiental no Cosme Velho, em 2006 (TI06):

Diretor do Instituto Terra Azul – “Por exemplo, um núcleo ambiental foi formado no Cosme Velho. Nós lá chegamos e encontramos uma rede social do Cosme Velho montada lá: Colégio Sion, Colégio São Vicente, Associação de Moradores do Cosme Velho, a ONG “Se Essa Rua Fosse Minha”, a ONG “Rio Carioca”. Todas essas entidades já se reuniam e

discutiam os problemas locais do Cosme Velho. Nós chegamos à rede e apresentamos o projeto. Eles acharam extremamente interessante e adotaram o projeto também. O Sion cedeu uma sala para que o núcleo se implantasse. O “Se Essa Rua Fosse Minha”, que trabalha no Guararapes e Cerro Corá, ajudou a identificar jovens e mandar para o núcleo. O pessoal da Associação de Moradores, que gerencia um pouco essa rede, se tornou parceiro ajudando na divulgação do projeto no Cosme Velho. Cada região onde nós estamos entrando, o núcleo ambiental tem uma estratégia de formar uma rede de comunicação ambiental para a proteção do parque. O núcleo é estabelecido, nós botamos computadores e criamos um site do projeto e cada núcleo vai se falar com outro e elaborar projetos integrados.”

2.4 - Objetivo → Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (ecoturismo).

Atividade / Instrumento de Gestão → Gestão das atrações turísticas do parque.

Responsáveis → gestora do parque.

A principal atração do PARNA da Tijuca é o Corcovado, onde se localiza a estátua do Cristo Redentor, talvez a maior atração turística da cidade do Rio de Janeiro e seu símbolo. Segundo a coordenadora do plano de manejo do parque, o número de visitantes no parque gira em torno de um milhão de pessoas por ano, sendo que 65% visitam o Corcovado e o restante as outras áreas, no entanto não há um controle preciso em áreas como Paineiras e Floresta da Tijuca. Para atender a esta grande quantidade de visitantes, em grande parte formada por estrangeiros, o PARNA da Tijuca desenvolveu uma parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e empresas que atuam no Corcovado, entre elas, a H. Stern, a Amsterdam Sauer, a Gerdau, além da Fundação Roberto Marinho. Além disso, a Associação dos Amigos do PARNA da Tijuca atua na gestão dos recursos financeiros que são aportados pela H.Stern.

Segundo a gestora do parque, a parceria envolve a conservação da área do parque, serviço de limpeza, dois quiosques, área de atendimento ao turista, estacionamento e tem funcionado adequadamente. Ela afirmou que a parceria estava sendo revista por ela a fim de colocar novas demandas junto aos parceiros.

Por outro lado, o presidente da Associação de Amigos do PARNA da Tijuca queixou-se de não existir uma política clara da gestora do parque em relação à busca de parcerias. Segundo ele, várias tentativas foram feitas por sua associação ao longo dos anos para montar parcerias visando à melhoria das instalações do parque, mas sempre fracassaram (TI04).

Apesar das parcerias, existem também conflitos do uso da terra dentro do parque. Um deles refere-se às antenas de Rádio e TV localizadas no pico do Sumaré, uma atividade não compatível com os objetivos de conservação do parque.

Considerando o aspecto de abandono observado pelo pesquisador em certas áreas do parque, sobretudo na Floresta da Tijuca, os constantes assaltos a turistas em determinadas áreas desse setor do parque, o assédio a turistas por falsos guias de turismo próximo à estação do trem do Corcovado e os serviços ilegais de transporte que operam no caminho para o Corcovado, todos eles freqüentemente denunciados pelos jornais, pode-se dizer que o PARNA da Tijuca também passa por dificuldades em atingir plenamente o objetivo de bem atender aos inúmeros visitantes que lá circulam. Considerando o sucesso da parceria múltipla no alto do Corcovado, pode-se especular que a formação de novas parcerias com empresas e ONGs seria oportuna, podendo -se pensar, por exemplo, na adoção de trilhas e atrações turísticas por partes destas.